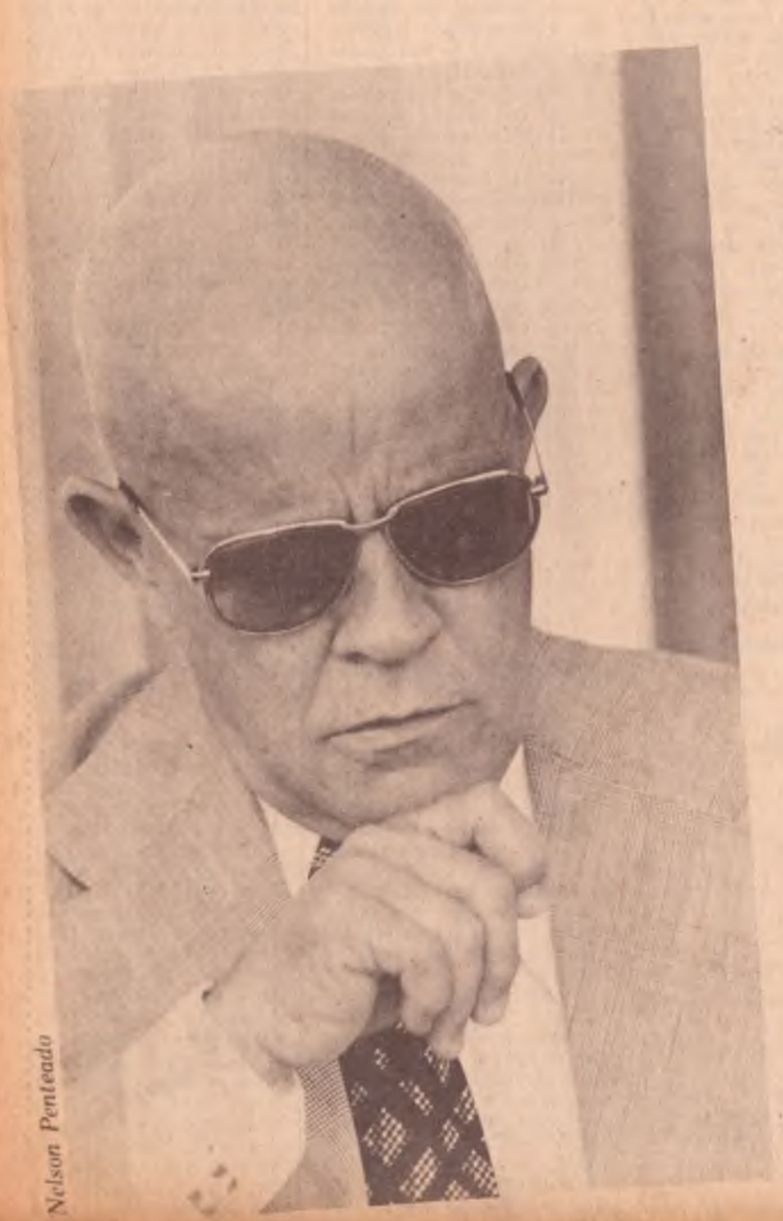
EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL – Nº 32 – Cr$ 10,00 – 9 A 15 DE OUTUBRO DE 1978.

ASSASSINATOS POLÍTICOS: os casos Aloísio Palhano e Carlos Nicolau Danielli. (Pág. 11)

Hugo Abreu, o general preso:



Nelson Penteado

MÁQUINA DE CORRUPÇÃO E INTIMIDAÇÃO DOMINARÁ GOVERNO DE FIGUEIREDO

Subiu muito a temperatura da crise militar. Esta semana foi preso o general Hugo Abreu, que escreveu cartas aos amigos de farda acusando o general Golberi do Couto e Silva, chefe da Casa Civil do general Geisel, de pretender perpetuar-se no poder. "Com os seis anos de mandato impostos pelo Pacote de Abril, pensam conseguir montar uma tal máquina de intimidação, de corrupção e de domínio, que nada poderá antepor-se-lhes no futuro", disse referindo-se ao governo de Figueiredo, que deverá emplacar no dia 15 de outubro.

Outra declaração de Hugo Abreu: "queremos acabar com o regime de delação e espionagem em que mergulharam o país. O governo abre nossas cartas e escuta nossas conversas telefônicas. Isto é mais do que abominável: é puro nazismo". E mais: "há verdadeira orgia e esbanjamento de dinheiros públicos, principalmente nos segundos escalões das empresas estatais". O impasse político: Pág. 3.

CAMPANHA SALARIAL PODE IR A GREVE

350 mil metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos já começaram o movimento salarial que promete ser o mais esquentado dos últimos tempos. Negociação direta com os patrões, aumento em torno de 70% e estabilidade para as Comissões de Fábrica são algumas das exigências dos trabalhadores.

(Pág. 7)

Franceses põem a nu a visita de Giscard

As razões que levam o presidente da França a dar respaldo ao regime militar brasileiro. O capital francês e o quanto de lucros já foi exportado do Brasil. E a visita de Giscard d'Estaing, vista por um jornalista que representa 10 mil colegas franceses; por um dos dirigentes da Federação Nacional de Educação da França; e pelo trabalhador responsável pelas relações internacionais da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT). **Página 9.**

Denúncia: seu FGTS está indo para o bolso dos banqueiros. Aviso: é um roubo!

(Pág. 12)

Um tema para o III Congresso metalúrgico de São Bernardo: nova estrutura sindical só com Comissões de Fábrica.

(Pág. 6)

Estudantes de vários estados decidem: UNE vai sair dentro de oito meses.

(Pág. 5)

O repórter Hélio Bicudo está em ação. Pauta: anistia.

(Pág. 8)

Cuba, Bolívia, Panamá, Peru e Equador já viram. Finalmente é a vez de São Paulo: dia 9/10 (segunda-feira).

GRAMMA - HAVANA -12/08/78: "A temporada do Teatro União e Olho Vivo se revestiu do maior exito, foram realizadas dez apresentações, algumas delas em praça pública e com intensa participação popular".

EL DEBER - SANTA CRUZ DE LA SIERRA 23/07/78: "O espetáculo Unidad e Ojo Atento foi acompanhado pelo público que lotou a Casa da Cultura com grande participação, tendo retribuído ao trabalho do Teatro União e Olho Vivo com demorados aplausos finais".

LA ESTRELLA de PANAMÁ 14/08/78: "Após a apresentação de ontem o grupo brasileiro União e Olho Vivo se coloca, sem sombra de dúvida, como a principal atração da "EXPO-PROCESSO 78" da cidade do Panamá".

São comentários de jornais de Cuba, Bolívia e Panamá sobre o mais novo espetáculo do grupo paulista União e Olho Vivo, durante sua recente passagem por aquelas países (além do Peru e Equador). O espetáculo, um show ainda inédito no Brasil, intitula-se "Unidad Y Ojo Atento".

No próximo dia 9 de outubro, o trabalho terá sua estréia em São Paulo, às 21h, no Circo dos Bancários (Av. Voluntários da Pátria, 547), numa única apresentação em solidariedade aos jornais Versus e EM TEMPO. Reservas de convite: fones 280-4759 e 853-6680.

Itaú: 30 anos de poluição

No sábado, dia 30, foi feita a segunda vigília e uma caminhada na praça da igreja do Eldorado, reunindo cerca de 300 pessoas, contra a poluição da fábrica de cimento Itaú, que atinge os moradores da Cidade Industrial de Belo Horizonte. São doze bairros afetados: JK, Eldorado, Vila Itaú, Água Branca, Riacho, Vila Cemig, Novo Eldorado, Inconfidentes, Vila Virgínia, Monte Castelo, Jardim Bandeirantes e Jardim das Oliveiras, somando aproximadamente 60 mil pessoas.

"O povo foi muito enganado por mais de 30 anos pela Itaú". Com esta frase o Padre Gustavo, Vigário da Paróquia do Eldorado, define a luta desses moradores, acreditando que dessa vez o problema da poluição será resolvido de uma vez por todas. O Vigário considera positivo o saldo organizativo do movimento, ressaltando que "o pessoal está realmente disposto e se propondo levar a luta até o fim. Não se esmorecendo, nem se intimidando, o que é muito importante".

Em 1975, o movimento contra a poluição foi deflagrado, chegando mesmo a levar ao fechamento da Itaú, pelo prefeito de Contagem, município onde se situa a fábrica. Logo em seguida ela foi reaberta, por ordem do governo federal, quando o presidente baixou o decreto 1413, definindo para ele a tarefa de fechar fábricas, ao mesmo tempo que relacionava 17 ramos industriais como de sua competência exclusiva. Mais tarde, a to Contra a Poluição, esse SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente - entrou em acordo com a Cia. Itaú para a colocação de filtros antipoluentes, no prazo de 2 anos. Em janeiro deste ano eles foram realmente instalados.

Entretanto, dos quatro eletrofiltros colocados pela empresa, apenas um consegue segurar o pó. O do forno número 4, que elimina até 98% da impurezas, por ser eletrostático. Nos outros três fornos foram colocados filtros multiciclones, mais baratos, e que só eliminam as partículas maiores. Para os moradores pouca coisa mudou, uma vez que além da precariedade dos filtros, os mesmos eram desligados à noite. A conclusão a que se chega é que: ou a Secretaria do Meio Ambiente não é suficientemente capaz de averiguar a má qualidade de tais dispositivos, ou então, o que é mais provável, sabiam da insuficiência dos mesmos e fizeram vistas grossas.

Vigília

O caso foi reaberto no dia 22 de julho passado, com uma vigília, de onde saiu uma carta ao secretário de Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, com 4 mil assinaturas. Com essa movimentação forçou-se a vinda do secretário Paulo Nogueira Neto, da Secretária Especial do Meio Ambiente, da Presidencia da República, que concedeu mais um prazo, de 60 dias, para que a Itaú, Sema, Copam e Cetec, apresentassem uma solução.

Pressionados pelos moradores, através do Movimento, órgãos realizaram uma mesa redonda sobre a poluição da Itaú, quando foi exigido explicações sobre o "erro dos filtros".

Confiantes de que somente sobre pressão popular a solução virá em tempo razoável, os moradores novamente se reuniram, em assembléia realizada no dia 26 de agosto, e decidiram marcar a vigília que se realizou no sábado passado. Naquela ocasião decidiram também enviar uma carta ao general Ernesto Geisel, onde mesmo reconhecendo que " a poluição diminuiu, mas continua intensa, causando problemas insuportáveis". Nessa "Carta Aberta" os moradores lembram ainda ao presidente que "mesmo um instituto científico do governo estadual, o Cetec, medindo o pó que cai em nossa região, constata que sua quantidade é dez vezes maior que o máximo que o corpo humano poderia tolerar sem prejudicar sua saúde." E em consequência" nós e nossas famílias continuamos a sofrer com doenças respiratórias e alérgicas, que atingem principalmente as crianças".

A comissão Coordenadora do Movimento deverá encaminhar esta carta nos próximos dias, uma vez que já conta com quase 20 mil assinaturas. A meta é 30 mil, isto é, 50% dos atingidos pelo pó do cimento da Cia. Itaú. E mesmo após essas mobilizações a Comissão reconhece que muito ainda se tem a fazer. Portanto as reuniões por bairro vão continuar.

(Ernesto Andrade)

FINAIS

RESISTÊNCIA/ O jornal "Resistência", da Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos, de Belém, teve sua edição de setembro apreendida pela Polícia Federal. Motivo: o jornal publicou ampla denúncia de torturas e outras atividades dos órgãos de repressão. A arbitrariedade foi intensamente denunciada, mas ainda prossegue. Nas últimas semanas, os 15 integrantes do expediente do jornal foram convocados para depor na Polícia Federal, os autores de matérias foram fichados criminalmente e enquadrados em inquérito. O Comitê de Imprensa Independente do Rio de Janeiro, do qual EM TEMPO faz parte, já manifestou total solidariedade à equipe do "Resistência".

ANISTIA/ O Comitê Brasileiro de Anistia e o Movimento Feminino pela Anistia estarão lançando o livro de Roberto Martins, "Liberdade para os Brasileiros – Anistia ontem e hoje", durante o mês de outubro, nas seguintes cidades do norte e nordeste: Fortaleza (dia 10 ou 11), Natal (dia 12), Recife (dia (13), Campina Grande (dia 14), Maceió (dia 16) e Aracaju (dia 17 ou 18).

SECUNDARISTAS/ Dia 30 de setembro, realizou-se em Porto Alegre uma Assembléia Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, que foi convocada por vários grupos, tendências e grêmios estudantis de alguns colégios da cidade. Durante mais de cinco horas, cerca de 100 estudantes debateram propostas de como intervir nas eleições para a diretoria da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre (UMESPA), que atualmente se processa de forma indireta. Após votação, foi aprovada a proposta do Grupo Alternativa, exigindo eleições livres e diretas para a UMESPA.

DEBATES/ O Grupo Educacional Equipe, de São Paulo, estará promovendo nos próximos dias 14, 19 e 21, às 11:30 horas da manhã, debates com os candidatos populares do Estado, em torno dos seguintes temas: As perspectivas de uma nova questão social; Anistia; A Reformulação Partidária; A Questão das Frentes e Assembléia Constituinte.

Estudantes de Comunicação realizam Encontro

Representantes de 13 escolas de Comunicação do país lançaram um abaixo-assinado no dia 2 de setembro, durante uma Reunião Nacional Preparatória do Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação, protestando contra o novo currículo imposto pelo Ministério da Educação e Cultura.

Dizem os estudantes, ironizando: "A partir de 1979 teremos excelentes técnicos em mecânica e eletrônica, em mercadologia e administração, em legislação e relações públicas, dentre os formados de Comunicação Social."

Publicado no Diário Oficial da União em maio deste ano, o novo currículo tem sido unanimemente denunciado por estudantes, professores e profissionais devido ao seu caráter "antidemocrático, de imposição, sem discussão com os principais interessados no assunto e mesmo por graves falhas em seu conteúdo".

Em julho a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação, reunidas no seu IV Congresso já denunciava o novo currículo através de uma resolução.

Agora os estudantes de comunicação pretendem se organizar para tentar impedir a implantação do novo currículo e para isso vão realizar nos dias 14 e 15 de outubro em Belo Horizonte o seu encontro nacional, cujo ponto central de discussão é extamente a currículo do MEC.

GERAIS

Partidos Políticos e Democratização

Inaugurado na última segunda-feira, dia 4, com a palestra de Luiz Werneck Vianna sobre "Origens e Formação dos Partidos Políticos Modernos", o I Ciclo de Debates prosseguirá até 30 de outubro, sempre às segundas e quartas-feiras, às 20 horas, no Grupo Educacional Equipe (rua Martiniano de Carvalho, 156 , São Paulo).

Eis a programação dos próximos debates:
dia 9 - "Teoria dos Partidos Políticos", por Francisco Weffort;
dia 11 - "Partidos Políticos no Brasil: 1945-64, por Carmut de Souza;
dia 16 - "Experiência do Trabalhismo no Brasil", por Almino Affonso;
dia 18 - "O Bipartidarismo: 1966-78", por Fábio Wanderley Reis;
dia 23 - "Partidos Políticos: uma avaliação das perspectivas atuais", por José Álvaro Moiséis;
dia 25 - "Movimento Socialista e Partidos Políticos no Brasil", por Florestan Fernandes;
dia 30 - Mesa redonda: conferencistas e convidados especiais.

Inscrições ainda abertas: Equipe - fone 289-2008 (taxa Cr$ 500,00).
Promoção: ABI - São Paulo, EQUIPE e jornal EM TEMPO.

Embaixador brasileiro recusa abaixo-assinado

No último dia 27 de setembro, debaixo de uma chuva fina que anunciava o longo inverno europeu, três senhores tocaram a campainha da imponente mansão à beira do Sena, ocupada pela Embaixada brasileira na França. De uma janela entre abertaao fundode um jardim cuidadosamente rodeado de poderosas grades de ferro, uma voz indagava o motivo da visita. - "Em carta enviada à Vossa Excelência o Embaixador durante a semana passada anunciamos que traríamos hoje uma petição assinada por mais de mil pessoas e endereçada ao presidente Geisel", respondem os forasteiros constatando que as grades tinham sido cuidadosamente trancadas com correias e cadeados.

- "O Sr. Embaixador não poderá recebê-los. Está muito ocupado com a viagem do presidente Giscard d'Estaing a nosso país."

Os três insistem. Dizem que falariam com um dos conselheiros. Mas ouvem um novo não desta vez mais categórico: "Tenho instruções para não deixá-los penetrar neste recinto' !"

O fato poderia passar despecebido se os nossos três importunos não fossem simplesmente um prêmio Nobel de Física, um alto magistrado e um dos secretários da CIMADE, instituição internacional de ajuda aos perseguidos políticos: Alfredo Kastler, Etienne Bloch e André Jacques. Ficaram surpreendidíssimos dado que não se trata da primeira vez se dirigem à uma embaixada para entregar um abaixo-assinado, e sempre foram recebidos com um mínimo de boas maneiras. Até mesmo diplomatas chilenos, argentinos ou iranianos.

Alfred Kastler ficou tão revoltado que reuniu, em seu escritório da **Escole Normale Supérieure,** todos os jornalistas que encontrou em Paris para que seu protesto fôsse divulgado em nosso país. Afirmou que a atitude do Sr. Ramiro Saraiva Guerreiro, embaixador do Brasil em França estava em flagrante constraste com as tradições de cortesia do povo brasileiro, as quais podem conhecer em mais de uma viagem que realizou às principais capitais do país. Disse estar otimista, no entanto, quanto à viagem de Giscard d'Estaing. Acha que o presidente da República Francesa não deixará de intervir **discretamente** no sentido da defesa dos direitos do homem. "É por isso - afirmou - que a nossa iniciativa tornou-se incômoda para o vosso embaixador".

Diante da surpresa manifestada pelos jornalistas presentes, reafirmou que a questão das **liberdades políticas** seria seguramente evocada por Giscard d'Estaing em seus contatos privados com o General Ernesto Geisel. Mas lembrou que outros Direitos do Homem, como o direito ao trabalho e à uma justa remuneração (artigo 23º da Declaração) não poderiam ser lembrados pois considera que não são respeitados nem mesmo em seu próprio país.

Invasões e roubos em dois diretórios

Belo Horizonte

Na madrugada de domingo para segunda dia de outubro seis homens armados invadiram o Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG e arrombaram portas, roubaram um cofre pesado (mas sem dinheiro porque até hoje a Reitoria boicota a verba deste diretório) e pastas contendo documentos do DA, além de danificarem o telefone.

Este ato de vandalismo se consolidou quando duas pessoas que se encontravam no local foram presas numa sala e ameaçada de morte caso denunciassem algum dos policiais: "Se vocês abrirem o bico vão amanhecer com a boca cheia de formiga."

Um fato curioso e não menos revelador: como é que um carro atravessa a entrada principal da FAFICH, onde uma corrente impede a passagem, e estaciona dentro do pátio da Escola despejando 6 (seis) homens armados em plena madrugada?

Parece que ninguém viu. Indagado a respeito da invasão, o chefe de Segurança, Manutenção e Limpeza da Faculdade - que mora dentro da área da Escola - ficou surpreso e disse não ter conhecimento di eito do fato e apenas lamentou a sua ausência em Belo Horizonte, já que se encontrava em Vespasiano no domingo.

Para o diretor da Faculdade de Filosofia - Delcio Solomoon - esta invasão lembra a ocorrida em um Diretório de Porto Alegre e deve ter alguma coisa a ver com as manifestações estudantis e disse que já garantiu ao DA que tomará as providências internas para a averiguação do ocorrido.

Diante deste atentado, que não é o primeiro a acontecer em entidades estudantis (vide DA-Medicina, DCE-UFMG) de Minas Gerais e em setores mais combativos da sociedade como o Movimento Feminino Pela Anistia, o jornal *Em Tempo*, o *De Fato* etc, o DA FAFICH-UFMG fez uma nota em que exige entre outras coisas a reposição de todos os materiais roubados, garantia do patrimônio dos estudantes e autonomia universitária.

(Haroldo Quintão)

Porto Alegre

No último dia 23 o Diretório Acadêmico dos Institutos Unificados da UFRGS - DAIU - foi arrombado e todo seu material - miméografos, máquinas de escrever, etc. roubado. O Serviço de Segurança Interna da Universidade nada fez para impedir a ação dos ladrões. Três dias mais tarde os estudantes dos Institutos Unificados se reúnem em Assembléia geral e concordam em que a Reitoria foi conivente, ou no mínino omissa, frente ao roubo. Surge então uma idéia original e imediatamente colocada em prática: os estudantes decidem reter uma máquina xerox da Universsidade até que o reitor se comprometa a cobrir os custos do material roubado.

Em nova assembléia geral, realizada no dia 27, os estudantes resolvem ir até o gabinete do reitor, exigindo a imediata restituição do material roubado. Na presença dos estudantes, o reitor não escondeu sua irritação e ameaçou todos com o regimento da Universidade (que prevê expulsões) e com a abertura de inquérito policial. Mas diante da firmeza dos alunos e com com a promessa de devolução da máquina xerox, o reitor retira todas as suas ameaças, e aceita negociar: compromete-se a restituir todo o material roubado.

O passo seguinte, segundo os estudantes, é denunciar a existência da Secretaria de Segurança interna e de seu chefe de operações, o cel. Natalício, encarregado do controle ideológico na contratação de professores e na manutenção de extensos fichários dos estudantes. Sua outra função desempenhada, com pouco eficiência, é zelar pelo patrimonio da Universidade. A guarda da Universidade, tão eficaz e presente nas horas de reunião ou manifestação estudantil, simplesmente não ouviu nem viu nada. E isto que o DAIU fica ao lado da Reitoria. Agora, os estudantes discutem a proposta de encaminhar, via Conselho Universitário, a pura e simples demissão do coronel Natalício **(Sucursal de Porto Alegre).**

ERRATA:

No nº 30, pág. 7, EM TEMPO publicou - sob o título "Faça como eu..." - que João dos Santos Nogueira é "candidato a vereador pela Arena do Rio". A informação está incorreta: João dos Santos Nogueira foi candidato a vereador pelo MDB nas eleições de 1976 (não se elegeu), sendo agora candidato a deputado federal - também pelo MDB.

Vestuário: greve em Porto Alegre.

Após três semanas sem receber salários, os trabalhadores da Matel S.A., fábrica de materiais e vestuário de prevenção de acidente de trabalho, entraram em greve. A empresa, localizada no bairro industrial de Navegantes, em Porto Alegre, paga salários baixíssimos para seus 150 empregados, dos quais quase 98% são mulheres.

Mesmo com a média salarial de Cr$ 1.700,00, a empresa atrasa os pagamentos, não recolhe o Fundo de Garantia como manda a lei e, agora, a situação era insustentável. Muitas operárias já não tinham recursos nem para a comida. Na sexta-feira, 29 de setembro, quando realizaram uma reunião no Sindicato, um bom número veio a pé, pois não tinha dinheiro para o coletivo. Na reunião do Sindicato, decidiu-se parar na segunda-feira caso o pagamento não fosse efetuado.

Na segunda-feira, a maioria nem foi trabalhar e as que entraram na fábrica pararam a produção às nove horas da manhã. A empresa dispensou todo mundo sem efetuar o pagamento. Imediatamente, o Sindicato entrou na Justiça com apreensão do prédio e recisão indireta de contrato para todos os que procuraram o Sindicato.

João Paulo Marques, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário, declarou a EM TEMPO que "teme que a empresa esteja indo à falência, pois equipamentos novos estão sendo retirados da empresa, existem máquinas ainda não pagas e a firma não descontava o Fundo de Garantia. O importante, continuou João Paulo, é garantir condições para que as companheiras recebam seus salários atrasados. A empresa, apesar de estar voltada para exportação e com instalações modernas, não cumpre seus compromissos trabalhistas". **(Sucursal de Porto Alegre).**

Assine EM TEMPO

Nome ..... Profissão .....
Idade..... Endereço ..... Bairro.....
Fone..... Cidade ..... Estado..... CEP.....
End. Comercial ..... Horário..... Fone.....
Estou enviando o cheque nº..... do Banco..... em nome da Editora Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.

Anual Cr$ 500,00 **Semestral Cr$ 250,00**

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Álvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flamínio Fantini.
DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flamínio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).
Secretário de Redação: Luiz Nadai.
Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.
Editor-Geral: Jorge Baptista.
EDITORIAS: Nacional: Flamínio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Alli, Wilson Prudente. **Internacional:** Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluísio José Monteiro, Altair Moreira, Cecília Tompsom, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marineide Oliveira, Olgária Matos, Suzana Rios, Virgínia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valderez Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (diagramação), Beto Maringoni, Duto Bicalho, Sian, Martinez (ilustração), Ennio Brauns F°., Jesus Carlos, João Roberto Martins F°., Niels Andreas (foto). **Arquivo e Pesquisa**. Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valderez Amorim.
Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.
SUCURSAIS:
Belo Horizonte (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan (redação), Mariza Araújo (administração). **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 – loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Recife** (R. Aníbal Falcão, 127 – Fraças): Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatrut, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 200 – sala 408): Adauto Novaes, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Laís Meirelles, Lígia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas. **Salvador:** (Av. Sete de Setembro, 202 – sala 501): Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.
ESCRITÓRIOS:
Aracajú: (SE): David Dantas. **Campinas** (SP): Rinaldo Barros. **Fortaleza** (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saraiva Jr., Vinicio de Araújo, (administração) e distribuição). **João Pessoa** (PB); Aurelio Aquino, Geraldo de Araujo, Manoel Campos. **Natal** (RN); Cícero Correia, Francisco de Assis.
ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Varela.
Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luis Alberto Marcondes Piccina (São Paulo); Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte); Adelmo Oliveira (Salvador).
Diretor-Responsável: Robinson Ayres.
EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A – Rua Bernardo de Guimarães, 1884 – Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 – Pinheiros (São Paulo) – CEP: 05415 – Telefones: 280-4759 e 853-6680.
Composto e impresso nas oficinas da PAT-Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Tel: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

O IMPASSE

- Hugo Abreu prevê data para a queda do regime.
- Qual o pacote de heranças do governo Figueire o?
- A crise: tensões na área militar e na área empresarial.
- O impasse: um movimento popular que levanta a cabeça.

"O regime cairá em meados do próximo ano" (palavras de Hugo Abreu, ditas ao *Estado de S. Paulo*, na segunda-feira passada).

Evidentemente, Hugo Abreu não tem bola de cristal e não pode marcar data para o atual regime. Nem ele nem ninguém. No entanto, a frase do general-punido atinge o problema central deste regime: a necessidade de superar a crise política em que se afundou, a ponto de ter contra si alguns tantos auxiliares diretos (e diletos) de alguns meses atrás, como o próprio Hugo Abreu.

A crise atual atinge ponto elevado num momento em que a prisão de um general entra apenas como símbolo, pois o fato crucial é o **impasse** em que se vê metido o governo e o próprio regime. Impasse no exato sentido do termo: incapacidade de encontrar uma saída para a tensão que lhes toca por cima e por baixo.

Os episódios recentes, desde a candidatura Euler Bentes ao caso Hugo Abreu, passando por inúmeros outros lances de dissidências e cizânias, não são coisas incontornáveis para o regime. Abreu deixa a prisão no próximo dia 22, Euler chega ao final de sua campanha e Figueiredo tem tudo para emplacar o lugar de Geisel no dia 15.

Entretanto, as tensões atuais vão deixar um lastro de interesses contrariados, de contestações e controvérsias, desembocando tudo como um pacote de heranças para o Governo Figueiredo.

Na área militar, a dita 'volta ao quartéis' - ao menos no atual estágio - tem significado sobretudo 'mais política nos quartéis', na medida mesmo em que a efervescência externa joga seus efeitos para dentro das casernas. Enfim, afora o que tem de retórica, a proposta da 'volta aos quartéis' exige das correntes militares afinadas com ela, uma determinação nesse sentido, o que -aliás - já se tornou evidente pela organização de grupos como o Centelha Nacionalista e outros.

Luiz Humberto

Hugo Ebreu

Ne área empresarial, embora o general Geisel tenha conseguido preparar o terreno para seu sucessor em zonas de menor conflito, parece evidente - por exemplo - a insuficiência das reformas, até mesmo enquanto meio para assimilação das contradições entre os diferentes interesses do capital. A velha questão de 'quem paga o pato' da aguda crise econômica, no que atinge os empresários, ou melhor, a questão de saber quem ganha durante a situação adversa (pois quem perde já se sabe que são as classes trabalhadoras), prosseguirá certamente enquanto prosseguir esta crise.

Ou melhor: a tensão inter-burguesa afetará o governo enquanto o drama econômico o afetar e nada indica a chance de um novo 'milagre'. Nesse se ntido, a euforia do empresário **nacionalista** Antônio Ermírio de Morais, no último dia 2, em São Paulo, ao dizer (sobre Geisel) que ele (Antônio Ermírio) nunca encontrou 'um homem tão capaz para ocupar o cargo que ocupa', e que Geisel 'é um homem excepcional', deve ser lida como frase-de-efeito, ou no maximo como declaração de quem prefere o continuismo de Geisel à ascensão de Figueiredo. Se as ambições empresariais são mínimas no campo da 'democracia' (bastando-lhes um livre trânsito com a burocracia-cstatal), são desmedidas suas ambições no plano econômico e irrefreáveis suas resistências em não 'pagar o pato'.

Assim, pelo lado militar e pelo lado empresarial, cruzando aí os interesses das classes dominantes, tudo indica que o tempo que correrá até o próximo governo, passando pelo próximo ano e talvez indo além, seriá um tempo de conspiratas, porque um tempo de tentativa de transição para um tipo de regime capaz de assimilar essas contradições.

Entretanto, o nó político se revela mais amarrado, surgindo então o impasse propriamente dito, quando se conta em cena um movimento popular cada vez mais exigente. Embora fracas em termos de organização, as classes populares têm demonstrado um forte progresso em suas lutas recentes, desde as greves operárias até outras campanhas tanto reivindicatórias quanto políticas. E a contestação do regime, através de vários setores, faz crescer cada vez mais um movimento democrático cuja dimensão poderá ser constatada em 15 de novembro.

Isso, sobretudo, movimento popular e movimento democrático, enquanto forças sociais em ação, é que constituem o drama do regime autoritário e seus agentes - Geisel ou Figueiredo. Isso, sobretudo, a fonte principal do impasse, pois - mais que nunca - ja não tem sentido falar em democracia (nem mesmo em redemocratização) sem definir aqui meios para a intervenção das classes populares na arena política. **(J.B.)**

A máquina do poder

Hugo Abreu (quem diria?), ex-Chefe do Gabinete Militar de Geisel, atual vice-Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército, ataca de frente o governo, denuncia corrupção, suborno, chantagem e intimidação sob cobertura do regime.

As cartas atribuídas ao general, que lhe valeram a prisão por 20 dias, mais do que um 'fato sensacional', são uma mostra do ponto a que chegou a tensão entre a cúpula dominante.

A seguir, trechos principais dos escritos que Hugo Abreu teria enviado a oficiais-generais da ativa e da reserva.

Sobre o 'grupo palaciano':

- Com o tempo haveria de ocorrer um choque inevitável de minha conduta com as manobras e intrigas do grupo palaciano ligado ao general Golberi... cujo objetivo principal era dominar o governo, desinformando o presidente de modo a mantê-lo prisioneiro de sua influência... (um) grupo sem escrúpulos que queria a todo custo manter-se no poder... Que pretendem eles? Tendo conseguido dominar o governo atual, pretendem simplesmente perpetuar no poder. A imposição do nome de Figueiredo visa colocar na chefia da máquina do Estado um elemento que esperam poder dominar com faciliçdade, por comprometido que está com todas as manobras pouco dignas utilizadas para que seu nome pudesse ser submissamente aceito. Com os seis anos de mandato impostos pelo Pacote de Abril pensam conseguir montar uma tal máquina intimidação, de corrupção e de domínio, que nada poderá antepor-se-lhes no seu futuro. Seria a realização de seu decantado sonho de mexicanização do Brasil... uma oligarquia espúria, perigosamente comprometida com interesses escursos de grupos multinacionais, como Jary, Dow Chemical e outros.

Sobre a sucessão presidencial:

- Em dezembro de 1976 o ambiente no Palácio ia se tornando irrespirável. Procurei então alertar o presidente contra a campanha de intrigas que estava sendo feita com o objetivo de atropelar o problema da sucessão presidencial... a espantosa declaração de Humberto Barreto, já feito presidente da Caixa Econômica Federal, de que Figueiredo seria o candidato oficial à sucessão de Geisel... fazia parte do contexto das manobras do grupo palaciano para ir impondo seu candidato como fato consumado... Com o compromisso que eu assumira perante a nação, falando em cadeia nacional sobre a demissão em nome de presidente, ficava claro que as tricas e futricas em torno do problema sucessório deveriam ficar esquecidas até janeiro de 1978. Não concordaram com isto, porém, Golberi, Figueiredo e seu grupo. Já no mês de novembro de 1977 voltaram eles a pressionar o governo e a espalhar notícias falsas, dando conta de que o presidente já se teria decidido pela candidatura Figueiredo...

Sobre Figueiredo:

- Em minha opinião (Figueiredo) não tinha aptidão para o exercício do cargo, não merecia a confiança das Forças Armadas, não tinha qualquer apoio político ou popular e estava comprometido com grupos econômicos já engajados em sua candidatura.

Sobre sua dissidência:

- Eu tivera oportunidade de conhecer de perto os desmandos do grupo palaciano, este mesmo que se preparava para permanecer no poder. Como não reagir?... Vivemos sob a inspiração da Revolução de 1964 e perece-me que, ao invés de pensarmos em outra revolução, devemos é convocar os revolucionários para nos lançarmos à conquista de alguns de seus objetivos básicos ainda não atingidos como, a luta contra a corrupção e a defesa das instituições democráticas ameaçadas... confiamos em que a candidatura Euler é uma tentativa válida-talvez a última-para resolver por meios pacíficos o atual impasse. Mas não tenhamos dúvidas: se não soubermos solucionar os problemas que angustiam a na9ão tenhamos dúvidas: se não soubermos solucionar os pcoblemas que angustiam a nação e denigrem as Forças Armadas, outros o saberão e, aí sim, correremos o risco de sermos submergidos pela avalanche comunista.

Sobre o Estado policial:

– Queremos acabar com o regime de delação e espionagem em que mergulharam o país... o governo abre nossas cartas e escuta nossas conversas telefônicas, penetrando inclusive na intimidade de nossos lares e fazendo chantagem do que ouviu. Isto é mais que abominável: é puro nazismo.

Euler: comício vira passeata na Bahia.

Euler Bentes, apreensivo, revelando um certo temor pelo que iria dar, deixou o palanque depois de um longo discurso. Em seguida, após a chegada de Francisco Pinto, o comício ganhou um tom mais contundente e incisivo até se transformar em passeata.

Exatamente um dia após a prisão do general Hugo Abreu, Salvador viveu a sua grande noite de mobilização popular após 68, com mais de sete mil pessoas nas ruas participando do comício do candidato do MDB, Euler Bentes. A manifestação terminou com uma passeata da Sé até a Piedade.

Cercado por um ambiente tenso ao nível nacional e envolvido pelas costumeiras atitudes colaboracionistas da direção adesista, o comício superou todas as expectativas e representou o grande salto da campanha do MDB em Salvador, abrindo boas perspectivas para o partido da oposição, sobretudo para os candidatos mais efetivamente comprometidos com as causas populares.

A direção adesista do partido, fortemente vaiada durante o ato, tudo fez no sentido de boicotar o comício. Em primeiro lugar, insistiu (e conseguiu) evitar que houvesse manifestação em Feira de Santana, onde -seguramente - se conseguiria realizar o maior comício do candidato do MDB à Presidência da República pela via indireta. Nessa manobra, os adesistas, liderados por Ney Ferreira, contaram com a complacência de alguns deputados do "grupo autêntico". A atitude da direção do MDB foi denunciada por Adelmo Oliveira e Elquisson Soares, candidatos do MDB.

De qualquer forma, a mobilização para o comício em Salvador foi fruto do esforço dos comitês dos candidatos populares, que correram toda a cidade, ainda no dia 3, divulgando a manifestação. De parte da direção do partido, quase que indiferença. De 200 mil panfletos de convocação prometidos, não apareceram mais que 40 mil. Os partidários dos diversos candidatos autênticos é que providenciaram convocações por conta própria. Assim, apesar dos adesistas, o povo foi à rua para participar do comício do candidato Euler Bentes, e também para exigir. Durante todo o tempo, os manifestantes não se cansavam de gritar 'Abaixo a Ditadura' ou 'O povo quer ser governo' ou 'Anistia, Anistia'. Em seu comício, dessa vez, o general Euler não se mostrou nostálgico em relação aos 'ideais de 1964' e nem sequer se referiu ao golpe militar do qual participou.

"Democracia Formal"

"Estou entusiasmado por ver tantas pessoas trazendo o seu entusiasmo na luta pela democracia", afirmou o general ao abrir a sua fala diante da atenta platéia acotovelada no Terreiro de Jesus, encostado à Praça da Sé. E na sequência afirmou, de modo claro, que não aceitava o regime de exceção e nem o autoritarismo, pedindo a todos que levassem o seu voto para o MDB em 15 de novembro, com o objetivo de "fazer maioria no Congresso e, dessa maneira, reformularmos todo esse regime para voltar ao Estado de Direito democrático".

Declarando-se partidário das eleições diretas, mas disposto a participar de algo que ele mesmo considera ilegítimo "para destruir tudo aquilo que não permite ao povo o voto direto", Euler disse que, caso eleito, sua primeira medida consistiria em enviar duas mensagens ao Congresso Nacional: a primeira, pedindo anistia política "porque esse é um ato elementar de justiça para que o povo unido possa olhar o futuro"; a segunda, propondo a eliminação de todos os atos de exceção, "restabelecendo as liberdades individuais e de associação".

Mas mesmo assim, considerou o general, essa ainda seria uma democracia formal. "É preciso que o povo diga, de modo livre, como quer que seja organizado o Estado". Daí, diz que solicitará ao Congresso a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte "e através dessa Carta Magna o povo dirá como deseja ser governado". E então, completou, pedirá a extinção do mandato presidencial pela via indireta" para que o povo possa escolher livremente os seus mandatários".

Talvez pelo próprio fato de não ter feito qualquer referência elogiosa ao golpe de 1964, o general foi aplaudido. Mas, encontrou uma platéia exigente. Quando falava em anistia, ouvia o grito de "irrestrita, irrestrita" ou "Abaixo a repressão, mais arroz e mais feijão". Quando afirmou que "o povo iria decidir como quer ser governado", os manifestantes gritavam "O povo quer ser governo". Logo depois de sua fala, os participantes do comício começaram a puxar a proposta de passeata.

Diante dela, o mínimo que se pode dizer é que o general ficou temeroso. Logo que terminou de falar, o general, mais sua assessoria, reduzida ao senador Roberto Saturnino e ao coronel Raposo, retiraram-se do palanque. E então, chegou Francisco Pinto, atrasado pelo fato de seu carro ter se quebrado no caminho para Salvador.

"Balancete da Agonia"

Com a chegada de Pinto, na verdade o comício ganhou outro tom: muito mais contundente e muito mais incisivo, para, depois, chegar até a passeata. De modo firme, Francisco Pinto dissecou a face repressiva do regime e a natureza da violenta exploração econômica que os trabalhadores vivem sob o capitalismo brasileiro. E foi o que mais entusiasmou a praça. Mas, antes, publicamente, denunciou a manobra que impediu o povo de Feira de Santana e dos municípios vizinhos de comparecer ao comício, "apesar de a manifestação já estar marcada há mais de dois meses".

Falou na longa noite de 15 anos de sofrimento pelo desemprego, pela doença, "pela fome, companheiros, diante da carestia", "sofrimento diante de toda a opressão capitalista". E os manifestantes, apesar de já cansados, pareciam revigorar-se diante do falar da maior liderança oposicionista baiana da atualidade. Depois de falar no "doloroso balancete da agonia", Pinto afirmou que "todos os democratas devem desrespeitar, desobedecer as leis fabricadas nas masmorras da ditadura".

Denunciou a corrupção do atual governo – esclarecendo que Geisel sabe de tudo – ressaltando a figura do ex-embaixador do Brasil na França, pai do "milagre brasileiro", Delfim Neto, que, segundo Pinto, recebia porcentagens de todos os negócios que o governo brasileiro fazia com o governo francês. E que as provas estavam nas mãos do general Geisel. Assim como denunciou o ex-ministro da Educação, Ney Braga, futuro governador do Paraná, que se locupletava com o dinheiro de uma fundação por ele mesmo criada. Ao final de sua fala, Francisco Pinto, depois de defender a existência da UNE e da CGT, afirmou que "mesmo que desagrade a alguns, devemos dizer que o futuro desse país, a sociedade dos nossos sonhos só existirá quando soar a alvorada do proletariado".

Limites de Euler

Na sequência, depois de surperada a tentativa da direção adesista (ajudada pela incompreensão de uns pouquissimos candidatos "autênticos") de boicotar a fala do candidazto a deputado estadual, Adelmo Oliveira, e depois de alguns outros candidatos falarem, Adelmo ressaltou que, apesar de apoiar o general Euler Bentes, "nós sabíamos de seus limites" e defendeu a necessidade da organização independente dos trabalhadores.

Depois houve a passeata, com Francisco Pinto e Adelmo Oliveira sendo carregados até a Praça Castro Alves, onde os dois voltaram a falar. Ali, Pinto disse que estava ocorrendo um fato novo em Salvador: as ruas e as praças "estavam sendo reconquistadas pelo povo".

Durante a manifestação, falaram ainda o Diretório Central dos Estudantes, o Comitê Brasileiro pela Anistia, o Movimento Feminino pela Anistia, o senador Roberto Saturnino, o ex-ministro Severo Gomes e os candidatos a deputado estadual Aurélio Miguel, Domingos Leonelli, Nestor Duarte, Celso Dourado e Adelmo Oliveira. Falaram também os candidatos a deputado federal Elquisson Soares, Marcelo Cordeiro, Francisco Alexandria, Além de Pinto. Manifestaram-se ainda os candidatos do MDB ao Senado, Rômulo Almeida e Newton Macedo Campos, e o representante da Ala Jovem, Paulo Fábio Dantas.

(Sucursal de Salvador)

Os saldos do comício

A manifestação realizada em Salvador, no último dia 3 de outubro, com a presença do general Euler Bentes teve, na verdade, um significado que extrapolou os estritos limites regionais. A tentativa de intimidação do governo Geisel, prendendo um elemento dissidente do regime, o general Hugo Abreu, parece que não está surtindo efeito.

E a presença de mais de sete mil pessoas nas ruas de Salvador, em comício e passeata, vem demonstrar que cada vez avança mais a mobilização popular, que tende a ganhar contornos amplos. Mesmo que o general Euler Bentes tenha sido tímido em denunciar a prisão, de qualquer forma arbitrária, de um dos mais destacados elementos de sua campanha, os manifestantes foram além disso denunciando toda a face repressiva do governo atual.

A manifestação não representou um apoio cego e indiscriminado ao general Euler Bentes. O ato registrou exigências e proposições claras a respeito das conquistas que a oposição mais consequente pretende fazer at ualmente: anistia ampla, geral e irrestrita, liberdade de organização e manifestação, sobretudo para os trabalhadores, convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita.

Se de um lado a oposição na Bahia - e nisso não havia grandes divergências - compreendeu que é positiva a existência de uma candidatura como a do general Euler Bentes, representando uma fissura no esquema dominante, de outro, pelo menos parte dela, entendeu também que só a mobilização popular e a existência de proposições políticas firmes, corretas e claras é que poderão fazer com que a luta pelas liberdades democráticas avance.

O general consegue chegar até a proposta de anistia (sem definir muito bem o seu caráter), supressão de todos os atos de exceção e a convocação de uma assembléia constituinte. Mas, não vai - e nem poderia, pelo próprio caráter de sua candidatura, nascida nas fileiras dominantes-muito além disso.

A oposição mais consequente cabe, diante da candidatura dissidente, ressaltar o que seja positivo nela, mas também mostrar os seus limites e, mobilizando, propor avançar cada vez mais no rumo da conquista, sempre crescente, de liberdades democráticas, voltadas sobretudo para os trabalhadores.

A manifestação de Salvador num plano mais particular, conseguiu, de um lado, fortalecer os candidatos mais comprometidos com as causas populares e, de outro, enfraquecer e desmascarar a direção adesista do partido, que cada vez mais perde terreno junto ao eleitorado, mesmo que continue decididamente encastelada nos mecanismos de poder do partido.

O MOMENTO POLÍTICO

As artimanhas das reformas, as dissidências militares, as propostas de Frente Democrática e Frente Popular. Três temas para discussão:

REFORMAS: o pulo do gato?

Seriam as medidas de emergência e o Estado de Emergência as reais "salvaguardas" do regime ditatorial? O exame das reformas recentemente aprovadas indica que a modificação de um outro pequeno parágrafo da Constituição é que deve assegurar a Figueiredo a possibilidade de governar com tantos poderes quanto seus antecessores, mesmo sem fechar o Congresso, mesmo tendo minoria.

Os superpoderes que o presidente da República detém através do Estado de Emergência e das medidas de emergência, e as ambigüidades da "nova" Constituição, têm sido os ângulos privilegiados nas análises das reformas. Sob o fogo do crescente movimento de oposição - mostram essas análises - o regime se viu obrigado a esconder na manga o porrete do AI-5. Para ser usado nos momentos mais agudos, a seu critério. Evidenciam-se assim os limites estreitíssimos da "abertura" - na realidade, apenas a maquiagem do regime ditatorial.

Acontece que esse enfoque centrado nas "salvaguardas" deixa em aberto uma outra questão. Hoje, mais que nunca, o regime não pode se dar ao luxo de abrir mão do arbítrio, ainda que temporariamente. Sua crise é agora mais grave, pois ele continua impopular e, em razão da crise econômica, também se vê abandonado por parcelas da própria burguesia. Como governar aparelhado somente para emergências, se o que se vive é uma "crise crônica"?

Mais ainda: Figueiredo corre o risco de ser o primeiro presidente, pós-66, a governar com minoria no Congresso, ou, pelo menos, com um número maior de parlamentares combativos. Enfrentar isso, e enfrentar os movimentos de massa, e enfrentar as insatisfações burguesas é dose pra leão.

Mais que ungir alguém do esquema, o continuismo significa substancialmente garantir o processo de acumulação capitalista acelerado. A qualquer preço, e no bojo de uma crise econômica generalizada. Nas condições brasileiras até agora, tal objetivo tem repousado sobre dois pilares: a importância do Estado como ente maior do processo de acumulação (donde a importância fundamental de questões como finanças públicas e tributação) e a repressão a toda forma de oposição (donde a importância do que eufemisticamente se chamou "segurança nacional"). Garantir tais pilares é crucial.

Antes e depois

Para isso é que aqui está o "pulo do gato" das reformas. Nessas questões – finanças públicas, tributação e segurança nacional – Figueiredo será todo-poderoso. Uma pequena alteração num parágrafo solto – o que complica a percepção – bastou para garantir com as reformas que o próximo presidente governe com tantos poderes quanto seus antecessores, ainda que não feche o Congresso, ainda que não tenha nele maioria, e sem passar pelo desgaste político de estar a toda hora acionando as "salvaguardas".

Trata-se da alteração feita no § 1º do art. 55 da Constituição – o artigo que regulamenta a edição de decretos-leis. Esse artigo outorga ao presidente da República poderes para legislar sobre segurança nacional, finanças públicas, tributação, criação de cargos públicos e fixação de vencimentos. Antes das reformas, a coisa se passava assim: primeiro, uma vez publicado, o decreto-lei entrava logo em vigor e a data da publicação servia de início do prazo de 60 dias para que o Congresso o rejeitasse ou aprovasse. Segundo, enquanto o Congresso não se manifestasse ou enquanto não decorresse o prazo de 60 dias, o decreto-lei podia ser aplicado plenamente. Se viesse a ser depois rejeitado, os atos praticados com base nele não poderiam ser considerados nulos.

Pra ficar mais claro, um exemplo: o decreto-lei 1632 (sobre greve em atividades essenciais) ainda está no Congresso para exame. Mas já foi aplicado no caso da greve dos bancários de São Paulo. Se um grevista foi demitido com base nesse decreto-lei (a demissão é uma das penas nele previstas) e se, por sonho, o decreto-lei vier a ser rejeitado pelo Congresso Nacional, o demitido continua demitido. A demissão não pode ser considerada nula.

Agora, depois das reformas, o prazo para o exame dos decretos-leis não é mais o de 60 dias a contar da publicação. Mas o de 60 dias a contar do recebimento do texto pelo Congresso. E quem manda o texto pra lá? O presidente da República. Não há fixação de prazo para que o presidente o remeta. O que isso significa?

Significa que o presidente da República pode legislar sobre segurança nacional, finanças públicas, tributação, criação de cargos públicos e fixação de vencimentos por meio de decretos-leis. Aplicá-los segundo sua conveniência e só enviá-los para o Congresso quando bem lhe parecer. Assim, na hipótese de vir a existir um Congresso diferente do que aí está, não tem importância. Mesmo que os parlamentares depois rejeitem tal ou qual decreto-lei, ele já terá sido aplicado às pencas. E os atos praticados com base nele não poderão vir a ser considerados nulos...

E tudo isso com o Congresso aberto, com o Poder Judiciário gozando da plenitude de suas garantias de funcionamento, com a Constituição rigorosamente observada. Em outras palavras: "nos melhores moldes do Direito".

Com essa alteração –pequena na aparência – o governo deu o nó que precisava para garantir a continuidade do regime ditatorial. Os que perceberam essa jogada (embora sem desenvolver suas análises até as últimas consequências) foram Acioly Filho autor da Emenda nº 1 ao projeto, e os sindicalistas que apoiaram essa parte da emenda no documento entregue ao relator José Sarney, às vésperas da votação. Não é preciso dizer que a emenda nº 1, e principalmente a opinião dos sindicalistas, foram rejeitadas.

De modo que "a institucionalização acabada da Revolução de 1964", como prometia Geisel em discurso na primeira reunião ministerial de seu governo, foi conseguida "nos melhores moldes do Direito", como ele anunciava na mensagem com a qual encaminhou as reformas ao Congresso Nacional, no dia 26 de junho deste ano.

Geisel, mais uma vez, cumpriu sua palavra.

Maurício Lemos e Sandra Starling

MILITARES: volta aos quartéis?

"Em todo caso, já fica bem mais claro que a crescente politização que se observa na área militar não poderá ser interrompida, qualquer que seja o rumo a ser tomado pelo processo sucessório".

A punição do general Hugo Abreu voltou a revelar a força atual do esquema militar oficialista, em cuja liderança se encontram o presidente Ernesto Geisel, o general Golbery do Couto e Silva e um grupo de altos militares da reserva, entre os quais encontram o próprio Orlando Geisel e Cordeiro de Farias.

A posição do grupo descontente que tem no Grupo Centelha um dos mais organizados, integrado por três ou quatro grupos de oficiais - da ativa e da reserva - articulados nacionalmente e coordenados pelo general Hugo Abreu, mostrou-se ainda débil para conter atos de represália, embora suficientemente forte para evitar uma atitude mais enérgica do governo. A hipótese de passar o general Hugo Abreu para reserva, ao que tudo indica, não está nas cogitações imediatas da equipe que controla o governo.

O fato concreto, contudo, é que o poder de influências da candidatura do general Euler Bentes encontra-se enfraquecido e já há mesmo quem a considere um caso perdido. A ideia de que, através do general Abreu, pudesse ser desenvolvida, nas vésperas da votação no Colégio Eleitoral uma ampla campanha de denúncias de corrupção envolvendo várias personalidades do governo já perdeu boa parcela da relevância que poderia ter.

Neutralizando os dissidentes

O quadro de articulações políticas nas Forças Armadas parece, à primeira vista, cada vez mais confuso. A última novidade, que poderia modificar um certo tipo de análise sabe as correntes existentes no interior do Exército foi o convite formulado pelo general João Baptista Figueiredo ao general Alburquerque Lima, no sentido de que este venha a integrar seu próximo gabinete. É digno de se registrar que em carta enviada ao Relatório Reservado o general não desmentiu o convite recebido.

Fontes da assessoria do general Alburquerque Lima, que no período 1969/1970, polarizou com o general Lima Tavares o processo sucessório para a presidência e que costuma ser caracterizado por suas posições nacionalistas e favoráveis à liberalização do governo militar reconhecem que a proposta foi bem recebida, particulamente pelos empresários Aloísios Alves e José Luiz Moreira de Souza. Os dois encabeçam o chamado Grupo UEB, que atravessa uma difícil situação financeira, sendo dirigido atualmente entre outros pelo próprio Alburquerque Lima.

O problema do general consiste em ter que avaliar qual seria a reação dos grupos militares que até muito recentemente o consideraram parte do setor descontente e área de apoio a candidatura do general Euler Bentes Monteiro, no caso de que chegue a aceitar o Ministério do Interior do próximo governo.

O dilema de Alburquerque Lima se encontra justamente entre as pessoas do Grupo UEB, do qual se fez um fiel representante, e as contrapressões dos oficiais que durante todo o período posterior a sucessão anterior continuaram comprometidos com suas posições.

Aliás, diga-se de passagem não parece ser este o único problema da chamada oficialidade descontente que hoje integra a principal base de apoio militar do general Euler Bentes.

Mais recentemente, tornou-se até mesmo um tanto incômodo, para estes setores, verem seu apoio misturado com as manifestas simpatias do general Médici ao candidato militar do M.D.B.

Pelo lado do general Figueiredo a situação não é menos confusa. Nas últimas semanas, o general Jaime Portela, conhecido porta-voz do também general Silvio Frota, que liderou uma tentativa de golpe contra o governo Geisel, pronunciou-se em apoio à candidatura Figueiredo, deixando entender, segundo observadores, que a posição do general golpista (de última hora) está por trás de suas declarações.

Na realidade, observa-se a uma reacomodação de forças na área militar. A crescente politização da sociedade está exercendo influência, sacudindo o esquema de despolitização imposto às tropas e à oficialidade, após 1964.

O resultado do processo de afastamento da vida política dos militares que não integram os altos escalões foi o surgimento de amplo setor neutro constituido pelo grosso da oficialidade. Este setor, situado entre a alta oficialidade comprometida com o regime militar atual, cujo grupo hegemônico é atualmente o esquema Geisel-Golbery, e a oficialidade descontente (ainda liderada por generais diretamente ligados ao sistema) começa a se inclinar para um outro lado, de acordo com a força que cada um demonstra possuir.

Embora neutro politicamente – se é que se pode chamar assim – esta parcela de oficiais é decisiva quando o quadro se caracteriza pela polarização de pontos-de-vistas. No episódio da sucessão Lira Tavares X Albuquerque Lima, sua importância já se havia revelado, obrigando o alto comando a interromper o processo de consultas nas bases.

A julgar pelo discreto estilo de campanha sucessória que vem sendo realizada por Euler Bentes, pontilhada por eventuais vacilações como a que ocorreu no episódio do comício da Universidade de Brasília, já se tornou pouco provável uma mudança na correlação de forças dentro do Colégio Eleitoral.

Em todo caso, já fica bem mais claro que a crescente politização que se observa na área militar não poderá ser interrompida, qualquer que seja o rumo a ser tomado pelo processo sucessório.

Cada dia que passa é mais forte a tendência a que os descontentamentos no setor militar, originados quase sempre, em questões de caráter interno (salários baixos, transferências arbitrárias e parcialidade nas promoções, particularmente de major para cima), assumam uma forma política de manifestação.

Carlos Bahia

FRENTES: e os partidos?

"A questão das frentes passa pela questão dos partidos, até porque a formação de uma frente passa por negociações, e cada qual precisa saber com quem está negociando. Pelo menos desde que se pense a coisa em termos de um encaminhamento democrático".

Ultimamente têm-se multiplicado, no interior do crescente debate sôbre a formação de novos partidos, manifestações que tendem a complicar questões razoavelmente simples. Uma dessas questões é a das frentes políticas.

Hoje todo mundo fala de frentes políticas, de Magalhães Pinto a Alberto Goldman, de Airton Soares ao General Euler Bentes Monteiro passando pela convergência Socialista ou Leonel Brizola. E é curioso anotar que há duas vertentes principais nessa tendência geral. De um lado estão aqueles que propõem um partido que seja uma frente. Do outro lado, estão aqueles que propõem uma frente que seja um partido. Ora, partido não é uma frente, já se vê, a menos que o observador não tenha capacidade (e intenção) para ultrapassar o nível das palavras.

O diabo, nessas discussões, é que elas remetem, sempre, para a conjuntura. E o fato é que esta aponta, seja para aqueles que têm como objetivo a liquidação do regime autoritário com o restabelecimento das franquias democráticas, seja para aqueles que, parcela do conjunto anterior, se identificam com os anseios populares, para uma necessidade fundamental: é hora de somar esforços. Esta é uma palavra-de-ordem que todos repetem, até a exaustão, sejam liberais burgueses, sejam trabalhistas, sejam socialistas, sejam comunistas, sejam cristãos ou até, deserdados de última hora do regime.

A crise do regime revela-se do ponto-de-vista político mais geral, em dois movimentos que se completam. Por um lado, nota-se a corrosão interna da estrutura autoritária, que sequer consegue preservar o verniz da aparência de unidade, fazendo com que no seu interior se acentue um amplo movimento de deserção, dissidência e, em alguns casos, de rebeldia manifesta. Os que, até ontem, por convicção ou por puro interesse, tinham os olhos voltados para os menores gestos dos donos do poder, começam a mostrar sinais de dúvida e, pelo sim, pelo não, manifestam escondidas vocações democráticas.

Há algum tempo seria impensável o ridículo episódio parlamentar do **decretão da greve.** Então, os homens da Arena teriam manifestado entusiástico apoio a mais esta manifestação de sapiência do regime e, em massa, teriam acorrido à Câmara para votar a favor. Hoje - e a dúvida se manifesta aí - não tiveram, ainda, capacidade de manifestar-se contra. Mas passaram a revelar o medo de outro poder que se materializa: a opinião popular. Da fase da triste opção entre o "sim" e o "sim senhor", já chegamos, ao menos, à fase do "nem sim, nem não, muito pelo contrário".

Frente democrática

Do outro lado, que não é o daqueles que estão pendurados no regime (cuja sobrevivência política depende da preservação atualizada do **status quo** político) estão os que reconhecem que o regime caducou.

Esse conjunto tende a unificar-se em torno de uma plataforma política geral, cuja expressão mais simples é a palavra de ordem: **democracia já!** No interior desse conjunto heterogêneo, e **cuja unidade se define exclusivamente por oposição à atual forma de autoritarismo,** justapõem-se interesses tão variados e conflitantes como é variada e conflitante a sociedade brasileira.

Esse movimento convergente, mais de justaposição do que de união consolidável, aponta para um tipo de instrumentalização política que é a **frente democrática.** Esta, que já está em formação, tende a estruturar-se através da unificação conjuntural das diversas forças que identificam, no atual momento político, o elenco de liberdades democráticas como seu objetivo imediato. Justapõem-se nessa frente todos que reconhecem num programa articulado em tôrno de pontos como **Constituinte, liberdade de organização partidária, autonomia sindical, liberdade de expressão e manifestação, respeito aos direitos humanos, anistia** e outros, todos inerentes a uma democracia liberal-burguesa, seus objetivos de momento. Uma frente anti-ditadura, enfim, e **cujo limite temporal é o limite temporal do regime.**

Frente Popular

Não se pode ignorar, porém, que a conjuntura aponta para uma **frente** mais restrita, presumivelmente mais coesa. Tomando a questão da Constituinte para exemplificar o raciocínio, parece claro que a vigência da frente democrática, enquanto instrumento de ação política de todos que colocam no seu interior, prevalecerá até a conquista desse objetivo. Para todos (e aí falo tanto de setores politicamente organizados da sociedade quanto dos interesses profundos que representam) a frente democrática é o instrumento adequado para se chegar até a Constituinte.

Mas quando esse objetivo fôr alcançado, instaurar-se-á uma confrontação de outro tipo. **Essa nova etapa da luta política terá como alvo a qualidade da Constituição, ou seja, a qualidade da ordenação jurídico-institucional do País.** Essa nova confrontação política, cujo cenário será formado pelos destroços que configurarão a herança do autoritarismo (inexperiência política, falta de capacidade de negociação, medo da confrontação democrática, radicalizações verbais, e a lista é imensa), vai impôr a necessidade de uma reordenação de alianças.

Que a burguesia já está tratando disso (com pouca competência, diga-se de passagem, pois o autritarismo pesa-lhe sobre os ombros, se bem que diferentemente do que para as classes trabalhadora, não há dúvida). E para aqueles que estão com os olhos voltados para os interesses populares, a solução passa pela tarefa de articulação de uma **frente popular.** Porque não se tenham muitas dúvidas: a luta pela Constituinte vai unir, mas na luta dentro da Constituinte, e após o estabelecimento da nova ordenação juridico-institucional do País, as contradições principais da sociedade brasileira tenderão a polarizar a confrontação política. Os interesses de classe passarão a determinar imediatamente as alianças, e a unidade dos que têm por objetivo os interesses profundos das classes trabalhadoras deverá expressar-se numa frente popular.

Frente democrática agora, frente popular depois? É bom não esquecer que em política não é conveniente colocar as coisas nesses termos. Penso ser um enorme equívoco dar andamento apenas às tarefas imediatas. Não é possível separar mecanicamente, na atual conjuntura, principalmente quando se tem os olhos postos no futuro, a questão da frente democrática da futura e portanto atual necessidade de uma frente popular. São dois níveis de um mesmo problema, e a resposta para cada um passa, necessariamente, pela capacidade de produzir respostas para a outra, concomitantemente.

O que tudo isso tem a ver com a questão da organização de novos partidos? Penso que tem tudo a ver. Está nas ruas um tipo de proposição que aponta para o caráter precipitado das atuais iniciatimes de construção partidária, afirmando que o importante, agora, é juntar forças numa frente (para uns **democrática,** para outros, **popular**) . Não me parece ser uma preposição criativa ou, sequer, sensata. Penso até que se trata de uma meia verdade e, portanto de uma mistificação.

O próprio bom-senso indica que a força de uma frente depende da força de seus componentes e, no caso de frente políticas, esses componentes têm que ser partidos ou formações com capacidade política efetiva. A questão das **frentes** passa pela questão dos partidos, até porque a formação de uma frente passa por negociações, e cada qual precisa saber com quem está negociando. Pelo menos desde que se pense a coisa em termos de um encaminhamento democrático.

Istvan Jancsó

O IV ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DECIDE

UNE EM MAIO

Dentro de oito meses, os estudantes vão reconstruir a entidade nacional que represente seus interesses e coordene a nível nacional as lutas dos universitários e secundaristas. Esta é a perspectiva apontada pelo IV ENE, que acaba de se realizar em São Paulo. Votar no MDB e apoiar principalmente os candidatos populares é outra das decisões.

O IV Encontro Nacional dos Estudantes – ENE – realizado em São Paulo, nos dias 3 e 4 de outubro, com a presença de 463 delegados representando 169 escolas de 13 estados do país, cumpriu no fundamental o papel de definir os passos que os estudantes darão no caminho da reconstrução da União Nacional dos Estudantes – UNE – entidade colocada na ilegalidade após o golpe de 1964 e que sofreu intensa repressão, acabando por ser destruída.

Os delegados dedicaram todo o seu segundo dia de discussão para decidir a respeito do processo de reconstrução da UNE. Havia quatro propostas diferentes entre si, principalmente, quanto a definição do próximo passo: **um Congresso de Reconstrução da UNE ou um Congresso de Avaliação do movimento,** (este marcaria a data da reconstrução da UNE). A outra divergência dizia respeito a saber se o Congresso deveria ser feito no primeiro ou no segundo semestre do próximo ano. Além disso, existia uma proposta, bastante minoritária, de realização de mais um ENE antes da reconstrução da UNE, mas que foi retirada antes da votação.

UNE em maio

A proposta vencedora, com 358 votos de um total de 731, foi a de realização de um **Congresso de Reconstrução da UNE** ainda no primeiro semestre do ano que vem. Após essa decisão, seguiu-se nova fase de votação onde os estudantes estabeleceram as normas que vão reger o seu Congresso em 1979.

A decisão final foi a de marcar o Congresso de Reconstrução para Salvador, dia 29 e 30 de maio de 1979. Desse Congresso participarão delegados das escolas, defendendo propostas previamente apresentadas e votadas através de um dos três processos considerados democráticos e representativos: assembléia da escola, com pelo menos 20% do total de alunos; votação secreta em urna; congresso interno da escola. Cada escola terá direito a três delegados para até 500 alunos matriculados, e um delegado para cada mais 500 alunos ou fração. Esses delegados irão representar as propostas proporcionalmente, de acordo com o resultado por elas obtido na escola. Cada delegado terá direito a somente um voto.

Foi também definida a pauta do Congresso de Reconstrução da UNE: Avaliação da conjuntura política do país e do movimento estudantil; Reconstrução da UNE: aprovação ou não pelos delegados; definição da data das eleições da diretoria e do processo de eleição (voto em urna nas escolas ou eleição em novo Congresso);

Definição dos estatutos mínimos e do anteprojeto da Carta de Princípios da União Nacional dos Estudantes.

Participar das eleições

O início do IV Encontro foi marcado pela presença do presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia/SP, que convocou os estudantes a participar do Congresso Brasileiro pela Anistia, em novembro, quando teriam como tarefa elaborar um "dossiê" de todos os estudantes atingidos por quaisquer forma de repressão política nestes 14 anos e onde seriam representados pela Comissão Nacional Pró-UNE. A Comissão Pró-UNE foi criada durante o III ENE, realizado em São Paulo no campus da PUC, em setembro do ano passado, horas antes da invasão daquela Universidade por tropas policiais, e tem como tarefas encaminhar a reconstrução da UNE e centralizar as lutas estudantis a nível nacional.

A posição do IV ENE acerca das eleições foi conhecida após prolongados debates e de duas votações separadas. A primeira delas apresentou a tese do voto nulo em 15 de novembro contra o conjunto das proposições que, de uma forma ou de outra, propunham a votação em candidatos do MDB. Estas últimas obtiveram 559 votos; enquanto que a tese do voto nulo ("Pelo voto nulo contra a Ditadura, seus partidos e suas instituições, pelo voto nulo na farsa eleitoral de 15/11, pelo Partido Operário, pela Assembléia Constituinte Soberana e Democrática"), obteve apenas 168 votos.

Em seguida decidiu-se entre quatro moções apresentadas com relação ao voto. A visão vencedora, com 237 votos, foi a que dizia: "Devemos derrotar a Ditadura Militar e seu partido, a Arena, votando no MDB. Apoiando principalmente os candidatos populares, aqueles comprometidos realmente com as lutas populares e democráticas, pelo fim do regime, por melhores condições de vida e trabalho e pelas liberdades democráticas".

Em segundo lugar, com 145 votos, ficou a tese que propunha "apoio sòmente aos candidatos populares, aqueles que: assumam um programa claro, pelo fim do Regime Militar; coloquem seu mandato a serviço da organização popular e independente; Tenham um histórico de luta e compromisso com os interesses populares".

Ficaram por último as teses que defendiam, o voto no candidato comprometido com um programa socialista (131 votos) e a tese que no fundamental defendia o voto do MDB e a defesa de seu programa (85 votos).

Cobertura: Sérgio Alli
Fotos: J. E. Raduan

UNE - HISTÓRIA 1964 - 1972

Fala Altino Dantas Júnior

O preso político Altino Rodrigues Dantas Júnior, ex-presidente da UNE em 1965 e 1966, concedeu este depoimento ao Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, da Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo. Preso em 1971 e condenado a 64 anos e seis meses, ele relata o processo de reorganização da UNE após o golpe de 1964 e faz uma análise do período que vai de 1968 a 1972, quando o isolamento das forças de oposição acaba sendo um dos principais fatores da destruição da UNE.

O golpe militar de 1º de abril de 1964 voltava toda a sua ferocidade à classe operária, muito mais pelo que ela poderia avançar do que de fato pelo que avançou até aquele momento. Os estudantes foram atingidos pelo crime que muito nos honra de ter procurado se colocar ao lado dos trabalhadores e de todos os exploradores. Ou pelo menos por pensarem os golpistas que isso ocorria.

A sede da UNE na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, foi incendiada por bandos repressores insuflados pelos golpistas. Esta mesma sede, que havia sido tomada pelos estudantes em 1939 do Clube Germania, na época representante dos nazistas no Brasil. Em 1964, depois de recuperado do incêndio, pretendeu-se devolver o prédio aos antigos proprietários, agora representados pela Embaixada Alemã. Porém, acabou como sede da Escola de Arte.

O fato é que o ano de 1964 foi marcado por uma grande repressão contra o movimento estudantil, mas que nem de perto teve a amplitude da perseguição ao movimento operário, fechamento de entidades com invasão das principais e prisão de quase quase toda liderança mais ativa dos estudantes, só não foram presos os que conseguiram se exilar. Completa o quadro de repressão a promulgação da famigerada "Lei Suplicy".

Com as lideranças perseguidas, as entidades fechadas ou sob intervenção, é que se iniciou o trabalho de reorganização no final do ano de 1964. No início de 1965 um Congresso Extraordinário reorganizou a UEE de São Paulo, elegendo uma diretoria da qual fizemos parte como vice-presidente. Uma das primeiras atividades dessa diretoria foi participar de um conselho Nacional da UNE, onde a maioria das entidades presentes era representada por interventores, que indicou uma "junta provisória" para conduzir a UNE até seu próximo Congresso. Essa junta representava politicamente as interventorias. A UEE de São Paulo e as poucas entidades representativas ali presentes exigiram que a realização do Congresso fosse naquele mesmo ano de 1965 e, para tanto, garantia-se a infra-estrutura necessária em São Paulo. Tinhamos certeza de que em um Congresso representativo das bases estudantis os interventores seriam derrotados

Reconquistando a UNE

A grande tarefa daquela diretoria provisória da UEE/SP era a de organizer o Congresso da UNE, tarefa de certa forma realizada com a oposição da junta dos interventores da UNE, que já anteviam a sua derrota, pois a reorganização caminhava a passos largos em todo o país, apesar da repressão, e várias interventorias foram derrubadas. Conseguiu-se, por fim, em agosto de 1965, realizar-se o 27º Congresso Nacional dos Estudantes, que teve por sede a Escola Politécnica de São Paulo e reuniu cerca de 400 delegados de todo o país. Era o primeiro Congresso depois do Golpe Militar. Foi a duras penas realizado, e apesar de algumas medidas repressivas, não se conseguiu impedí-lo. E, talvez em função de não definição clara da repressão, ele foi realizado legalmente.

A diretoria eleita, da qual fizemos parte, era composta de uma geração nova de estudantes que surgiram das bases para substituir as antigas lideranças ceifadas pela repressão. Esse aspecto vai marcar muito essa primeira gestão da UNE após o golpe, experiência e maturidade teriam que ser adquiridas com a prática, o que levou essa primeira diretoria a passar por grandes crises e acabar sua gestão com apenas dois diretores dos 10 eleitos.

A tarefa principal era organizar e mobilizar e a ela nos lançamos, levando a todo o país o plebiscito sobre a "Lei Suplicy", reorganizando as UEE's fechadas ou sob interventoria, mobilizando pela autonomia universitária e contra o terrorismo cultural que se abatia sobre a universidade brasileira. A lutal geral contra a ditadura era levantada pela UNE, articulando os aspectos específicos do Movimento Estudantil com a luta geral e política.

Invasão da UNE – 1964

Na época surgiu uma proposta de diálogo por parte do governo que era dirigida principalmente aos intelectuais, estudantes e ao meio universitário. Os estudantes acertadamente, creio eu, se opuseram a ela com a afirmação de que diálogo com regime seria monólogo".

Durante as gestões, várias vezes os diretores da UNE foram atingidos pela repressão. Um vice-presidente esteve preso no Ceará por cerca de 50 dias. Nós mesmos estivemos duas vezes presos, uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro.

Essas prisões e todas as atitudes repressivas sempre foram respondidas com mobilizações estudantis, única forma que entendíamos de fortalecer a entidade. A primeira manifestação de vulto se deu no Rio de Janeiro, ainda em 1965, como resposta à invasão da UNE, que havia se instalado no restaurante Calabouço. A partir dessa invasão a UNE não mais montou sede, funcionando em vários centros acadêmicos e se tornando efetivamente itinerante por todo o país.

É óbvio que a UNE ressurgida depois do golpe não possuia praticamente nenhuma infra-estrutura. A isso respondemos com a atuação direta, e assim estivemos na maioria das faculdades nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Guanabara, Minas Gerais, Bahia e Goiás. Outros companheiros de diretoria cobriram outros estados sempre preocupados em manter um contato direto com as bases.

Ainda em 1965 realizaram algumas manifestações, principalmente no Rio e São Paulo. Mas é no ano de 1966 que as mobilizações começaram a se ampliar. Ainda no primeiro semestre, portanto ainda na nossa gestão, realizar-se-ão manifestações na Bahia (onde deu-se o incidente das predradas com o então M ministro da ditadura Juracy Magalhães), em Minas, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

Nessa nossa gestão conseguimos ainda tirar um número do Jornal da UNE "O Movimento", que alcançou grande repercussão em todo o país.

O 28º congresso

Foi graças à política de organizar e mobilizar que se conseguiu chegar ao 28º Congresso de Belo Horizonte com uma razoável capacidade para enfrentar toda a sanha repressora do regime, que lançou mão, segundo a imprensa da época, de 5 mil soldados do exército para tentar impedir a realização do Congresso.

Enfrentou-se vitoriosamente a repressão, pois esse foi o primeiro Congresso clandestino da história da UNE e realizou-se com grande sucesso, nos porões do Convento dos Franciscanos em Belo Horizonte. Dos 450 delegados que deveriam comparecer, cerca de 300 se fizeram presentes, tendo a repressão impedido a chegada de 150, com prisões ou fechamento de estradas de acesso a Belo Horizonte, o que sem dúvida foi uma vitória dos estudantes na época e que deu a UNE muita força.

IV ENE – 1978

Ao presidirmos o 28º Congresso da UNE éramos o único diretor da UNE, o outro companheiro estava participando de um Congresso Internacional, na qualidade de representante da UNE. Os demais diretores, em função da repressão e das dificuldades que não eram poucas, haviam se afastado. Nós mesmos já vivíamos praticamente clandestinos.

Interessante se notar que, em função do Congresso, foi aberto um processo na Auditoria Militar de Juiz de Fora, que acabou por absolver todos os indiciados, por ter ficado provado nos autos que era um direito da UNE realizar o seu Congresso. A "Lei Suplicy" propunha uma outra estrutura para o ME, mas não fechava nem a UNE, nem as UEE's. Decreto nesse sentido foi assinado por Castelo Branco, na época mesma do Congresso, o que determinou a invasão das UEE's, particularmente a UEE de Minas, nas vésperas do Congresso, tentando assim tirar a infra-estrutura do Congresso. Foi tirada uma decisão de que nenhum estudante deveria comparecer voluntariamente à Auditoria de Juiz de Fora, mas os que fossem forçados a isso deveriam reafirmar a realização do Congresso. Mesmo assim todos foram absolvidos. Em São Paulo foi também aberto um processo na 1ª Auditoria, onde fui condenado a dois anos de prisão (a revelia), por incitação ao Congresso. A base do processo era o Jornal da UNE "O Movimento". Isso tudo mostra as contradições do Regime.

Necessário se faz algumas observações acerca da gestão 65/66 da UNE. Em primeiro lugar é importante se observar autocriticamente a reorganização de cima para baixo realizada na época. Esta visão autocrítica temos hoje, pois quando intentávamos aquele trabalho o que nos informava era a necessidade de não permitir uma quebra de continuidade na existência da entidade. Nossa ânsia de reorganizá-la era a necessidade de afirmar politicamente que a UNE não morrera e, apesar da repressão, continuava atuante. Isso foi compensado pelo intenso trabalho de reorganização e mobilização que com o apoio nas UEE's, DCE's e CA's conseguimos realizar.

O trabalho da gestão só pode ser entendido na continuidade da UNE. Foi um trabalho principalmente de reorganização e os resultados só surgirão nos períodos seguintes da entidade e do próprio Movimento Estudantil, quando teremos grandes mobilizações que culminarão na Passeata dos Cem Mil (apenas para ter um marco).

Durante a gestão tivemos participação, no sentido de levar o apoio dos estudantes, nas lutas que a classe operária realizava na época contra o fim da estabilidade e a imposição do FGTS, e contra o arrocho salarial. Desta forma estivemos numa concentração no Cine São José do Belém e em outra, na Praça Princesa Isabel. O Movimento Operário sofria repressão muito maior que o Movimento Estudantil, afinal de contas era contra ele principalmente que se dera o golpe e ao tempo de nossa gestão suas manifestações ainda eram pequenas. Ao Movimento Estudantil, essa era a nossa orientação, restava prestar solidariedade sempre que possível e necessário.

1968-72: os erros do "vanguardismo".

Analisar o período de 1968 a 1972 é uma tarefa que demanda uma longa e minuciosa exposição do seu significado, seus antecedentes e suas consequências para o processo político brasileiro. Falar desse período em rápidas palavras necessita que antes chamemos a atenção para os perigos que possa advir do entendimento dos fatos ocorridos naquele momento histórico.

Veremos aqui apenas alguns aspectos e, principalmente, tentaremos dar nossa visão autocrítica do militarismo que marcou sobremaneira aqueles anos. É necessário se entender que a visão autocrítica se refere aos erros que nós cometemos e que em nada modificam o caráter do Regime contra o qual lutamos. Portanto a visão crítica que temos hoje, é do militarismo que marcou os anos subsequentes ao estrangulamento do movimento de massas em 1968, movimento que havia atingido amplos setores, inclusive operários, mas mobilizará principalmente a pequena-burguesia, a qual sofrera um processo de radicalização, que levou-nos enganosamente a concluir pela existência de base social para o enfrentamento mais profundo e radical com a burguesia, representada pela sua ditadura.

Os erros no campo ideológico nos levaram a uma atitude vanguardista de substituição do proletariado, única força capaz de derrotar o regime capitalista. Os erros de avaliação, ainda que teoricamente fizéssemos afirmações corretas, nos levaram a por o carro na frente dos bois.

Tentamos uma guerra em que não tínhamos base social, a própria pequena-burguesia foi "ganha" pelo "milagre econômico", que lhe abriu periodicamente grandes oportunidades. Não fomos capazes de detectar esse fenômeno a tempo.

Não se trata, evidentemente, de fazer "mea culpa", mas ir a fundo para extrair os ensinamentos e avaliar corretamente as consequências daquela atitude (o que, evidentemente, não poderá ser feito aqui). A autocrítica que hoje fazemos não procura nos eximir de responsabilidade, pois assumimos historicamente as nossas atitudes. A autocrítica visa superar os erros.

Refutamos a acusação de "terroristas". Devolvemos esta acusação aos que torturam, assassinam, banem, perseguem, enfim, aos que implantaram o verdadeiro terror no país – o regime militar resultante do golpe de 1964. É sintomático, embora não precisemos disso para nos defender (nossa defesa está na História), que depoimentos das pretensas "vítimas", entre as quais se destacam embaixadores sequestrados, foram unânimes em defender os que os sequestraram, afirmando terem sido bem tratados. O noticiário tem destacado a participação de alguns deles nas campanhas de anistia, inclusive.

Justificaram a repressão em função da existência de ações armadas. Este é um fato que precisa ser colocado no seu devido lugar. Antes mesmo de qualquer ação militar contra o regime, já se matava em nome da segurança nacional (Sargento Manuel Raimundo Soares, estudante Edson Luis, etc...). Já se torturava. Quem não ouviu falar do Coronel Ibiapina, no Recife, apenas para destacar um nome que se evidenciou desde 1964?

Já dissemos e repetimos que isso não pode ser considerado uma autocrítica, a qual demanda uma análise mais circunstanciada. Podemos apenas afirmar a nossa intenção de aprofundá-la.

Idéias para uma nova estrutura sindical – I

Comissões de fábrica: o alicerce do sindicalismo independente.

O primeiro projeto de reformulação da estrutura sindical brasileira elaborado a partir de debates entre os próprios operários começa a surgir, durante o III Congresso do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema, entidade presidida por Luiz Inácio da Silva, o Lula. Crescentemente, o modelo da CLT de 1934, inspirado no facismo de Mussolini, vai sendo combatido, e agora evidencia-se a preocupação em oferecer alternativas para que no futuro, o movimento sindical possa desatrelar-se do estado e dos patrões e guiar-se pelos interesses dos trabalhadores. Com objetivo de contribuir para este debate, EM TEMPO inicia a publicação de uma série de reportagens, artigos e entrevistas. A organização sindical no interior das empresas, seja através de comissões de fábrica ou de delegados, é o tema do primeiro da série. Trata-se da cobertura de uma polêmica discussão travada no próprio sindicato, durante a preparação para o III Congresso, entre o sociólogo Francisco Weffort e os operários presentes.

O alicerce para a reformulação da estrutura sindical brasileira é a conquista do direito de exercer a atividade sindical no interior das fábricas, seja através dos delegados ou da formação de comissões, eleitos pelos próprios trabalhadores para representá-los, com estabilidade de emprego assegurada. Só assim o movimento sindical pode vir a ser n o futuro efetivamente independente dos patrões, do estado, e dirigido exclusivamente pelos interesses dos trabalhadores.

Em resumo, é este o ponto de vista que o sociólogo Francisco Weffort defendeu durante um debate com mais de cem operários, promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, na preparação do III. Congresso da categoria, marcado para começar este fim de semana numa colônia de férias do Guarujá, litoral paulista.

"Se a conjuntura política continuar sendo de progressiva liberalização - acentuou Weffort - é possível que realmente tenhamos alguma reforma na estrutura sindical. Neste caso, a base do edifício de qualquer mudança diz respeito a saber qual é a legitimidade que os empresários vão reconhecer para o enraizamento do sindicato nas fábricas e outros locais de trabalho'.

Os golpes passam, os operários ficam.

Professor da Universidade de São Paulo e pesquisador há muito tempo da história do movimento sindical e operário, ele citou o exemplo da Argentina, para reforçar sua tese. Neste país, há mais de 20 anos, sucedem-se os golpes de estado. Em cada um deles, um dos primeiros alvos do ataque dos regimes autoritários é exatamente destruir a capacidade de defesa do movimento sindical e da classe trabalhadora.

"Os militares descabeçam o movimento sindical, prendem os altos dirigentes, fazem intervenção nas entidades mais importantes, derrubam lideranças expressivas. Apesar de tudo, o movimento sindical argentino continua - argumenta Weffort. Mesmo hoje, nas piores condições políticas imaginháveis, em que há uma guerra civil interna entre um setor repressivo da polícia civil e do exército contra setores da população, uma situação de violência que todos conhecem, ainda assim, o movimento sindical argentino toma a palavra, pressiona, e ninguém pode afirmar em sã consciência, que deixa de resistir'.

Para o sociólogo, a explicação do caso argentino está exatamente no fato da classe operária ter um tipo de organização no interior das empresas que não existe formas de arrebentar, sem que isto signifique o arrebentamento físico dos próprios trabalhadores': 'existem direitos no interior da empresa, para o entendimento ou o desentendimento com os patrões, que estão assegurados e permanentes. Não adianta a lei mudar, porque estes direitos estão estabelecidos há muito tempo e os trabalhadores não renunciam a eles".

Primeiro a democracia ou a comissão de fábrica?

Trata-se de um tema bastante polêmico no seio do Sindicato de São Bernardo. O presidente da entidade, Luiz Inácio da Silva, o Lula, ja manifestou em diversas ocasiões suas reservas quanto a propostas semelhantes a que que Weffort sustentou.

E o debate foi mesmo acirrado. A primeira objeção apresentada às idéias do sociólogo partiu de uma análise da rigidez política do regime e da constatação de que não existe nenhuma estabilidade no emprego para o militante sindical que não seja o membro da diretoria do sindicato. Na falta de um operário a questão era esta: 'Não se deveria lutar primeiro pela reconstrução democrática do país e depois, no tempo, se lutar para formar as comissões de fábrica?'.

Segundo outro metalúrgico, que relatou sua própria experiência como dirigente sindical na base, 'a implementação esquentada e dramática, "há 14 anos atrás não existia as comissões de fábrica, e o povo fazia greves assim mesmo". Dizendo-se completamente contrário à proposta de formação de comissões de empresa, ele explicou: "Da estrutura nacional que estamos agora, que é essa democracia demagoga que está aí, não tem condições do operário ter garantia lá dentro da fábrica para fazer comissão. Isso, eu digo com certeza, como tenho certeza que um dia vou morrer. A gente que está lá dentro sente na pele e sabe o que se passa. Quando for mudada a estrutura sindical, a liberdade, aí sim, quando nós tivermos a garantia, nós podemos então fazer as comissões".

Depois de assinalar que sua estabilidade era só por quatro anos (''depois vou ganhar pontapé na poupança''), e revelar que já fôra prejudicado quando era da Comissão de Prevenção de Acidentes (CIPA), na empresa FORD, o mesmo operário expôs sua alternativa: "comissão de fábrica são os 40 mil trabalhadores da **Volks**, são os dez mil da **Ford, da Mercedez Benz, da Scania, da General Motors**. Essas são as comissões verdadeiras: quando o metalúrgico do ABC, quando o povo brasileiro puser na cabeça que tem que se unir".

Ao contra-argumentar, Weffort apresentou um entendimento diverso do que estava sendo apresentado como democracia: "o grande problema político democrático no Brasil hoje, o problema mais sério na construção da liberdade, é precisamente o reconhecimento público do direito dos trabalhadores a se organizar em sindicatos e a se expressar livremente no plano político. Este é o ponto central. Então, as duas lutas, de certa maneira, dependem uma da outra. Se a democracia no Brasil dependesse só de entendimento entre intelectuais, burgueses, gente rica, militares, etc, já tinha sido criada. Se não tem democracia, ou a democracia vai mal, é porque não se consegue atender os interesses da grande maioria dos trabalhadores. Então, as duas coisas vão um pouco juntas: a luta pela democratização da base da estrutura sindical, e a luta pela democracia, uma é condição da outra".

Por outro lado, Weffort reconhece que "evidentemente, não havendo garantia de estabilidade para o representante dentro da empresa, é claro que a formação de comissões fica praticamente impossível de resolver, pelo menos fica muito difícil de resolver no quadro existente dentro do país".

Mas, baseado nas observações que tem feito do movimento sindical e operário, Weffort formou a convicção seguinte: "nem a classe operária recebeu nada de graça".

Isto é, as comissões de fábrica não vão cair do céu: "os sindicatos, quaisquer organizações que os trabalhadores tenham criado, eles criaram lutando, não existe outra maneira de conseguir isso. Antes que atual estrutura sindical viesse a nascer, houve 50 ou 60 anos de luta dos trabalhadores até que o estado resolvesse – na minha opinião da pior maneira possível – estabelecer uma certa estrutura sindical. Eu só concebo o processo da formação das comissões de fábrica, como a história concebe, no Brasil ou em qualquer parte: com luta. Se eventualmente o estado vier a reconhecer estabilidade de emprego para o delegado sindical ou as comissões de fábrica, isto custa pelo menos duas décadas de luta", afirmou o sociólogo.

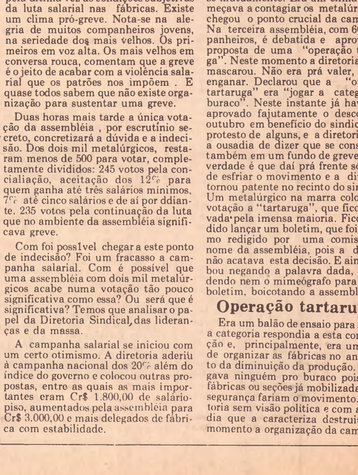
Na clandestinidade

Ainda sobre as dificuldade de formação de comissões de fábrica, houve um metalúrgico que perguntou: "é viável formar comissões de fábrica na clandestinidade?"

A opinião do autor de vários estudos clássicos sobre a influência do populismo no movimento sindical brasileiro foi mostrada num raciocínio simples: "numa total clandestinidade, se não é impossível, é enormemente difícil formar qualquer tipo de comissão. Porque uma comissão para funcionar tem que ter os seus líderes., ou os seus representantes;conhecidos do patrão,não tem jeito de ser diferente. Por isso é que as comissões normalmente se formam quando acontece uma greve. – a preocupação do patrão nesse momento é acabar rapidamente com a greve, mas para isso ele precisa conversar com alguém e abre diálogo e espaço para que se crie um grupo, para que chegue num acordo. O drama das dispensas começa geralmente é depois".

Ele lembrou o caso da Espanha, onde as comissões de fábrica eram semi legais e tiveram uma enorme importância na queda da ditadura de Franco: "elas não eram inteiramente clandestinas, e não eram inteiramente legais. Usavam mecanismos legais existentes no interior das empresas, mas por outro lado não os usavam do jeito que o governo de Franco queria. A partir de um certo ponto vieram a ser conhecidas do regime, mas quando chegou a este ponto, o regime já não podia acabar com elas. Durante um bom período foram conhecidas dos patrões, sem serem conhecidas do regime".

Flamínio Fantini



Weffort

É preciso conquistar a estabilidade de emprego

Aqui, mais trechos do debate de Weffort. Ele explica que, com a modernização do capitalismo brasileiro, o crescimento das empresas e tendência à democratização, haveria condições mais favoráveis para a implantação das comissões de empresa e o conseguente enraizamento dos sindicatos nas fábricas.

> "Quando se fala na história do movimento sindical em **comissões de empresa** refere-se às comissões de representantes de trabalhadores, que são eleitos num certo momento pelos seus companheiros para manter um entendimento, uma negociação, com seus patrões.
>
> Pode haver outro tipo de comissões no interior da empresa, mas não são a mesma coisa que as **comissões de empresa**. Por exemplo, as CIPAS – comissões para prevenção de acidentes. Ou as comissões paritárias através das quais se pode reunir em volta da mesma mesa, de modo regular, representantes dos trabalhadores e representantes dos patrões, de modo que as queixas de uns em relação aos outros possam ser apresentadas.
>
> Em outros momentos da história brasileira, as comissões de empresas estiveram presentes, como nos movimentos grevistas de 1945 e 1946 e também de 1952 e 1953, no Rio e São Paulo. De meados de 50 a 1964, tenderam a perder importancia, por causa do espaço político que se abriu para os sindicatos que se tornaram mais ativos e representativos, além de ocorrer uma tendência do crescimento para cima do sindicalismo, ou seja, numa das federações, CGT, crescimento no sentido do estado. Nesse período pode-se dizer que as comissões de empresa entraram em hibernação.
>
> Em 1968, ressurgem nos movimentos grevistas de Osasco e Contagem. E agora, anos depois, nas paralisações que tiveram lugar no ABC e se estenderam para São Paulo.

Surgem e dissolvem-se rápido

Uma primeira característica importante a observar é que em geral formam-se grupos de direção sindical no interior das empresas ou comissões – aquelas realmente representativas – antes de uma greve ou imediatamente depois de ocorrida uma greve. Eles têm um problema de permanência, de continuidade da atividade, que é muito sério: de início, revela-se uma capacidade de organização no interior da empresa, luta salarial, greve, e depois de um certo tempo de passada a greve, estas comissões tendem a se dissolver.

Na nossa legislação sindical ainda não há um reconhecimento legal da função delegado sindical, ou da função das comissões de empresa no interior do movimento, embora desde há muito tempo exista a reivindicação por parte destes delegados de haver um reconhecimento da legitimidade dessas atividades, assegurando-se estabilidade no emprego. O patrão quando fica sabendo de eficiência ou quer estabilidade sindical no âmbito da sua firma, ele demite mesmo os participantes. Em parte, ausência de continuidade vem daí.

Mas, agora, estamos chegando num tipo de desenvolvimento em que os setores mais modernos da indústria já começam a transformar este tipo de reivindicação de estabilidade para o representante sindical no interior da empresa, em uma reivindicação politicamente viável. Do ângulo de uma grande empresa, como do ângulo dos seus trabalhadores, na medida em que as lutas vão se desenvolvendo, é sempre na luta que as coisas se criam. Mas na medida em que a luta vai se desenvolvendo começa a ser interessante para os dois lados definir mecanismos legais, normais, que signifiquem o reconhecimento legal desta estabilidade, desta garantia no emprego.

Há informações de que no movimento grevista de 1978, nas empresas maiores e mais modernas, patrões tenderam a reconhecer a legitimidade das comissões nos locais de trabalho. Isso seria um bom sinal, porque significaria que certas firmas já começam a perceber que elas também necessitam (e não apenas os trabalhadores) de um tipo de instrumento que não é dela (é dos trabalhadores, com os quais a empresa tem que se entender no ato de uma greve).

Nas empresas grandes e mais modernas, haveria então o interesse para a criação de algum tipo de mecanismo de representação, para que uma hora "b" de greve, o patrão possa ter com quem se entender.

Modernização do capitalismo

Porque isso tende a ocorrer? Nos casos em que a empresa pode ter a certeza de que não vai acontecer nenhuma greve, como várias de nossas empresas estatais tiveram durante muitos anos por causa de toda legislação salarial e do clima repressivo sobre a classe trabalhadora, os patrões querem apenas é que o operário vá lá, trabalhe e não chie. Mas quando no clima político começa a haver uma certa abertura, começa a haver uma insatisfação maior dos trabalhadores, quando as greves começam a ser possíveis, e finalmente, quando as greves ocorrem, uma empresa moderna tem mais interesse em ter no seu interior algum tipo de representação (seja comissão ou delegados sindicais reconhecidos) do que não ter ninguém.

Isso é uma tendência geral no capitalismo moderno. Na medida em que as empresas crescem, elas também passam a ter interesses em que os sindicatos, mesmo os sindicatos combativos, tinham algum tipo de representatividade lá dentro, seja através de delegado ou comissão de trabalhadores.

Há conhecimentos na sociologia, para dizer que há tendência à formação de sindicatos por empresa, em certos países, e há tendência à formação de comissões ou de grupos ou de delegados, ou o que seja, mas que significa a extensão da vida do sindicato no interior das empresas; esta é uma tendência que cresce sempre que crescem as empresas, sempre que aumenta o número de trabalhadores por empresa, sempre que aumenta a tendência no interior das empresas se complica. Porque começam a surgir problemas nas relações entre trabalhadores e patrões dentro da empresa, problemas de gerência são específicos daquela empresa, e com a tecnologia mais avançada, qualquer problemazinha numa seção de uma empresa moderna pode afetar a previsão do processo produtivo no seu conjunto, ou numa parcela importante do conjunto. Por razões deste gênero, acaba havendo dentro das empresas problemas que o departamento de pessoal não é capaz de captar, então por causa disso geralmente surge esta tendência. Não é por acaso que se discute mais problemas do tipo que estamos discutindo hoje, do que se discutia antes.

Operação tartaruga

Era um balão de ensaio para saber se a categoria responderia à convocação e, principalmente, era uma meio de organizar as fábricas no andamento da dimuinição da produção. Não jogava ninguém pro buraco pois já as fábricas ou seções já mobilizadas e com segurança fariam o movimento. A diretoria sem visão política e com a covardia que a caracteriza destruiu neste momento a organização da campanha.

Ante a desconfianças de muitos, lembrando os nove anos de omissão, covardia e traição dos atuais dirigentes, o presidente reiterava com ênfase: "é prá valer, éste ano é prá valer".

Instituiu-se a assembléia permanente e se convocaram reuniões por fábrica no sindicato, propostas por companheiros da oposição. Estas reuniões foram o avanço mais significativo da campanha. Nelas se lançaram idéias de organização por seções, comissões de delegados de seção.

A campanha ia tomando forço, os companheiros nas fábricas animavam-se mutuamente. Era um clima que começava a contagiar os metalúrgicos. E chegou o ponto crucial da campanha. Na terceira assembléia, com 600 companheiros, é debatida e aprovada a proposta de uma "operação tartaruga". Neste momento a diretoria se desmascarou. Não era prá valer, era prá enganar. Depois que a "operação tartaruga" era "jogar a categoria no buraco". Neste instante já havia sido aprovado fajutamente o desconto de cinco dias em benefício do sindicato sob protesto de alguns, e a diretoria tendo a ousadia de dizer que se constituiria também em um fundo de greve. Mas a verdade é que daí para frente só tratou de esfriar o movimento e a divisão se tornou patente no recinto do sindicato. Um metalúrgico na marra colocou em votação a "tartaruga", que foi aprovada pela imensa maioria. Ficou decidido lançar um boletim, que foi lá mesmo redigido por uma comissão em nome da assembléia, pois a diretoria não acatava esta decisão. E ainda acabou negando a palavra dada, não cedendo nem o mimeógrafo para rodar o boletim, boicotando a assembléia.

Salários cada vez menores

O principal alvo dessa promissora campanha será sem dúvida a política de arrocho salarial implantada pelo regime militar a partir de 1964. Segundo os cálculos que o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas – DIEESE – acaba de apresentar aos três sindicatos, mais uma vez se comprova "que o trabalhor brasileiro tem produzido cada vez mais, em troca de salários cada vez menores, deteriorando continuamente sua condição de vida".

Assim, enquanto os preços dos bens e serviços de primeira necessidade consumidos pela família assalariada (o índice de custo de vida) cresceram mais de 52 vezes no período que vai de outubro de 1964 a outubro de 1978, os salários nominais (o valor que consta na folha de pagamento) cresceu de apenas 29 vezes, considerando o último reajuste havido em novembro de 1977. Como os preços dos gêneros de primeira necessidade cresceram muito mais do que os salarios, o poder aquisitivo do dinheiro que o individuio recebe mensalmente a título de remuneração do seu trabalho diário (salário real) caiu bastante (de um índice de 100 para 58), hoje o trabalhador metalúrgico só consegue comprar um pouco mais da metade de bens e serviços que consumia em 1964.

Ainda segundo as pesquisas do DIEESE, a produtividade social paradoxalmente só tem aumentado no período, ou seja, cresce enquanto o salario real cai: cada operário brasileiro hoje, em média produz exatamente 98% a mais do que em 1964.

Diante desde quadro, quatro alternativas de indice de reivindicação salarial haviam surgido. A Oposição Sindical de São Paulo apresentou a exigência de 70% de aumento. A Assembléia realizada no domingo, dia 1º, no Sindicato de Guarulhos, deliberou exigir 30% de aumento, além do reajuste oficial do governo fixado geralmente em torno de 40 a 42%, nesta época do ano. Essa era também a proposta de Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato de São Paulo, divulgada em milhares de boletins entre os operários. Esta fórmula poderia na prática acabar coincidindo com a primeira. A Oposição Sindical de Osasco fixou-se inicialmente num índice de 65% , ao passo que Henos Amorina, o presidente do Sindicato, era favorável a acatar a proposta dos estudos do DIEESE, isto é, de 74%. Todas estas formulações, que apresentam variações pequenas, partem da exigência de que as antecipações conseguidas meses atrás com o movimento grevista não sejam descontadas agora. São Paulo tem cerca de 270 mil metalúrgicos na base, dos quais 50 mil são sindicalizados. Em Osasco há 33 mil no total, sendo 14 mil sindicalizados. Guarulhos conta com 40 mil trabalhadores desta categoria e 15 mil associados; ai registre-se menor efervescência na política uindical.

Além disso, muita importância vem sendo atribuida pelas Oposições Sindicais particularmente à reivindicação de estabilidade no emprego para os trabalhadores que participem das comissões de salário e das comissões de fábrica, estas consideradas base de todo o trabalho de organização independente que procuram desenvolver.

Joaquim muda a fachada

Mas, cifras à parte, nestes primeiros momentos da campanha salarial, o tema mais comentado é sem dúvida a alteração na conduta de Joaquim dos Santos Andrade, há 14 anos à testa do sindicato de São Paulo e nas últimas eleições responsável por uma fraude reconhecida até pelo procurador do Ministério do Trabalho, que anulou o pleito, depois confirmado por intervenção direta do Ministro Arnaldo Prieto.

"Estou cansado de ser taxado de pelego. Agora nos vamos à greve", e o que teria dito Joaquim a um grupo de 25 empresários, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP –, quando com eles se reuniu no começo da semana, para esboçar as primeiras tentativas de negociação direta. Participaram também outros seis dirigentes sindicais, não só da capital paulista, mas também das duas outras cidades.

Nas reuniões com operários, por grupos de fábrica, e nas entrevistas à imprensa, Joaquim deu uma radicalizada. Ataca ácidamente a política econômica do governo, "que têm servido às multinacionais". "são condições miseráveis que nos tem sido impostas desde 1965 quando veio a lei do arrocho salarial". E defende sem volteios a utilização da greve para pressionar os patrões. Segundo Joaquim, São Paulo pode parar desta vez.

A Oposição Sindical não se encabulou com a nova fachada de Joaquim. Um dos metalúrgicos que participa deste organismo comenta: "o crescente movimento de base, vindo de dentro das fábricas, como a greve e a formação de comissões, está forçando vários pelegos a fazer manobras e tomar algumas posições favoráveis aos trabalhadores'. Outro operário, também militante da Oposição, acrescenta numa análise mais geral: "os patrões estão se rearticulando para buscar novas maneiras de dominação alternativa a essa ditadura que está aí. Há também dirigentes sindicais, jogando sua fraseologia, falando da boca prá fora em nome da classe operária, mas sem mobilizá-la. Mas o que nos precisamos é de um caminho próprio, independente, para intervir; precisamos é tomar a iniciativa; a possibilidade de greve geral depende é disso".

Na verdade, a prova de fogo será o desdobramento da campanha. A Oposição Sindical acredita, com os dados de que dispõe até hoje, que Joaquim não vai além da retórica grevista. Ou seja, com essa radicalização ele tenta esvaziar a penetração da Oposição Sindical, apropriando-se de suas bandeiras, mas sem trabalhar efetivamente pela organização da greve, ou qualquer outra forma de mobilização.

Um importante dirigente sindical do Grande São Paulo expôs o ponto de vista de que o objetivo de Joaquim "é mostrar o mapa da mina", ou seja, alardear a greve e com isso alertar o patronato para medidas preventivas no interior das fábricas. "Hoje, quem quer fazer realmente greve não deve ficar divulgando aos quatro ventos", conclui o dirigente, que pediu reservas para citação do seu nome.

Amorina diz que prepara a greve

Por outro lado, houve também mudanças no comportamento de Henos Amorina, presidente do sindicato de Osasco, que enfrentou uma acirrada disputa eleitoral há seis meses sob o fogo da acusação de peleguismo, atribuida a ele pela Oposição Sindical, encabeçada pelo combativo caldeireiro Zé Pedro, da firma **Brown Boveri**.

Mas Amorina vem mudando há mais tempo. Talvez o marco seja o recente congresso da CNTI, quando ele se alinhou ao lado dos sindicalistas autenticos - de Lula, João Paulo Vasconcelos, Arnaldo Gonçalves, entre outros, que questionaram frontalmente o peleguismo secular de Ari Campista. Amorina assinou, também junto com Lula e outros autênticos, uma plataforma endereçada a Fernando Henrique Cardoso, candidato ao senado pelo MDB de São Paulo, como uma espécie de pacto de apoio. E também participou das positivas pressões que os sindicalistas fizeram sobre os parlamentares por ocasião das votações do Pacotão de Reformas e do decreto lei 1632,antigreve.

"Ele avançou mais que o Joaquim, ressalta Zé Pedro. Tem sido mais flexível nas assembléias. Aceitou nossa proposta de formação de comissão salarial aberta. A unidade se dá na luta e como é para conseguir melhoria salarial, o também naquilo que a gente achar justo, vamos caminhar juntos. Nosso alvo é a mudança da estrutura sindical e da política salarial; caso ele tenha conduta semelhante, não vamos ser sectários e ficar do contra, só porque somos Oposição Sindical". Zé Pedro cita , "ao que na redação e na distribuição dos boletins convidando para a assembléia geral houve participação conjunta.

Em entrevista a este semanário, Amorina admitiu, com cautela, que o sindicato pretende trabalhar para que as paralisações venham a ocorrer,caso sejam necessárias: "a greve é o único instrumento de pressão que o trabalhador tem para enfrentar esses baixos salários e conseguir um padrão de vida digno. Se estas negociações com os patrões não resultarem em nada, e se esgotarem todas as possibilidades de um acordo, acho que o trabalhador pára. E o sindicato estará junto com os trabalhadores, desde que eles deliberem em assembléia que se deflagre a greve. O sindicato está preparando o trabalhador para todos os fins, desde que estes se identifiquem com os interesses da classe operária. E claro que o sindicato não vai promover uma greve política ou ideológica. Mas caso seja para a melhoria das condições de vida, o sindicato está preparando o trabalhador para utilizar a greve como intrumento de pressão. E obrigação do sindicato preparar a classe operária para tudo quanto o sindicato achar que vem trazer bem estar para a categoria. Nisso implica prepará-la para a greve. Se o patrão não concordar, nós vamos parar até que ele ceda", declarou o presidente do sindicato de Osasco.

Metas da Oposição Sindical

Zé Pedro adverte que "a greve não vai sair por acaso": "se a luta não for organizada, não sai. E isso dá trabalho, quem quiser se comprometer com isso, tem muitas tarefas para as mangas. Nas fábricas onde há melhores trabalhos de base, pode sair a greve e depois se estender para as menores. Mas temos que ter presente que ainda jogamos mais com a revolta, com a insatisfação dos operários pelo salário miserável que recebe, do que com a organização".

Em geral a Oposição Sindical de São Paulo pensa de maneira semelhante. "O fiasco da greve dos bancários deve estar bem presente, para que não descuidemos da organização das bases", salienta um dos membros. Outro comenta que "é necessário comprometer o Joaquim em praticamente o que se está falando, ou seja, forçá-lo a trabalhar pela preparação da greve". Um terceiro destaca qual deve ser o objetivo imediato da Oposição Sindical nessa campanha salarial: "o grande passo que temos que dar é junto com a base. O começo de uma vanguarda não quando aparecemos publicamente como Oposição, mas quando nossas propostas começam a ser assumidas pela massa. Nesse momento, objetivamente trabalhar para ampliar a consciência da classe em perder o medo de lutar, mostrar que ela pode conseguir por ela mesma o que necessita. Isto já seria um grande avanço político".

Flamínio Fantini

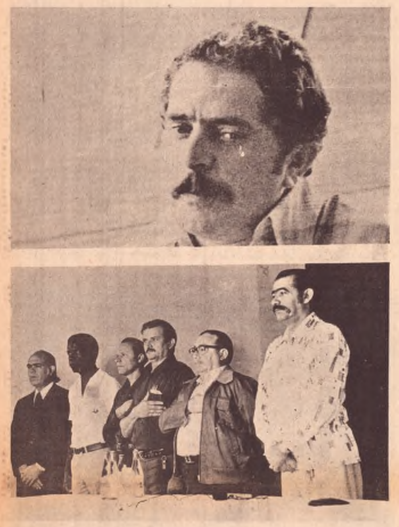
São Paulo, Osasco e Guarulhos.

METALÚRGICOS

Campanha salarial, com cheiro de greve.

As paralisações do primeiro semestre imprimiram um novo ritmo às reivindicações salariais dos metalúrgicos de três dos maiores centros industriais do país. Negociação direta com os patrões, aumento em torno de 70% e estabilidade para as comissões de fábrica são as exigências de destaque dos trabalhadores, que já começaram a ser debatidas nas assembléias. Como pano de fundo, prepara-se um novo movimento grevista para o mês de novembro.

A campanha salarial de 1978 está começando para 350 mil trabalhadores de São Paulo, Osasco e Guarulhos. É a mais esquentada dos últimos anos e prepara-se um movimento grevista para o mês de novembro. Em Belo Horizonte e Contagem, após a conciliação da diretoria do sindicato da categoria com os patrões, a Oposição Sindical já está refletindo sobre os resultados da campanha. E em São Bernardo do Campo, a reformulação da estrutura sindical brasileira é tema de um Congresso que vai propor uma alternativa para a CLT de inspiração facista.



E os mineiros matutaram e abandonaram o salão

Por Inácio Hernandez e Ademir Batistá (metalúrgicos de BH/Contagem).

A Oposição Sindical dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem não conseguiu criar grupos de fábricas durante a campanha salarial deste ano, que seriam a base de sustentação da luta. Levada pelo entusiasmo da massa que despertava e se agitava, não se preocupou com o trabalho intermediário. Muitos se deixaram iludir ao pensar que no sindicato, através da propaganda, se conseguiria unir os companheiros e lançar a greve, apesar de ninguém acreditar na diretoria. Este é um dos aspectos da avaliação, que dois metalúrgicos fazem neste artigo exclusivo para EM TEMPO do movimento salarial das últimas semanas em Minas.

A assembléia está marcada para às 19h30m. do dia 28 de setembro. Meia hora antes o salão começa a ficar cheio. De todas as partes, ruas, calçadas ou becos de terra batida, vão chegando os companheiros em grupos de cinco, três, ou solitários, ainda carregando a sacola com a marmita vazia. O andar arrastado de muitos revela o cansaço das longas horas passadas na fábrica. Os rostos e as conversas mostram a expectativa e a esperança.

Os mais conscientes no salão perguntam, comentam, procuram avaliar pela última vez as condições subjetivas da luta salarial nas fábricas. Existe um clima pró-greve. Nota-se na alegria de muitos companheiros jovens, na seriedade dos mais velhos. Os primeiros em voz alta. Os mais velhos em conversa roca, comentam que a greve é o jeito de acabar com a violência salarial que os patrões nos impõem. E quase todos sabem que não existe organização para sustentar uma greve.

Duas horas mais tarde a única votação da assembléia , por escrutínio secreto, concretizará a dúvida e a indecisão. Dos dois mil metalúrgicos, restaram menos de 500 para votar, completamente divididos: 245 votos pela conciliação, aceitação dos 12% para quem ganha até três salários mínimos, 7% até cinco salários e de aí por ddiante. 235 votos pela continuação da luta e pela não-existência da assembléia significava greve.

Com foi possível chegar a este ponto de indecisão? Foi um fracasso a campanha salarial. Com é possível que uma assembléia com dois mil metalúrgicos acabe numa votação tão pouco significativa como essa? Ou será que é significativa? Temos que analisar o papel do Sindicato Sindical, das lideranças e da massa.

A campanha salarial se iniciou com um certo otimismo. A diretoria aderiu à campanha nacional dos 20% além do índice do governo e colocou outras propostas, entre as quais as mais importantes eram Cr$ 1.800,00 de salário-piso, aumentados pela assembléia para Cr$ 3.000,00 e mais delegados de fábrica com estabilidade.

A assembléia de 28 de setembro foi a primeira e única reunião com a diretoria. Nela se lançaram idéias de organização por seções, comissões de delegados de seção.

A campanha ia tomando forço, os companheiros nas fábricas animavam-se mutuamente. Era um clima que começava a contagiar os metalúrgicos. E chegou o ponto crucial da campanha. Na terceira assembléia, com 600 companheiros, é debatida e aprovada a proposta de uma "operação tartaruga". Neste momento a diretoria se desmascarou. Não era prá valer, era prá enganar. Depois que a "operação tartaruga" era "jogar a categoria no buraco". Neste instante já havia sido aprovado fajutamente o desconto de cinco dias em benefício do sindicato sob protesto de alguns, e a diretoria tendo a ousadia de dizer que se constituiria também em um fundo de greve. Mas a verdade é que daí para frente só tratou de esfriar o movimento e a divisão se tornou patente no recinto do sindicato. Um metalúrgico na marra colocou em votação a "tartaruga", que foi aprovada pela imensa maioria. Ficou decidido lançar um boletim, que foi lá mesmo redigido por uma comissão em nome da assembléia, pois a diretoria não acatava esta decisão. E ainda acabou negando a palavra dada, não cedendo nem o mimeógrafo para rodar o boletim, boicotando a assembléia.

Operação tartaruga

Era um balão de ensaio para saber se a categoria responderia à convocação e, principalmente, era uma meio de organizar as fábricas no andamento da diminuição da produção. Não jogava ninguém pro buraco pois já as fábricas ou seções já mobilizadas e com segurança fariam o movimento. A diretoria sem visão política e com a covardia que a caracteriza destruiu neste momento a organização da campanha.

E para consolidar esta destruição ainda passou em diversas fábricas, reunindo os metalúrgicos, e conclamando a aceitar a proposta dos patrões sob pena de perderem tudo. Na **Isomonte** foi feita uma reunião dos sindicalizados com o gerente administrativo, no refeitório da fábrica, incentivando a parar a luta e aceitar a conciliação.

E assim chegou a assembléia de 28 de setembro. Nas fábricas se fala muito em greve. Aparecem pixações em algumas delas, como na Mannesmann. A massa se agita, desperta.

Os companheiros mais conscientes se dividem na avaliação da realidade. Uns pensam que chegou a hora da greve, que é preciso detoná-la em alguma fábrica, que as outras seguirão depois; que a greve se encaminha no próprio andamento do movimento grevista. Outros, com visão mais clara não enxergam o mínimo de organização para tanto. Não significaria voltar em escala menor ao movimento de outubro de 68, apesar das condições objetivas atuais serem diferentes: em 68 um modelo brasileiro em ascenção. Atualmente em processo de decomposição e em vésperas de eleições.

A assembléia dos dois mil se polariza radicalmente em duas posições, greve ou conciliação. Palmas e vaias para os que defendem qualquer posição. Criase um clima agitado onde não há lugar para um debate mais sério e organizado. Uma terceira proposta, de deixar que a diretoria faça o acordo e partir para a consolidação da organização e negociação direta por fábrica, fica diluída e é por fim jogada para escanteio, quando o presidente aparece com as cédulas para a votação secreta. É sim, ou não, como já foi falado.

Havia clima para a greve? Sim. Havia organização para sustentá-la? Não. Isso se explica pelo decorrer dos meses anteriores. A **manutenção da repressão salarial** alertou a massa para a exploração a que está submetida. Em todas as fábricas se debateu o problema. Cresceu o nível de consciência. Logo em seguida a **campanha eleitoral do sindicato**: Três meses de intensa campanha a nível de massa. Milhares de jornais e boletins distribuídos de mão em mão, nas portas das fábricas. A oposição levando a imagem de um sindicato reivindicativo. A situação assegurando à categoria um sindicato assistencialista. Por fim, a **campanha salarial** atingindo milhares de companheiros.

Erros da oposição

Os erros e enganos da diretoria já estão explicados. E os da Oposição?

Nestes três momentos cruciais da luta operária e nos intervalos, tempo propício para a organização, a Oposição não conseguiu criar grupos de fábrica, base de sustentação da luta. Leva pelo entusiasmo da massa que despertava e se agitava não se preocupou no seu conjunto no trabalho intermediário de núcleos de fábrica. Muitos se deixavam iludir ao pensar que no sindicato, através da propaganda, se conseguiria unir os companheiros e lançar a greve, apesar de ninguém acreditar na diretoria. Caiu-se neste erro gritante: diretoria desmobilizando, setores da Oposição mobilizando para a greve ao nível dos discursos: massa agitada e desorganizada.

A mais patente prova disto é que no dia 29 se deflagra a greve **sem ninguém**. Pára a oficina central durante cinco horas e ocorrem pequenas paralisações de menos tempo na laminação, manutenção e élétrica. Na parte da tarde volta tudo ao normal, sem nenhuma vitória.

Nesta fase, em que as bases não estão organizadas, o papel do Sindicato dando uma garantia pelo menos de apoio seria decisivo. A organização iria um pouco mais depressa, algumas fábricas partiriam para negociação direta. Mas a diretoria optou mais uma vez pela omissão e covardia.

Os companheiros que lançavam a palavra de greve, sem avaliação justa da realidade, conduziram a categoria ao fracasso. E o metalúrgico mineiro, matutando, abandonou o salão. Não é lá que se fará a luta, nem de lá sairá a organização enquanto essa diretoria ai estiver. Será mais devagar, será nas fábricas. O metalúrgico mineiro difícilmente era duas vezes. Ele prepara sua hora.

Fica desta campanha salarial a necessidade de flexão profunda para a Oposição.

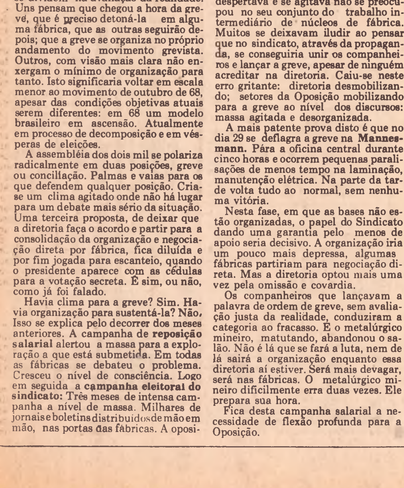
O aumento devia ser de 241%

É o que conclui o DIEESE, ao analisar o quanto os metalúrgicos vêm perdendo dese 1964, somado ao que deixaram de ganhar, com o aumento da produtividade do trabalho. Além disso, cada operário que recebia três salários mínimos em 1964, hoje tem direito a ser reembolsado em mais Cr$ 242.442,78.

Para recuperar o poder aquisitivo que tinha em 1964, o operário metalúrgico deveria ter um reajuste salarial de 74%, de acordo com os cálculos do DIEESE, elaborados agora. Se a partir de novembro de 1978, o salário nominal (o valor que consta na folha de pagamento) do trabalhador dessa categoria for reajustado em torno de 40%, e o índice de custo de vida variar na mesma proporção nesse período, só se estaria repondo o poder aquisitivo de um ano atrás.

Ao analisar como evoluiram o salário, o custo de vida e a produtividade social no período de 1964 a 1978, o departamento intersindical concluiu que há crescente deterioração das condições de vida dos metalúrgicos. Enquanto os preços dos bens e serviços de primeira necessidade consumidos pela família assalariada (índice de custo de vida) cresceram mais de 52 vezes, no período que vai de outubro de 1964 a outubro de 1978, constata-se que os salários nominais cresceram de apenas 29 vezes, não. Não é lá que se fará a luta, nem de lá sairá a organização enquanto essa diretoria ai estiver. Será mais devagar, será nas fábricas. O metalúrgico mineiro difícilmente era duas vezes. Ele prepara sua hora.

Fica desta campanha salarial a necessidade de flexão profunda para a Oposição.



Para o cálculo do reajuste salarial de 1964, hoje poderia reclamar $192.414,91, a título de perdas contratuais. Aquele que ganhava menos em 1964, por exemplo $63,00 (1,5 vez o salário mínimo vigente na época) receberia $121.221,39. Naturalmente, quem recebia mais em 1964, por exemplo $126,00 (três vezes o salário mínimo vigente na época) deveria receber mais $242.442,78.

Segundo os mesmos estudos, em nenhum ano, o reajuste havido repôs o poder aquisitivo de 1964; o salário real caiu substancialmente no período, em virtude dos reajustes de 65, 66, 67, 71, 72 e 73, terem sido realizados a taxas inferiores ao aumento do custo de vida; os piores anos em termos de reajuste salarial foram os de 65, 66 e 73; e finalmente, mesmo nos anos em que a taxa de reajuste foi superior ao aumento do custo de vida, não se pode dizer que o assalariado foi favorecido, pois o reajuste foi insuficiente para recuperar as perdas passadas.

Segundo dados

ANISTIA

Nosso repórter Hélio Bicudo em ação, em Minas.

Numa homenagem aos ex-líderes estudantis José Carlos de Godoi da Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda, ambos assassinados na condição de presos políticos em 1973, será realizada no dia 27 de outubro a assembléia de constituição do núcleo mineiro do Comitê Brasileiro pela Anistia, CBA, em Belo Horizonte.

A formação do organismo começou há dois meses e congrega vários setores oposicionistas locais. No último dia 26, houve um debate com a participação do advogado e jurista Hélio Bicudo, conhecido pelas denúncias da violência do esquadrão da morte; de Iramaya Benjamim, do CBA-Rio; do advogado Luiz Eduardo Greenhalg, do CBA-SP; de dona Helena Greco, do Núcleo Mineiro do Movimento Feminino pela Anistia; e de Geraldo Magela, advogado dos presos políticos e entidades estudantis locais.

Em Tempo ***pediu a Hélio Bicudo que experimentasse a função de repórter e entrevistasse seus companheiros de debate. Eis o resultado:***

Bicudo

Hélio Bicudo - Dona Iramaia, como repercutiu o CBA junto aos órgãos oficiais? Qual a receptividade desses apelos pela anistia junto aos órgãos oficiais?

Iramaia - Várias autoridades têm vindo a público se manifestar em relação à anistia. Quase sempre elas se colocam contra a idéia da anistia como um todo e sempre elas se colocam como contrárias à anistia ampla, geral e irrestrita, que é a anistia pela qual nós lutamos.

No entanto, se nós pensarmos bem vemos que nessas reformas do governo foi incluída a queda do banimento. Lógico que isso não é nenhum tipo de anistia. Mas, vamos dizer, pode ser um tipo de abertura em relação ao problema dos exilados porque uma pessoa banida não pode legalmente voltar ao país. Então, considero essa queda do banimento já como uma pequena vitória nossa.

Bicudo - Mas a Sra. não encontraria dentre os exilados aqueles que não são nem banidos, nem cassados, nem aposentados?

Iramaia - Claro.

Bicudo - Mas que apenas são exilados porque são indesejáveis ao país, conforme é opinião do governo?

Iramaia -Claro.

Bicudo - Então, vamos dizer assim, o desaparecimento da pena de banimento não melhora a situação dos exilados.

Iramaia - Melhora.

Bicudo - Porque eles continuarão fora do país.

Iramaia - Não, não. Os banidos passam a partir de agora (janeiro) a poder voltar legalmente para o Brasil.

Bicudo - Mas todas as pessoas que estão exiladas, que não estão condenadas, podem voltar. E por que não voltam?

Iramaia - Isso já é um outro problema, Dr. Hélio Bicudo...

Bicudo - Mas é o problema do medo...

Iramaia - Eu convivi com os exilados brasileiros. O exílio castra as pessoas. Além do mais, mesmo aqueles que talvez a gente possa chamar de 'barra leve', quer dizer, mesmo aqueles que não fizeram ações armadas e que talvez nunca tenham sido indiciados em processo, saíram daqui por medo da situação e estão lá fora já há muitos anos sem viver o nosso processo político aqui no Brasil. Recebem informações de segunda mão. Eles não podem avaliar o nosso processo político como nós podemos, até certo ponto, porque a situação política é extremamente confusa. E eles, mais ainda que nós, sentem falta de poder avaliar as reais possibilidades de uma volta.

Bicudo - Mas a Sra. acha que mesmo estando no Brasil nós não temos possibilidade de avaliar estas condições?

Iramaia - Dr. Hélio Bicudo, eu acho o seguinte: opinião pessoal, é que os exilados que não têm condenações grandes, de mais cinco anos, devem voltar ao Brasil. E o papel dos CBAs. e dos MFPAs. e de todas as entidades que lutam pela anistia é o de esclarecer os exilados e até mesmo incentivar esta volta dos 'barras leves',. mesmo sem poder oferecer garantias estritas de segurança. Mas o CBA do Rio não tem ainda uma posição fechada quanto à volta dos exilados. Essa opinião que expressei é pessoal.

Geraldo Magela - A Sra. tem razão até certo ponto. Entretanto há que ressalvar o seguinte: nós temos exilados e banidos que exerciam aqui no Brasil funções públicas. Esse pessoal todo sente uma dificuldade imensa de retornar ao Brasil e conseguir novos empregos. O grande drama que assalta boa parte dos exilados hoje, para sua volta, é a questão da sobrevivência.

Iramaia - Os exilados brasileiros nunca vão poder resolver este problema enquanto não voltarem.

Magela - Mas se houver uma real abertura, aí sim eles poderão voltar, quando não será exigido nenhum atestado ideológico para se conseguir um emprego.

Iramaia - É na luta que a gente cresce.

Bicudo - A Sra. é dura, hem!

Bicudo - Da sua experiência na luta pela anistia, Dr. Luiz Eduardo, como é que o Sr. vê o problema da volta dos exilados políticos ao Brasil ?

Luiz Eduardo - Inicialmente, devo dizer que o fato de estar sendo entrevistado pelo Dr. Hélio Bicudo, na sede do jornal **Em Tempo,** tem um significado especial para mim. Primeiro, porque desde os bancos acadêmicos que eu venho acompanhando as suas atividades em prol da justiça no Estado de São Paulo. O Sr. serviu aos meus contemporâneos de faculdade como um exemplo a ser seguido. Então, isto do ponto de vista do entrevistador.

Do ponto de vista local da entrevista, é um local particularmente grato a minha pessoa, pois sou advogado do **Em Tempo** e tenho lutado desesperadamente, ao nível da minha profissão, contra os atentados a bomba que este jornal vem sendo vítima. Então, acho que o local e a pessoa do entrevistador não podiam ser mais adequados para uma entrevista sobre a anistia.

Ainda fora da pergunta, quero dizer como começou a luta pela anistia no Brasil. É uma versão nova. Em 74, janeiro, os familiares dos presos políticos de São Paulo colheram um documento com 109 assiaturas. O documento denunciava mortes, sequestros e desaparecimentos e colocava a necessidade da anistia. Este documento foi entregue a D. Paulo Evaristo Arns, que por sua vez o entregou ao Golberi do Couto e Silva, chefe da casa Civil do Governo Geisel.

Então, eu gostaria de dizer que o movimento pela anistia, como todas as ações em prol dos Direitos Humanos nesta última quadra, começou no Brasil um pouco pelas mãos do cardeal Arns, de São Paulo. Então, estou prestando uma retificação que acho até histórica. A luta pela anistia começou atráves dele, e a seguir veio o Movimento Feminino pela Anistia, lá em São Paulo, capitanea pela Dra. Terezinha Zerbini, que também é exemplo. Mais recentemente, a luta pela anistia deixou de ser localizada em cima de pessoas e passou a ser localizada como anseio de setores sociais, despersonificando-se.

Sobre a questão dos exilados, que é a pergunta do Dr. Hélio Bicudo, em São Paulo temos a seguinte posição: achamos incorreta a volta graduai de exilados. Por que ? Se voltam os chamados "barras leves", vão ficar os "barras pesadas" Então, nós vamos, nós mesmos, com a nossa atuação discriminar dois tipos de exilados, desnivelando aquilo que é igual: o exilado. Não. Para nós, qualquer que seja a razão, o exilado é exilado e não importa o seu grau de envolvimento político. Então, a gente é contra a volta dos exilados no sentido gradualista.

A gente acha que aqui na terra nós temos condições de colaborar para a conquista da anistia e, então, pode recepcionar vitoriosamente os companheiros exilados, de luta armada ou não armada, foragidos ou simplesmente condenados. Os companheiros exilados ou no exterior que tomarem a iniciativa de vir individualmente terão de nossa parte o maior respaldo para que sua integridade física seja mantida. A gente vai tentar garantir quem vier por iniciativa pessoal. Agora, a gente não tem a posição de orientar uma volta coletiva.

Bicudo – Dona Helena, como é que a senhora vê o problema da revisão dos processos como alguns homens do governo têm falado?

Helena Greco – Bom, desde que o MFPA foi formado em Minas, nós temos nos batido pela anistia ampla, geral e irrestrita. A questão que o Sr. coloca a respeito de revisão de processos, ela é inviável, mesmo tecnicamente falando. São cerca de cinco mil processos. Para rever estes processos o tempo seria infinito. E além disso, quem é que iria rever estes processos? Seria o arbítrio julgando o arbítrio. Nós não temos condições de aceitar definitivamente essa revisão.

Agora , voltando a uma pergunta que o Dr. Hélio fez a Iramaia sobre a resposta das autoridades aos movimentos pela anistia, quero dizer que aqui em Minas nós tivemos uma resposta muito significativa com essa quantidade de atentados praticados contra a anistia, o **Em Tempo,** igrejas e contra o advogado Geraldo Magela. Isto é que é a resposta das autoridades.

EM TEMPO : Os operários e os setores mais populares participam na luta pela anistia, em São Paulo? O que o CBA-SP propoê a esse respeito? A luta pela anistia interessa aos trabalhadores?

Luiz Eduardo - Em SP; quando organizamos o CBA adotamos uma forma superior de organização que é a representatividade dentro do Comitê de membros de todos os setores sociais que propugnavam por anistia. Queremos, um movimento único e levar a luta pela anistia para os mais amplos setores da população, e em especial até os trabalhadores de São Paulo e da periferia.

A gente não tem a pretensão de dizer que hoje anistia é uma palavra de ordem popular, Porque hoje ela ainda é uma palavra de ordem veiculada nos setores mais organizados e participantes do que a classe operária. Mas a anistia interessa à classe operária, Interessa principalmente a ela. Assim, a gente tem feito um esforço de aproximação dos setores mais combativos dos trabalhadores de SP no sentido deles ingressarem no CBA, e do CBA colaborar com suas lutas a favor de sindicatos livres, da participação livre do trabalhador em comissões de fábricas, veiculando sempre a questão da anistia.

EM TEMPO : Dr. Hélio Bicudo, os trabalhadores têm sido frequentemente atingidos com cassações de mandatos sindicais de operários combativos, com impugnação de candidatos a cargos sindicais, com a imposição de eleições indiretas para a diretoria das federações e confederações, e atingidos com intervenções nos sindicatos, além do atrelamento do sindicato ao Estado. Cassação de mandato sindical é sumária e sem apelação, e vale para sempre, enquanto existir o CLT. Nesse sentido, como é que o sr. vê a luta que os trabalhadores travam pela liberdade sindical e a luta pela anistia?

Bicudo - Acho que elas se entrosam perfeitamente porque a anistia como intrumentro de luta política, ela objetiva impedir atos de violência e todos esses atos que você citou, adotados pelo governo, são atos repressivos e que se contêm no conjunto da palavra de ordem anistia.

Durante a entrevista, a pose de Magela, Greenhalg, Iramaya, Helena Greco, e o repórter Bicudo.

CBA chega a Minas

Edgar da Mata-Machado

Em Belo Horizonte, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/MG) assumiu, estes últimos dias, desenvolvimento especial, sobretudo após a grande assembléia realizada no DCE-Cultural da UFMG, a 26 do mês passado. Sob a direção de Alberto Duarte e Luiz Bernardes, chefes das sucursais, respectivamente, de EM TEMPO e MOVIMENTO, nesta capital, a mesa dos trabalhos teve a presença, em destaque, do Dr. Hélio Bicudo, nome respeitado em todo o Brasil, sobretudo depois de publicado seu livro - 'best-seller' - ***Meú Depoimento Sobre o Esquadrão da Morte*** *e, ainda, da sra. Iramaia Benjamim, presidente do CBA/RJ e do advogado Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, do CBA/SP. A presidente do MFPA em Minas, D. Helena Greco, fez questão de colocar-se junto ao público, numa assistência das maiores já reunidas em qualquer outra oportunidade, em nosso meio. Dois deputados estaduais do MDB, Dalton Canabrava e Genésio Bernardino, assim como o deputado federal cassado Marcos Tito, também quiseram ficar em meio ao povo, ao qual não faltou um poeta sergipano residente em Mato Grosso e que fez questão de ler um dos seus poemas, composto em período de prisão no vizinho estado.*

Dois pontos altos da reunião: o primeiro, o esplendido trabalho do Dr. Hélio Bicudo, exame em profundidade do instituto da Anistia e diretriz segura para a condução do movimento reinvindicatório, além da exposição dos seus efeitos humano-juríaicos. O segundo, a participação de numerosos assistentes, individualmente ou em grupo, o que emprestou ao encontro as características de um debate conduzido com a maior segurança (no exato significado do termo) e objetividade, sem qualquer expressão de tendências grupalistas ou de domínio desta ou daquela facção. A esta breve nota quero dar o sentido de confiança no desenvolvimento dos Comités pela Anistia, cuja repercussão consciente e ativa haverá de ter, certamente, influência política não apenas na vitória dos seus objetivos próprios como também na libertação do regime autoritário em vigor, fruto da natural expressão do ambiente de reconciliação e de liberdade, em que todo o povo brasileiro aspira viver, dentro do mais rápido espaço de tempo possível...

Nós, do Movimento do Custo de Vida, e mais de 1 milhão e 300 mil Brasileiros que assinamos o Abaixo-assinado contra a carestia, reivindicando o congelamento dos preços dos generos de primeira *necessidade, abono salarial, imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores e aumento de salários acima do aumento do custo de vida, diante da nossa representatividade, não aceitamos as acusações de que nossas assinaturas foram falsificadas. O trabalho de coleta de assinaturas foi feito publicamente, de casa em casa, nas feiras, nos bairros, nas fábricas e nas praças.* ***Todo o povo testemunhou isso.***

Todas as pessoas que sentem o problema da carestia e que viram no nosso Movimento uma maneira de se manifestar e se expressaram assinando nosso abaixo-assinado.

Em alguns casos, pessoas que não sabiam escrever, pediram a um parente, amigo ou mesmo ao responsável pela lista, para assinar por elas. Outros colocaram o nome dos filhos. Isso, de forma nenhuma, tira a autenticidade do documento. Ao contrário, torna-o a expressão das dificuldades que enfrentamos.

O governo reconheceu numa nota divulgada dia 25 de setembro, que os problemas levantados pelo Movimento do Custo de Vida afligem a maioria das famílias brasileiras. Então, por que ele não toma medidas concretas a respeito dos preços altos e dos baixos satários? Por que não ouve as sugestões que o povo tem para resolver esses problemas? O Presidente e os Ministros foram convidados a receber os Abaixo-assinados na Assembléia em São Paulo e não vieram. A Comissão do Movimento do Custo de Vida foi a Brasília e não foi permitido que os nossos 21 representantes entrassem no Palácio do Governo.

Tudo isso prova, uma vez mais, a distância que o governo faz questão de colocar entre ele e o povo.

Continuamos aguardando uma resposta concreta às nossas três reivindicações que consideramos justas, necessárias e possíveis. A prova disso é que cada dia que passa, mais se amplia o nosso Movimento em outras cidades e Estados do país. Se, ainda assim restam dúvidas quanto à sua autenticidade, que se faça uma consulta a todo povo brasileiro para que ele se manifeste a respeito.

Sabemos que, o problema do Custo de Vida é cada vez mais grave e continuamos defendendo as nossas reivindicações de modo firme, sereno, público e responsável.

Movimento do Custo de Vida
São Paulo, 26 de setembro de 1978

Custo de Vida programa assembléias de protesto

O movimento contra a carestia em São Paulo parte para novas formas de organização, que possibilitem ampliação e conquista de novas adesões.

O Movimento do Custo de Vida, em São Paulo, realizará dia 29 assembléias setoriais de protesto pelo não atendimento por parte do governo de suas reivindicações: congelamento dos preços dos generos de primeira necessidade, abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores e aumento de salarios acima do aumento do custo de vida.

Esta decisão foi tomada na reunião ampliada da coordenação com participação de representantes de 23 regiões de São Paulo, no dia 30 de setembro, último dia do prazo dado ao governo para responder ao abaixo-assinado com quase um milhão e trezentas mil assinaturas reivindicando congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, abono salarial de 20% imediato e sem desconto e aumento dos salários acima do aumento do custo de vida.

Serão realizadas cinco assembléias (ABC, Zona Leste, Zona Sul, Zona Oeste e Campinas-Valinhos), em locais abertos na medida do possível, todas às 16 h. A coordenação entende que a organização setorial possibilitará a ampliação do movimento e a conquista de novas adesões, como as de entidades e setores específicos de cada região.

Como base para as discussões regionais, para ampla divulgação, foi feita uma síntese da avaliação dos resultados do Movimento do Custo de Vida até o momento. Como pontos negativos, em particular do ato realizado em 27 de agosto na Igreja da Sé, a coordenação ressaltou: "a participação de grupos de pessoas que quiserem se aproveitar de nosso movimento; o procedimento das autoridades que além de não comparecerem, proibiram o ato na praça e reprimiram o movimento de diversas formas; o papel da imprensa qua destacou a repressão e não a manifestação, que consideramos vitória do movimento; como consequencia da atuação dos órgãos de repressão, um medo generalizado de setores da população"; entre outras críticas à organização do ato da Sé. Como aspectos positivos, foram estes os principais: "o desmascaramento, na prática, de quem são as autoridades do Estado e do País; a união e a coragem dos participantes do MCV; o grande número de assinaturas; a combatividade e o crescimento do movimento, como propiciou a experiência nova que foram os mutirões de rua para coleta de assinaturas; a presença de representantes de outros Estados no Ato da Sé; o crescimento de consciencia".

"Se eles dificultam aqui, a gente continua acolá"

A grande discussão presente na coordenação do MCV foi: tendo em vista os saldos, como continuar? De fato, se o abaixo-assinado foi um importante instrumento de aglutinação, de colocar o movimento nas ruas, e agora esta fase está encerrada. trata-se de buscar outros instrumentos que consigam aprofundar as reivindicações, incorporar novas bandeiras diretamente vinculadas à questão do custo de vida, ampliar a participação. Portanto, as assembléias regionais podem significar este passo – combinação de um protesto, com a capitalização em termos de consciência diante da ação do governo em não comparecer ao Ato da Sé, ao não receber a comissão do movimento em Brasília e ao responder as reivindicaçoes afirmando que o movimento é "desonesto" e sua solidificação e ampliação. Nesta medida, a preparação das assembléias regionais ganham uma nova dimensão. Com este fim algumas propostas foram aprovadas como:

* organização de um dia de estudo, por bairro ou região, visando aprofundar e compreender cada uma das reivindicações, elaborando documentos contendo informações sobre o funcionamento da economia brasileira, o que é a inflação, como se calcula o salário mínimo, a questão da dívida externa brasileira, a produção agrícola e o trabalho assalariado no campo, etc. Neste sentido poderão ser realizadas conferências com participação de professores, economistas, etc;

* a realização de atividades informativas, aglutinadoras e que contribuam para angariar fundos para o movimento, como palestras, filmes, shows, teatros, etc.

* confecção de faixas e cartazes com as bandeiras do movimento para serem afixados nas casas, pela cidade;

* organização de um material que explique a unidade entre o movimento do custo de vida e a campanha salarial, discutindo de casa em casa;

* a realização de um mutirão no centro de São Paulo, distribuindo amplamente a convocação para a assembléia do dia 29 junto com uma rápida pesquisa sobre o que a população está pensando da resposta do governo ao movimento. Esta mesma pesquisa será feita nos principais centros das regiões onde se darão as assembléias. Estes mutirões serão um meio de divulgar as assembléias, dar continuidade aos processo de contato com a população e agitar a questão do custo de vida.

Quais são as bases do MCV?

O Movimento do Custo de Vida teve suas origens nos Grupos de Mães da zona Sul de São Paulo, que veio crescendo, crescendo, atingindo hoje mais de um milhão da população paulista. Para se organizar, o movimento é dividido em regiões, que elegem seus representantes compondo finalmente uma coordenação. Mas o centro de todas às discussões e encaminhamento dos trabalhos se dá nas regiões, que no entanto são heterogêneas, com algumas mais avançadas como é o caso da região Sul, onde o número de pessoas já comprometidas é maior, por exemplo. Junta-se a isto o crescimento para os municípios mais distantes da capital paulista, que vão se incorporando e crescendo, mas com uma capacidade inicial de compreensão das lutas e participação ainda muito pequena.

A organização propriamente dita do movimento se dá nas chamadas comunidades de base, onde quase toda atividade ocorre nos fins de semana, dado que todos trabalham. Estas atividades são, na maioria das vezes, nas igrejas – na sua grande maioria Católicas, mas não só – onde se concentram os clubes de mães (que se prestam a trabalhos manuais, tratanto de questões de educação dos filhos, custo de vida local, condições do trabalho assalariado, etc); grupos de educação de base (além do trabalho de alfabetização, buscam soluções bem específicas para os problemas de educação local); grupos que se formam para encaminhar reivindicações como falta de água, esgotos, luz, que muitas vêzes existem somente até a resolução da questão; grupos de teatro, música.

Espontaneamente ou não, uns mais organizados outros menos, certo é que são estes os intrumentos principais que propiciaram o crescimento do MCV e que vão propiciar sua continuidade. Sua importância está em possibilitar desde os canais mais simples de pequenos grupos onde se agregam e desenvolvem a consciência da união, da comunidade, até aqueles moradores mais conscientes, que já entendem a questão do custo de vida como diretamente vinculada à política econômica do governo, de exploração de uma parcela da população sobre a outra. Já está desperto e passos foram dados no sentido de crescer o movimento nacionalmente.

Samira Zaidan

GISCARD D'ESTAING
A visita de um caixeiro-viajante

As desencontradas declarações do general Figueiredo não foram suficientes para cancelar a visita do Presidente Giscard d'Estaing ao Brasil. O Quai d'Orsay (Ministério das Relações Exteriores da França), depois de alguma relutância, aceitou as explicações fornecidas pelo general Geisel sobre as nada diplomáticas declarações do seu "delfim" a respeito das instituições e da democracia francesas. Assim, depois de todos os mal-entendidos e adiamentos, a visita do presidente francês finalmente aconteceu.

No entanto, esta não é uma simples visita diplomática e de cortesia em troca daquela efetuada por Geisel à França em 1976. A um mês das eleições de novembro, ela assume, por um lado, um nítido caráter de respaldo político ao regime militar brasileiro. Por outo lado, e em troca deste apoio político, a diplomacia francesa espera transformá-la, sobretudo, em uma viagem de negócios. Giscard d'Estaing, enquanto legítimo representante do grande capital, vem ao Brasil como caixeiro-viajante dos interesses econômicos franceses.

As relações exteriores

Durante muito tempo os patrões franceses se comportaram como Pangloss – personagem de Voltaire que repetia nas piores situações: "Tudo vai bem no melhor dos mundos". Hoje, no entanto, é comum escutar-se nos meios econômico-financeiros franceses o reconhecimento do "atraso e falta de iniciativa" de seus investimentos no estrangeiro, e em particular em países capitalistas dependentes como o Brasil. Este atraso seria devido à manutenção de uma política clássica de exportação, ou seja, o capital francês teria preferido historicamente manter ou ampliar mercados para as mercadorias produzidas em seu território ao invés de investir para a sua produção no exterior.

Esta política de exportação, de tipo "colonialista", estaria na origem da agressiva diplomacia colonialista e neo-colonialista francesa, que, depois de sua derrota na Indochina e Argélia, teria se concentrado nos países pró-França do continente africano e em alguns países do Oriente Médio. Bastaria recordar, neste sentido, a intervenção francesa no Zaire, o apoio à Mauritânia e ao Marrocos contra a luta da Frente Polisário, a ajuda logística, material e de assistência técnica e militar ao governo do Chad, a solidariedade ao Imperador Bokassa I do Império Centro-Africano (sic !), entre outras manifestações desta política.

Ao mesmo tempo, esta visão convencional de exportação de mercadorias, chamemos de "pré-imperialista" ou "colonial", ao não permitir a adaptação da economia francesa às determinações estruturais da economia e do mercado mundiais, entravaria o seu próprio desenvolvimento e levaria à perda de importância relativa da França na corrida inter-imperialista.

Recentemente, após a conclusão do contrato e dos acordos entre o Brasil e a Alemanha referentes ao chamado programa nuclear brasileiro (que gira em torno dos 10 bilhões de dólares), um grito de alerta e de extrema preocupação percorreu os estados-maiores do grande capital francês.

Desta maneira, a visita de Giscard d'Estaing deverá corresponder efetivamente (são os votos do Quai d'Orsay) às necessidades do "business", isto é, buscar, ainda que tardiamente, recuperar o lugar que lhe caberia entre os países imperialistas que investem no Brasil. E como "negócios são negócios" – costumam repetir os encarregados diplomáticos e econômicos em resposta àqueles que desejariam moralizar as relações exteriores francesas – pouco lhes importa o apoio político que será dado ao regime militar brasileiro.

A visita, na opinião dos franceses.

O capital francês no Brasil

O investimento de capital francês no Brasil não é um fenômeno recente. Desde o início do século inúmeras empresas estabeleceram-se no Brasil (a Rhodia é de 1920) e em 1951 ao capital francês correspondia o 4º lugar entre os investimentos de origem estrangeira (1). Já em 1977 a França ocupava apenas o 7º lugar com pouco mais de 4% do total do capital estrangeiro investido no Brasil.

Podemos observar, no entanto, que se por um lado aumentou a diferença entre o investimento francês e o de seus concorrentes, por outro lado, manteve-se aproximadamente a mesma porcentagem em relação ao conjunto dos investimentos de origem estrangeira. Ou seja, houve um maior acréscimo e concentração dos investimentos de alguns países (EUA, Alemanha, Japão, etc.) do que propriamente uma retração dos capitais franceses.

Estes, em realidade, aumentaram em termos absolutos e se diversificaram por diferentes setores. Implantando-se inicialmente no setor têxtil, o capital francês encontra-se hoje presente em diversos setores econômicos. O setor bancário e financeiro conta com a participação de 21 grupos que controlam 99 empresas nos setores mecânico e elétrico estão presentes 45 grupos econômicos e 92 empresas na química e farmácia existem 21 grupos franceses que controlam 70 empresas no comércio e serviços participam 39 grupos e 54 empresas e nos setores de mineração, metalúrgica e petróleo apenas 8 grupos controlam 37 empresas.

Até 1974 o total dos investimentos franceses (3) correspondia a 241 milhões de dólares mas, somente entre 1968 e 1974 a França investiu 137 milhões, isto é, 57% do total. Portanto, a partir do Ato-5 e do início do "milagre" se verifica um aumento substancial do investimento. As garantias de super-exploração da força de trabalho e de repressão à mobilização e organização dos trabalhadores e do movimento popular que o regime militar busca oferecer desde 1964 ao capital internacional terminou por reanimar até mesmo os investidores franceses.

No entanto, se de fato podemos observar um aumento em termos absolutos da quantidade de capital de origem francesa investido no Brasil, a remessa de lucros e dividendos efetuada por estes mesmos capitais foi muito superior, caracterizando um verdadeiro processo de sangria e pilhagem de recursos. Até mesmo os tecnocratas do regime militar, que não se cansam de fazer a apologia do capital estrangeiro e de suas vantagens, deveriam envergonhar-se.

As 12 maiores empresas francesas, que fazem parte do rol das 400 maiores empresas estrangeiras, perfazem 83,78% do capital frances no Brasil (4). Estas empresas, até 1974, investiram 61 milhões de dólares e reinvestiram 141 milhões, enquanto a remessa de lucros e dividendos ao exterior foi, apenas para 1965/75, de 78 milhões de dólares. Ou seja, estas empresas remeteram ao exterior todo o capital realmente investido e mais 26%. Se somamos o reinvestimento e a remessa de lucros e dividendos podemos ter uma idéia aproximada do extraordinário lucro obtido (219 milhões de dólares para 61 milhões efetivamente de origem francesa). O caso do Grupo Rhodia, controlado pela Rhône-Poulenc e a maior empresa francesa no Brasil, é ainda mais espantoso (se espanto pode haver pela exploração capitalista!). A remessa de lucros e dividendos correspondeu, desde o seu estabelecimento até 1974, a mais de 4 vêzes o capital realmente de origem francesa e o seu lucro aproximado foi 10 vezes superior.

(1) Carlos Von Doellinger e Cavalcanti, IPEA, nº 29
(2) Gabriel Colo; "La carte du développemet bresilien", LE MONDE de 29.08.1978 e dados do Banco Central do Brasil.
(3) Estes dados correspondentem ao total dos investimentos e reivindicamentos contabilizados pelo Banco Central do Brasil desde o estabelecimento das empresas até 1974.
(4) Dados do Banco Central.

Os professores da F.E.N

Entrevista com o sr. ASTRE, responsável pelas Relações Internacionais da Federação da Educação Nacional

por ***MAGDA DE ALMEIDA***

"A Federação da Educação Nacional, unitária, é um sindicato a serviço dos trabalhadores, impulsionando sua ação no sentido da defesa dos interesses comuns dos trabalhadores contra todas as formas de exploração, quer seja a exploração capitalista ou a exploração burocrática das quais eles são vítimas, na França e em todos os países do mundo, porque para nós, sindicalistas, a causa dos trabalhadores é a mesma em todos os países.

O internacionalismo proletário é uma necessidade e nós somos solidári os com os trabalhadores do mundo inteiro. É esta solidariedade ao serviço dos trabalhadores que nos conduz, em primeiro lugar, a tomar nossas distâncias face ao poder de Estado, seja ele representado pelo governo francês, pelo poder do Estado soviético ou pelo governo atual do Brasil. A Federação da Educação Nacional é uma organização sindical independente. Ela conhece bem como o poder de Estado e a maneira pela qual o Estado trata os trabalhadores. Nós não somos, portanto responsáveis pela visita que deve fazer o chefe de Estado francês ao chefe de Estado brasileiro. Nós não esperamos desta visita nada de bom, a priori, para os trabalhadores brasileiros e para os trabalhadores franceses.

Contudo, nós queremos aproveitar esta ocasião para dizer aqui na França e também por todos os meios possíveis, neste momento pelo vosso jornal no Brasil, que nós, militantes da Educação Nacional, trabalhadores franceses, reivindicamos para todos os trabalhadores brasileiros os direitos e liberdades fundamentais que exigimos para nós mesmos.

Nós reivindicamos para os trabalhadores brasileiros, para todos, incluindo os professores, o direito à greve e a possibilidade de fazer greve.

Nós somos solidários com suas reivindicações sindicais que dizem respeito ao melhoramento de suas condições de trabalho e de salário, somos solidários com suas reivindicações que dizem respeito às liberdades de expressão, de organização, e assim por diante. Já em anos anteriores, nós, a Federação da Educação Nacional e outras organizações sindicais francesas, tivemos a oportunidade de denunciar a situação atual do Brasil, isto é, o fato de que o Brasil tenha se tornado um campo importante da exploração econômica de suas riquezas pelo imperialismo. Nós o repetimos hoje em dia, reafirmando que os trabalhadores franceses e os trabalhadores brasileiros têm, na realidade, os mesmos interesses comuns e que, em todas as circunstâncias, na medida de nossos meios, nós estamos decididos a exprimir nossa solidariedade."

ASTRE explica o que é o sindicato dos trabalhadores da Educação Nacional:

"A Federação da Educação Nacional apresenta a particularidade de ser uma organização sindical unitária que agrupa 550 mil trabalhadores pertencentes aos setores de pesquisa, da educação, da cultura, de todas as categorias profissionais, professores ou não. Quando digo que a Federação da Educação Nacional é uma organização unitária, isto significa que todos os trabalhadores do setor da educação, da pesquisa e da cultura se agrupam no interior da FEN sejam quais forem suas opiniões políticas. Se eles permanecem juntos numa organização que é de grande representatividade é porque nós organizamos nossa vida comum de forma democrática a fim de que, além das divergências políticas que possam existir, todos os trabalhadores de nosso setor possam considerar a Federação da Educação Nacional como nossa casa comum. Isto corresponde à concepção que nós temos do sindicalismo, que deve poder agrupar no seio de uma mesma força sindinal todos os trabalhadores, independentemente de suas opiniões políticas, a fim de lhes permitir de impulsionar conjuntamente as lutas sindicais contra a exploração de que os trabalhadores são vítimas.

Nossa organização tem portanto, uma democracia interna que permite a todas as correntes de pensamento se fazerem representar nos organismos (ou instâncias) de direção. E nós representamos efetivamente os professores de todas as tendências políticas, sejam trotsquistas, maoistas, socialistas, comunistas, sociais democrátas e liberais."

**** Fazem parte da F.E.N. o Sindicato Nacional do Ensino Superior, o Sindicato Nacional do Ensino Secundário, o S. N. do Ensino Primário er os Funcionários da Educação Nacional.***

Um jornalista que representa 10 mil

Michel Lemerle é jornalista na "Rádio France" desde 1970. Foi presidente e secretário-geral do maior sindicato de jornalistas da França, o Sindicato Nacional dos Jornalistas (autônomo), que conta com mais de quatro mil associados. Atualmente ele é responsável ***pelos*** assuntos estrangeiros do SNJ. Há alguns dias foi eleito presidente da UNSJ (União Nacional dos Sindicatos de Jornalistas) que agrupa o SNJ, o SJF (ligado à CFDT), o SNJ (CGT) e o SJ, ligado à **Force Ouvrière (FO).** Essa união dos quatro sindicatos representa cerca de 10 mil jornalistas, isto é, 80 por cento dos profissionais do setor.

Eis as suas declarações (exclusivas a EM TEMPO):

"Não temos o hábito de nos pronunciar sobre as atividades de política exterior do Chefe de Estado. Mas o SNJ é particularmente apegado à defesa das liberdades, e especialmente à defesa da liberdade de imprensa e dos jornalistas, assim como ao respeito escrupuloso dos direitos humanos. Nesse sentido, o sindicato não pode aprovar uma viagem que se tornará um respaldo a um governo que não respeita esses princípios e que acabará por reforçar sua imagem no cenário internacional. O SNJ está preocupadíssimo com os entraves à liberdade de imprensa que continuam a se manifestar ultimamente no Brasil, malgrado uma tímida liberalização. Ele só pode condenar veementemente os atentados e as tentativas de intimidação contra os jornais democráticos como aconteceu recentemente com ***EM TEMPO".***

Os trabalhadores da CFDT

A visita do Presidente Giscard D'Estaing ao Brasil é condicionada pelos interesses comerciais franceses no quadro da concorrência capitalista entre França, Alemanha e Estados Unidos; em suma ela não interessa aos trabalhadores brasileiros e franceses, mas sim às burguesias e aos Estados dos dois países. Esse é pensamento da Confederação Francesa Democrática dos Trabalhadores (CFDT) segundo Denis Jacquoe, que é membro do setor de relações internacionais da segunda central sindical francesa em número de trabalhadores inscritos.

A CFDT e os sindicatos brasileiros

Segundo Jaquoe, há três ordens de fatores que explicam as relações atuais entre os movimentos sindicais dos dois países. Em primeiro lugar, a opinião pública e os trabalahadores franceses são historicamente mais sensibilizados com a situação social e política dos países que foram colônias da França. a grande imprensa lhes dedica maior atenção, as informações são mais frequentes. Deste modo, o conhecimento do que ocorre nos movimentos sindicais da América Latina exige dos sindicatos franceses um esforço amplo de mobilização, esclarecimento e "sensibilização", para o qual a CFDT está atenta.

Em segundo lugar, a partir da constatação do pequeno contato com o sindicalismo do Terceiro Mundo, a CFDT se dispõe a preparar condições para o estabelecimento de "ações convergentes" na luta contra as multinacionais. Essas ações se fundamentam numa espécie de plataforma mínima que afirma a necessidade de autonomia sindical baseada numa "vontade sindical anti-capitalista": "Como se pode lutar contra as multinacionais? Não devemos nos contentar com as grandes centrais sindicais internacionais, que não estão preparadas para essa luta.

Deve haver uma reestruturação do movimento sindical em nível internacional para favorecer ações a partir de bases anti-capitalistas. Para isso, o sindicalismo internacional deve partir dos ramos profissionais e das comunidades de interesses (Europa, América Latina, África, etc.). Do contrário, as relações entre os países (no caso presente, Brasil e França) serão apenas entre suas classes dominantes". Em terceiro lugar, a CFDT pretende materializar a solidariedade internacional através do apoio à preparação técnicas de sindicalistas, como vem fazendo com alguns países africanos. No conjunto desses elementos, especialmente na ênfase à luta pela autonomia sindical baseada numa "vontade anticapitalista", a CFDT identifica-se particularmente com as lutas travadas no Brasil pela Oposição Sindical.

A visita de Giscard

A CFDT, segundo Daquoe, "não se esquece que a situação politica, econômica e social do Brasil, seu modelo ecónomico, permitiram um crescimento que se fez sob o poder de uma ditadura, para o que foi necessário prostrar os trabalhadores com a inflação, a concentração da renda e o desemprego. A viagem de Giscard, de certo modo, não vai contra esse tipo de regime. O Brasil é altamente conhecido por causa desta situação e os trabalhadores franceses estão atentos para o fato desta viagem a um país onde os trabalhadores sofrem a opressão de um regime político. O modelo exportador não corresponde aos interesses dos trabalhadores: o crescimento brasileiro não satisfaz o mercado interno, os trabalhadores têm um poder aquisitivo insuficiente em razão da política salarial. É um modelo nefasto, que vai continuar a crescer sobre e contra os interesses dos trabalhadores".

Daí que essa viagem beneficiará principalmente as multinacionais francesas, no conjunto de uma política de vendas no exterior. "A significação profunda desta viagem não é a denúncia da ditadura brasileira, nem Giscard sustentará a luta dos trabalahadores no Brasil, mas fará acertos diplomáticos e acordos econômicos no quadro das concorrências comercias com Alemanha e Estados Unidos. Isto nos parece muito claro" E as multinacionais francesas são combatidas pela CFDT com relação à exploração dos trabalhadores brasileiros: "A estratégia da CFDT quanto às multinacionais é de obrigá-las a respeitar fora da França os direitos conquistados pelos trabalhadores granceses. A CFDT é muito otimista quanto à luta dos trabalahadores brasileiros!".

Eliéser Rizzo de Oliveira, de Paris.

VIRAMUNDO

PC Francês
Denúncia das ditaduras militares

Do ponto de vista das lutas populares contra as ditaduras militares na América Latina, África e outras regiões do mundo, a festa realizada pelo Partido Comunista Francês em Paris, nos dias 9 e 10 de setembro, representou uma oportunidade para que documentos de todo tipo fossem colocados para o conhecimento de milhares de visitantes. Foram documentos elaborados por grupos e partidos políticos que mantêm contato estreito com o PCF, o que representou uma limitação inclusive no tocante a vários movimentos políticos brasileiros no exterior.

O Comitê França América Latina apresentou um apanhado geral das lutas políticas que ocorrem atualmente em países latino-americanos, especialmente Uruguai, Argentina e Chile. Sobre o primeiro, a tônica das publicações foi a repressão arrasadora que, com o apoio dos Estados Unidos e Brasil, enfrentou a luta armada dos Tupamaros. Exigia-se a libertação de 7 mil presos políticos simbolizados pelo Gen. Liber Seregni, presidente da frente ampla de oposição ao regime militar. O Comitê Uruguaio pelos Direitos Humanos tem divulgado o que é, talvez, o primeiro documento fotográfico sobre as torturas. Um oficial militar fez algumas fotos de pessoas que eram torturadas e as enviou ao Vaticano: através da Anistia Internacional, essas fotos estão sendo conhecidas em inúmeros países.

O **Comitê Brasil pela Anistia** preparou uma série de pequenos documentos, entre os quais um estudo sobre os investimentos franceses no Brasil e outro sobre as recentes greves operárias. Com o Comitê França-América Latina e Comitê França-Brasil, o CBA colheu assinaturas para um documento dirigido ao Presidente Giscard D'Estaing: "na ocasião de vossa visita oficial ao Brasil, nós vos convidamos a expressar a inquietação dos franceses perante a persistência das violações dos Direitos Humanos no Brasil, no sentido de que a França apóie o pedido do povo brasileiro de "uma anistia geral e irrestrita e o restabelecimento imediato das liberdades democráticas".

A denúncia da ditadura militar, a divulgação das lutas que se desenvolvem no Brasil pelas liberdades democráticas, Constituinte, liberdade de organização sindical e partidária, essa foi também a orientação do trabalho desenvolvido pelo Partido Comunista Brasileiro na festa do PCF. Para debater com os visitantes, o PCB apresentou a figura histórica de Gregório Bezerra, membro de seu Comitê Central, uma das vítimas mais conhecidas da repressão violentíssima aos movimentos camponeses no Nordeste em 1964 (em seu livro **Torturas e Torturados**, Márcio Moreira Alves relata como Gregório Bezerra foi arrastado pelos policiais nas ruas de Recife). Gregório Bezerra já passou nas prisões políticas brasileiras 23 dos seus 76 anos de idade.

E.R.O., de Paris

Foto de **Ari Cândido Fernades**

Gregório Bezerra, em Paris

PAPA
E agora, para onde vai a CELAM?

Com a súbita e imprevista morte de João Paulo I, ficou novamente suspensa a Assembléia que a Conferência Episcopal Latino-Americana — CELAM — marcara para a cidade de Puebla, no México. A razão é simples: sendo da competência exclusiva do Papa a sua convocação, esta cessa com a morte do mesmo. João Paulo I, apenas eleito, confirmara a convocação anteriormente feita por Paulo VI e a data por este fixada; a sua morte altera "ipso facto" o quadro: não só se torna necessária uma terceira convocação, como a data, desta vez, ficará certamente adiada, já que a eleição do novo Papa não terminará a tempo de a anterior ser confirmada.

A dependência em que fica a Assembléia Geral, instância máxima da CELAM, da convocação do Papa revela, sem dúvida, o centralismo eclesiástico católico-romano, mas reflete também a recíproca autonomia dos episcopados e mesmo das simples igrejas diocesanas. É curioso notar que os tempos que se seguiram ao Vaticano II representaram a renovação das igrejas particulares e mesmo a sua autonomia maior em relação a Roma, mas viram surgir também uma intensificação das relações entre estas, bem como o fortalecimento das Conferências Episcopais, surgidas no período imediatamente pré-conciliar. Em linguagem eclesiástica diz-se que se intensificou a dialética entre a igreja particular e a universal.

Não se pode, porém deixar de notar que esta dialética tem no Papa um fator importante e mesmo decisivo. E é o caráter decisivo deste fator que desperta, no momento, a atenção e a curiosidade do mundo. Em que medida pode o novo Papa influir na realização e no resultado da nova Assembléia? Em primeiro lugar, pode-se observar que a realização desta não corre risco: dificilmente um novo Papa, independentemente de sua posição, virá a suspendê-la: isto constituiria uma inabilidade grande demais para se esperar de um bem assessorado pontífice romano. O mesmo já não se pode dizer do rumo que há de seguir: este pode ser determinado, e profundamente.

O episcopado latino-americano sofre uma evidente pressão das bases que ele próprio estimulou. Não se pode dizer com toda a segurança em que medida estas "bases" brotam da massa popular e refletem o seu movimento ou são apenas micro-[illegible]ismos eclesiásticos mais ou menos ma[illegible]dos pelo clero. O certo é que as co[illegible]idades em que elas se organizam, interpelam a hierarquia em nome de interesses comuns das massas e esta interpelação tem seus arautos nos teóricos mais moderados dos direitos humanos, tanto quando nos da "teologia da libertação" e do "movimento cristão para o socialismo". Estes últimos têm contra si quase todo o episcopado latino-americano enquanto a teologia da libertação corre idêntico risco.

Com isto, bem se percebe o que pode ocorrer no interior do catolicismo latino-americano, se for eleito um Papa de tendência conservadora e ou extremamente temeroso em relação ao marxismo e às tendências marxistas interiores ao catolicismo. A sua simples tomada de posição na matéria reforçaria a ala mais conservadora dos bispos e inibiria os moderados e indecisos. Isto seria tanto mais grave e provável quanto manobras têm sido feitas dentro do próprio CELAM em vista de bloquear e, se possível, reprimir os movimentos que se autorizam de sua própria autoridade, invocando a Assembléia de Medellin. Mostra disto foi o Documento Preparatório à Assembléia de Puebla, enviado aos bispos pelo Secretariado do próprio CELAM.

Neste documento, nota-se uma profunda repulsa por toda abertura à esquerda. Esta repulsa se revelou tão forte que consideráveis setores do episcopado reagiram desfavoravelmente ao documento preparatório — e, em especial, o episcopado brasileiro reunido em Itaici —, determinando a publicação de um segundo documento, menos reacionário na aparência e mesmo no argumento, mas não na intenção, segundo deixaram transparecer pessoas que a ele tiveram acesso.

A consideração destes últimos fatos justifica satisfatóriamente a apreensão com que os setores progressistas da igreja católica latino-americana aguardam a eleição do novo Papa. É curioso notar: não se espera que ele legitime o que se tem feito nem se teme de sua parte uma ostensiva repressão, de todo inoportuna e intempestiva. O que se teme é que a perspectiva de uma redução do espaço político interno da Igreja reforce os reacionários e consolide o poder dos moderados, estrangulando, ao mesmo tempo, a sua abertura aos progressistas.

Ocorreria exatamente o contrário, se se elegesse um Papa de tendência progressista; sem se comprometer diretamente, ele bem poderia aumentar a autonomia dos movimentos ligados à idéia de libe[illegible]ação, inibindo muito simplesmente as forças e funções repressivas. Mas isto ocorrerá?

Multinacionais de alimentos exploram o mercado interno

Anderson Clayton, Nestlé, estes são somente dois nomes de duas grandes multinacionais de alimentos. Como elas agem na América Central, no Caribe, na Índia, na África, é o que nos revela o professor chileno (exilado), Gonzalo Arroyo, nesta entrevista exclusiva. E mais: o que tem significado as reformas agrárias e os novos planos do imperialismo

Por João Pedro Stedile, do México

Um especialista nas multinacionais agro-alimentícias

Desde o seu surgimento, o imperialismo adotou distintas formas de atuação nos países periféricos. Nesse sentido, como se desenvolveu historicamente o comportamento das multinacionais no setor agroindustrial?

Historicamente, pode-se falar de três períodos, que correspondem a três formas de atuação das multinacionais agroalimentícias nos países do terceiro mundo.

No primeiro período, que se estende desde o final do século passado até a Segunda Guerra Mundial, as firmas estrangeiras dedicam-se sobretudo a controlar as matérias primas agrícolas para serem exportadas aos países centrais. Às vezes, isso se dá mediante a a exploração direta da terra, como na América Central, Indonésia, Sri Lanka etc. Ou apenas mediante o controle da comercialização. Nesse mesmo período, as multinacionais dedicam-se ainda a um segundo tipo de atividade: a produção de alimentos básicos para os mercados externos dos países periféricos.

Muita gente fala disso como se fosse novidade, mas, de fato, tudo começou no final do século passado. Por exemplo: na Argentina a **Swift** foi fundada em 1895 e desde então, dedica-se à carne. A famosa **United Fruit** que se instalou principalmente na América Central e Caribe, foi fundada em 1899. A **Ankok,** que tem muita influência em toda a região do Pacífico, foi fundada em 1894. A **Unilever** implantou-se na África desde o princípio do século e hoje em dia é a empresa que predomina na maioria dos países africanos, principalmente nas ex-colônias inglesas e francesas. No caso do Brasil, a **Bung & Borrr, a Anderson Clayton e a Nestlé** estão presentes desde os primeiros anos do século.

O **segundo período** estende-se desde a Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 60. É o período da transnacionalização da economia. Muitas multinacionais surgem no setor de alimentos, principalmente nos Estados Unidos. Num primeiro momento dirigem-se para o Mercado Comum Europeu, graças ao Plano Marshal. Mas, sobretudo a partir de 1955, começam a implantar-se com maior vigor na América Latina, principalmente nos países maiores.

Num trabalho que realizamos sobre o Brasil, concluímos que os anos 55 a 58 caracterizaram-se como um claro período de abertura às empresas multinacionais que se implantaram em grande número, principalmente através de investimentos diretos. Tais empresas, sem abandonar as práticas anteriores, empreendem novas atividades, principalmente a distribuição de insumos importados para a agricultura. É nessa época que começa a chamada "Revolução Verde": a necessidade em larga escala de tratores, maquinaria, fertilizantes, sementes melhoradas, herbicidas, pesticidas e outros produtos.

Outra atividade foi a produção de **alimentos diferenciados** para camadas da população de mais altas rendas. Tais alimentos são elaborados mais sofisticadamente, apresentando-se com formas e embalagens diferentes, muitas marcas e muita publicidade. Têm assim, um valor agregado muito grande e permitem uma enorme margem de lucro para as multinacionais. Dirigem-se sobretudo para o mercado interno e não mais principalmente para a exportação. É evidente que continuam exportando, mas sua base, está no controle do mercado interno. Podemos mesmo dizer que as multinacionais já não se instalam em um país se não tiverem a perspectiva de exploração do mercado interno.

E qual é a política de atuação da multinacionais agro-alimentares para os países periféricos nesse momento?

O período atual, que é o **terceiro período** na nossa análise histórica, abre-se num período de crise do capitalismo internacional, e isso dificulta o estabelecimento de uma estratégia de expansão. A situação é mais complexa, mais fluida. É evidente que as multinacionais dirigem-se aos países subdesenvolvidos porque aí encontram matérias-primas e mão-de-obra baratas, um mercado interno de altas rendas e altas taxas de lucro. Mas, se examinarmos com mais cuidado, perceberemos que, sobretudo na América Latina, as empresas não fazem mais investimentos diretos trazidos de seus países de origem, mas reinvestem os lucros obtidos aqui mesmo. Assim, com exceção de alguns países específicos, já não se pode ver claramente qual é a tendência dos investimentos das multinacionais nos países periféricos. Elas estão num processo de reestruturação do padrão de acumulação. Ainda assim, podemos perceber dois movimentos distintos, principalmente nas multinacionais norte-americanas.

Um, é o de levar às filiais o último estágio do desenvolvimento da indústria agroalimentícia, o "fest-food", isto é, as grandes cadeias de restaurantes, de alimentos pré-preparados etc. Esse movimento vem se dando no sentido do Norte-Sul. No caso, o primeiros atingidos são o México e alguns países da América Central. O outro movimento é o de concentrar os investimentos prioritariamente nos países de maior mercado e de maior população, ainda que sem um mercado interno para produtos diferenciados. E isto por dois motivos. Primeiro porque, ainda que a nível percentual o mercado interno seja pequeno, em termos absolutos é bastante considerável se comparado com o de países de população pequena. Por exemplo o mercado interno do Brasil, que acredito seja em torno de 10% da população brasileira, em termos absolutos equivale a toda a população de todos os países da América Central juntos. E segundo, por ser um mercado potencial. É por isso que toda empresa importante quer estar presente no Brasil, que tem a perspectiva de ser o maior mercado da América Latina. É o caso da soja, em que se estabeleceu uma grande concorrência entre as maiores multinacionais para controlar maiores margens de mercado. Na soja estão a **Bung & Born, a Unilever, a Anderson Clayton.**

No entanto, para que essa nova estratégia de expansão se consolide, o aspecto político vai pesar consideravelmente. O capital estrangeiro exige estímulos e facilidades e num país que está evoluindo para se tornar mais progressista ele se sente ameaçado.

Que relação existiu entre a "Revolução Verde" e as empresas multinacionais?

Existe uma relação dialética entre ambas. Por um lado, as empresas introduzem insumos modernos para a revolução verde. Por outro lado, a revolução verde favorece o desenvolvimento das multinacionais. O tipo de agricultura preconizado pela revolução verde é uma repetição do modelo americano que pode ser sintetizado em "**Produzir dólares e não produzir alimentos**". Ele procura aumentar a rentabilidade de certos produtos que se destinam a determinadas indústrias locais ou para a exportação. Em contrapartida, tende a menosprezar os produtos que se destinam ao consumo básico do povo. É o caso típico do Brasil, onde a soja cresceu espetacularmente, mas tomando o lugar de outros produtos mais importantes para o consumo popular como o feijão, o arroz e mesmo o trigo. É um modelo que **organiza a agricultura para o lucro.** Mesmo nos Estados Unidos, o "farmer" a fazenda familiar, sobretudo no Oeste, está desaparecendo rapidamente, dando lugar a um processo de concentração da propriedade da terra, do crédito e da tecnologia. Nos países do terceiro mundo, esse tipo de modelo concentrador, estimulado pela política estatal, gera uma certa modernização, mas marginaliza completamente o pequeno proprietário. Isto é, provoca um aumento da produtividade de alguns produtos agrícolas, evidentemente daqueles que interessam à agroindústria ou à exportação, ao mesmo tempo em que a maioria da população passa fome. Esse processo de decomposição da pequena propriedade é um claro processo de proletarização dos camponeses. Eles estão se transformando em assalariados agrícolas em condições ainda piores do que as dos operários da cidade, já que se tornam operários temporários. Não têm nenhuma segurança, nem de salário nem de previdência social. O fenômeno dos **boias-frias** no Brasil é um exemplo claro. Nesse caso, além disso, se verifica uma forma muito sutil de superexploração da mão-de-obra camponesa.

GONZALO ARROYO é professor da Universidade de Paris. Professor visitante do Doutorado de Economia da Universidade Nacional Autônoma do México. É coordenador de um projeto internacional sobre as multinacionais na agricultura, para os países da América Latina, do qual participam 15 países. O projeto conta com o apoio do Conselho Ecumênico de Igrejas do governo holandês, e do governo francês.
É assessor-consultor do Centro de Estudos das Transnacionais das NAÇÕES UNIDAS.
É Consultor da FAO, para a próxima reunião mundial sobre REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL.
Chileno de nacionalidade, exilado. Foi professor da Universidade Católica do Chile, e participou da execução da reforma agrária chilena.

Arroyo sendo ouvido pelo EM TEMPO

Reforma Agrária só não basta

Que relação você vê entre os planos de Reforma Agrária levados a cabo em diversos países na década de 60 como no Peru, Chile, India, Paquistão, Indonésia e o processo de internacionalização do capital no setor agrícola?

É inegável que as empresas multinacionais nunca quiseram as reformas agrárias. Nem trataram de fomentá-las. Mas, paradoxalmente, em alguns países elas têm favorecido o desenvolvimento das multinacionais. Porque a maioria delas se concentraram apenas na destruição do latifúndio, isto é, criaram as condições para modernizar a agricultura, o que exigia produção de insumos agrícolas básicos que exatamente as multinacionais podiam fornecer. Aquela releção dialética que falamos antes... Mas, ao criarem as condições para a modernização não criaram as condições para a elevação do padrão de vida da população rural.

Então se poderia concluir que a experiência das reformas agrárias que se levaram a cabo sobretudo na América Latina, trouxe a lição de que uma reforma agrária atende os interesses dos trabalhadores do campo apenas quando vem acompanhada de outras mudanças sociais?

Exatamente. A reforma agrária não pode ficar apenas no problema da propriedade da terra. A agricultura como um todo está integrada por quatro setores: a agricultura enquanto tal (a produção agropecuária), os insumos agrícolas, a transformação dos produtos agrícolas e a comercialização dos produtos. Se tudo não é atacado em conjunto, por exemplo, modificando apenas as condições da produção, então se está fazendo uma reforma perfeitamente compatível com o desenvolvimento capitalista, no caso da América latina, superconcentrador, excludente e marginalizador das amplas massas trabalhadoras. Além disso, existem dois aspectos numa reforma agrária: um aspecto político, de correlação de forças políticas, de capacidade política para implementá-la e um aspecto técnico.

Pode haver um planejamento perfeito, inclusive atendendo aos amplos interesses da maioria dos trabalhadores, aos princípios da justiça e igualdade social. Mas como se implementa isso? Somente uma força política pode fazê-lo. Se os protagonistas das reforma agrária, que são os trabalhadores rurais, não estiverem organizados, nenhum projeto de reforma agrária sairá das gavetas. O contrário também pode dar-se.

Isto é, pode existir uma força política para levar a cabo as mudanças sociais, mas os planos técnicos não correspondem as aspirações dos protagonistas da reforma agrária. Foi isso que aconteceu em 1910 na Revolução Mexicana.

Os novos planos do imperialismo

As multinacinais e seus ideólogos possuem algum plano específico para os países do terceiro mundo?

Vou dar um exemplo que se refere a uma estratégia para os países mais pobres: o plano de desenvolvimento agrário do Sudão que se insere num plano mais amplo que inclui toda a África. O projeto é irrigar uma grande quantidade de hectares com forte apoio do capital estrangeiro proveniente do Fundo Árabe de Desenvolvimento, do Banco Mundial de bancos privados e firmas internacionais. Isso com o apoio do governo sudanês que no caso é o proprietário das terras. (É um plano ambicioso que envolve vários bilhões de dólares. Pois bem. O governo do Sudão entregou a administração do plano a uma empresa multinacional pelo prazo de 25 anos. Esse é um modelo de expansão das multinacionais nos países muito atrasados mas que possuem recursos naturais potenciais. Mas não será o único modelo possível. Tem por exemplo a proposta da **Trilateral.** É um plano que implica no investimento de 54 bilhões de dólares, algo assombroso, para duplicar a produção de arroz nos países da Ásia do Sul (Indonésia, Filipinas, Malásia). Trata-se de uma mudança de estratégia do imperialismo, pressionado pelo fato de que o sistema capitalista não consegue resolver o problema da fome o que, segundo os trilateralista, num prazo de 10 a 15 anos trará consequências imprevisíveis, colocando em risco não apenas os países pobres, mas todo o sistema capitalista mundial, afetando particularmente a economia dos Estados Unifos. Como setor mais lúcido do imperialismo, busca soluções distintas para a crise do capitalismo, o que, no caso da agricultura, implica, segundo eles a necessidade de se desenvolver a pequena agricultura que é mais produtiva e buscar as técnicas adequadas às condições locais, etc.

Assim, a nivel do imperialismo há dois projetos. Um que é o que se leva na prática, da transnacionalização da agroindústria, baseada na instalação e controle das multinacionais nos países periféricos e dependentes. E um outro, mais lúcido, já que olha mais a longo prazo. Para a Comissão Trilateral, trata-se de esperar que os países dependentes elevem seus nivel médios de vida de modo que novos mercados sejam abertos, para a atuação posterior das multinacionais.

E voce crê que essa segunda estratégia é viável?

O que precisamos ver é que apoio político a estratégia trilateral tem. Eu acredito que tecnicamente é viável. Mas o problema da fome no mundo e da baixa produção agrícola nos países do terceiro mundo, não é um problema técnico. É um problema político. É um problema das classes sociais. De quem produz e para quem produz.

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, etc, para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

NOVOS PARTIDOS: quem quer o que?

CONTRAPONTO nº 3: propostas de Almino Affonso, Douthel de Andrade, Alberto Goldman, Brizola, Fernando Henrique Cardoso, Júlio Tavares, Raimundo Oliveira, Edmundo Muniz, Ibsen Pinheiros e outros. LEIA.

ASSASSINATOS POLÍTICOS

Duas cartas, uma dirigida ao general Rodrigo Otávio, Ministro do Superior Tribunal Militar, e outra dirigida a EM TEMPO, relatam em detalhes as últimas horas de vida de dois prisioneiros políticos: Aluísio Palhano e Carlos Nicolau Danielli.

Operários debatem a Intersindical

Operários da Oposição Metalúrgica de São Paulo abrem a discussão sobre a necessidade de uma Intersindical. e defendem a "luta pela estatização dos setores básicos da economia, sob controle sindical, popular, operário". Eis o documento em debate, remetido a EM TEMPO na última semana:

"O progresso da situação política do país é muito rápido. De forma mais elevada, e sinteticamente, se expressou nas greves operárias de São Paulo, que continuam - e com a aprticipação de outros setores - e que tomou uma importante significação com o movimento dos ceramistas de Itu, tanto pela vitória que foi a resistência durante 15 dias, a derrota policial, a incorporação de crianças e mulheres no movimento grevista e a sensibilização de outras categorias atraindo ao apoio de forma rápida, culminando com a formação do Comitê de Apoio a Itu. Tivemos também como muito importante a imensa crise vinda a público no V Congresso da CNTI, crise da alta cúpula da burocracia sindical, da estrutura, de pelegos, a qual foi sempre suporte do regime. De lá para cá já vêm se esboçando vários ensaios importantes de reuniões entre sindicatos buscando uma política mais independente, como se manifestou na reunião dos chamados "dissidentes" em Santos, onde entre outras coisas, se manifestou contra o novo Decreto de Geisel sobre as áreas onde não se pode fazer greves, o chamado "Encontro Operário", o próprio Comitê de Apoio a Itu, todas estas tentativas e pontos de partida para a organização de um movimento operário unificado, base para uma intersindical, englobando as oposições sindicais combativas, que são inúmeraas no País.

Como Oposição Metalúrgica, tivemos visíveis progressos, tendo como nossa principal base de apoio a jornada de greves, bem como todo o apoio que tem recebido a campanha da Oposição pela eleição da "chapa 3", que continua e se eleva, basta ver a receptividade de vários outros setores à Assembléia e vigília do dia 18 de agosto, em protesto contra a decisão dos órgãos do governo em dar posse à chapa 1".

Somos conscientes de que toda esta jornada de lutas operárias já não são tão espontâneas e económicas. Mostram a vivências por parte da classe do processo de mudanças que vão se dando no País. Mudanças estas impostas, ante a crise social e política completas do regime que é incapaz de solucionar qualquer problema social e económico. Por isso, incapaz de conter por muito mais tempo os anseios que se avoluman e se manifestam por transformações sociais e de conquistas dos direitos de mocráticos para as massas exploradas e trabalhadoras.

Em todos os lados, o volume de discussões é cada vez maior. Formam-se oposições sindicais, luta-se por conquistas de sindicatos ali onde predomina a burocracia submetida à paralisia e ao Ministério do Trabalho. Enfim, é um processo que abarca médicos, professores, metalúrgicos, estudantes, Inclusive os metroviários lançam-se a organizar seu sindicato. E não é uma situação restrita a São Paulo, ainda que é em São Paulo onde se concentra de forma mais profunda esta movimentação. Porém o racha na CNTI mostrou que é curso de extensão nacional.

Desta forma, há de maneira notória a existência de objetivos comuns a todos estes setores: mudanças na política salarial, pela liquidação de todas as leis ditatoriais e restritivas, liquidação do atrelamento sindical aos ditames ao Ministério do Trabalho, livre exercício da vida sindical, pelas liberdades democráticas para a população trabalhadora, por melhores condições de vida e trabalho.

A necessidade da discussão

Ante estes objetivos comuns, nem sempre delineados em forma de discussão organizada, vemos a necessidade e a possibilidade de unificação entre todos estes setores, com discussões. lutas e experiências comuns. Tivemos uma experiência deste tipo com o 1º de maio unificado de Osasco. Esta experiência deve ser continuada e de forma superior, organizando uma frente comum de preparação de tarefas e lutas comuns, trocas de experiências, avaliações de nossas forças, posicionamento ante os problemas do País, tendo por base inquestionável as análises e conclusões da situação política que atravessamos - e não apenas de um setor ou outro e qual o nosso papel.

Objetivamos abrir um canal mais concreto para um debate político profundo e, em base a isto, uma ação mais profunda. Não só em metalúrgicos, mas noutros setores também. Isto é uma necessidade. E as condições políticas são favoráveis. Os destinos da classe operária estão ligados aos dos outros setores explorados e dos que lutam pelo progresso do País e pela compreensão do que fazer em cada momento. Só se pode fazer isto vendo a situação de conjunto: desde nossas próprias condições até a crise do governo, seus rumos, o que é a Frente Nacional de Redemocratização, etc. A situação política se aproxima mais e mais a mudanças. E nessas mudanças temos que entrar com experiências e exercícios concretos já feitos.

Liberdades Democráticas

Está aí a público a discussão por liberdades democráticas. Temos interesses concretos nestas liberdades democráticas, dando-lhes um cunho superior ao que vem pela frente. Elas devem servir para lutarmos por transformações sociais, pela solução dos problemas das massas, do país, tais como:

Aumentos de salários para todos os setores explorados. Formação e estabilidade das comissões de fábricas para, por exemplo, impedir e controlar o desemprego e as punições: para impedir aumento de jornada de trabalho e as pressões. Há condições neste momento para uma campanha em torno disto, tendo em conta a pequena experiência que a classe já fez por ocasião das greves ao formar as comissões, mas que, na maioria dos casos elas tiveram um caráter circunstancial, de momento. E isto compreendemos que se deu assim por inexperiência da classe, além de que o centro naquele momento era ir à greve, arrancar aquelas conquistas reivindicadas. Foi um primeiro exercício. Um dos aspectos que mostram a necessidade das comissões (e é preciso dar muitas explicações e não só agitar "comissões, comissões"), está no que aconteceu na Scania onde os patrões despediram cerca de 300 operários, retirando, na prática, o aumento conquistado pela classe. Outros casos menores noutras fábricas também ocorreram.

Luta por Escala Móvel de Salários. Ou seja, ante cada aumento do custo de vida lutar por reajustar o salário. Para isto, tem, também enorme função a comissão de fábrica, que, ao controlar o aumento dos preços, mostra para a classe e discute a necessidade de um novo aumento. Reúne as comissões interfábricas, busca o apoio e o encabeçamento dos sindicatos combativos, de outros setores de outras categorias. Basta ver que todos os preços já aumentaram após o aumento dos salários provocados com as greves. Sendo a luta da Oposição Metalúrgica neste momento por reajuste trimestral, que é preciso aplicar, ir avançando no exercício da Escala Móvel de Salários.

Lutar por total liberdade sindical. Lutar neste momento, engrossando a frente de sindicatos, e tendo em conta que vários setores são atingidos já, contra o novo Decreto de Geisel restringindo os setores que podem fazer greve. Neste momento este Decreto afeta os bancários. É preciso que se faça uma frente única agora com os sindicatos de Santos nesta luta. Isto é o primeiro passo junto com o Comitê de Apoio a Itu, mas que se deve prosseguir, por uma frente de oposições sindicais e sindicatos combativos para a formação de uma Intersindical, embrião de uma CGT, que vem sendo defendida já por uma série de sindicatos, particularmente agora por Jornalistas em seu Congresso em Maceió, e tendo em conta a importância de um organismo de força e centralizador das lutas das massas.

Por liberdade de organização política da classe trabalhadora, pela legalização dos partidos atualmente proibidos pelas leis ditatoriais. Pela Anistia, libertação dos presos políticos, contra a lei de segurança nacional.

Luta pela estatização dos setores básicos da economia, sob o controle sindical, popular, operário; pela estatização dos serviços médicos, por uma medicina preventiva. Por melhores transportes, cuja única saída é a estatização. Campanha imediata para estender a todas as fábricas (e não só as que fizeram greve) a conquista de igual trabalho igual salário para a mulher e o menor.

É preciso ter em conta que em nossas reuniões de Oposição temos nos dedicado aos problemas mais concretos referentes à atividade dos metalúrgicos. O movimento operário cresce de todo ponto de vista. Por isso, a necessidade de maior dedicação ao debate, o que é fundamental, dos problemas, com liberdade completa de intervenção de todas as correntes de pensamento com a condição de lutar por estes objetivos de progresso. Cremos, também, ser inadiável a discussão destes pontos, porque sentimos como uma proposição para acompanhar o progresso da situação política deste momento, tanto para as oposições sindicais, sindicatos combativos como para outros setores"

Grupo de operários da Oposição Metalúrgica de São Paulo

O CASO PALHANO

"Acabamos de matar seu amigo, agora é a sua vez".

Altino Rodrigues Dantas Jr. foi presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1966, e Aluísio Palhano foi dirigente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1963/64. Em 1971, presos Altino e Aluisio se encontraram no DOI-CODI do II Exército. Ali, ambos foram barbaramente torturados. Aluisio foi morto; mas Altino sobreviveu e continua preso em São Paulo. Em carta ao general Rodrigo Otavio, Ministro do STM, datada de 08/78, o ex-presidente da UNE denuncia os fatos e reclama providências.

Exmo Sr. Gal Rodrigo Otávio Jordão Ramos
DD. Ministro do Superior Tribunal Militar

Tendo em vista sua atitude como ministro desse Tribunal, e seu particular interesse em esclarecer as mais gritantes violações dos Direitos Humanos ocorridas nos últimos anos em nosso país, tomo, muito respeitosamente, a liberdade de me dirigir a V. Excia, na qualidade de preso político e sobrevivente dos órgãos de repressão, a fim de cumprir o que considero um dever, relatando fatos que presenciei por contingências de minha situação de preso. Esses fatos já foram por várias vezes denunciados. Lembraria, entre outros, o documento dirigido ao Dr. Caio Mario da Silva Pereira, então presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, datado de 23 de outubro de 1975 e assinado por 35 preços políticos do Presídio Político de São Paulo, sobre o qual temos informação segura de ter chegado a esse Tribunal. Apesar disso, providência alguma foi adotada no sentido de esclarecer tais denúncias e, embora tenham ocorrido há mais de 7 (sete) anos, estão aí a exigir providências e explicações.

Fui preso (melhor seria dizer seqüestrado) no dia 13 de maio de 1971, por volta das 20 horas, por uma escolta do DEOPS de São Paulo comandada pelos delegados Alcides Singillo e Crayde Gaia. Nesta mesma noite fui torturado das 21 horas até as 5 horas da manhã do dia 14, nas dependências do DEOPS de São Paulo. Às 10 horas da manhã do mesmo dia 14 fui entregue à OBAN (DOI-CODI), órgão do II Exército. Neste estabelecimento repressivo fui sistematicamente torturado durante 32 dias, ou seja até o dia 27 de junho de 1971. Nesse período fui testemunha e vítima dos mais bárbaros e violentos desrespeitos à integridade física dos cidadãos.

Brilhante Ulstra & Cia

Não são as violências ocorridas comigo que pretendo relatar. A elas sobrevivi com dignidade e os longos anos a que fui condenado aguardam o julgamento da História, este sim definitivo. O que quero relatar são fatos que envolvem a pessoa de Aluísio Palhano, dirigente do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e líder dos bancários do Rio de Janeiro, dos quais sou testemunha.

Na época comandava o DOI-CODI o Major Carlos Alberto de Brilhante Ulstra (que usava codinome de Tibiriça), sendo subcomandante o Major Dalmo José Cyrillo (Major Hermenegildo" ou "Garcia"). Por volta do dia 16 de maio Aluísio Palhano chegou àquele organismo do II Exército, recambiado do CENIMAR do Rio de Janeiro. No mesmo dia fui acareado com Aluísio e não nos reconhecemos perante os torturadores. Aluísio era chamado pelos agentes do DOI-CODI de "Calazans" e salvo engano, era com este nome que ele constava da grade de presos. Nessa acareação pude observar que Palhano estava muito debilitado fisicamente em virtude das torturas a que estava sendo submetido.

No dia 17 ou 18 de maio (é difícil precisar datas ou horários quando se está trancado em uma cela forte sem iluminação e de onde só se é retirado para a sala de torturas), o capitão Italo Rolim, integrante de uma das equipes de interrogatórios daquele órgão de repressão, permitiu a mim e a Aluísio Palhano, ajudarmos-nos mutuamente a tomar um banho e tratar nossos ferimentos provocados pela tortura; pudemos, então, rapidamente conversar, quando fiquei sabendo que ele havia sido sequestrado nas ruas de São Paulo no dia 9 de maio de 1971, recentemente chegado do exterior, e que no outro dia fora levado para o CENIMAR do Rio de Janeiro, onde sofrera violentas torturas que continuavam agora no DOI-CODI de São Paulo.

Agora é a sua vez

Na noite do dia 20 para 21 daquele mês de maio, por volta das 23 horas, ouvi quando o retiraram da cela contigua à minha e o conduziram para a sala de torturas, que era separada da cela forte, onde me encontrava, por um pequeno corredor. Podia assim ouvir os gritos do torturado. A sessão de tortura se prolongou até madrugada do dia 21, provavelmente 3 ou 4 horas da manhã momento em que se fêz silêncio.

Alguns minutos após, fui conduzido a essa mesma sala de torturas, que estava suja de sangue mais que de costume, Perante vários torturadores, particularmente excitados naquele dia, ouvi de um deles, conhecido pelo codinome de "JC" (cujo verdadeiro nome é Dirceu Gravina), a seguinte afirmação: "Acabamos de matar o seu amigo, agora é a sua vez".

Ato continuo começaram a me torturar, por puro sadismo ou para descarregar sua excitação criminosa, pois nenhuma pergunta me era feita.

Creia, Sr. Ministro, desejei por momentos a mesma sorte que eles diziam ter dado a Aluísio Palhano, Entre outros se encontravam presentes naqueles momento os seguintes agentes: "Dr. José (oficial do Exército, chefe da equipe); "Jacó" (integrante da equipe, cabo da Aeronautica); Maurício José de Freitas (Lunga ou Lungaretti, integrante dos quadros da Polícia Federal) além do já citado Dirceu Gravina "JC", eoutros sobre os quais não tenho referências.

Desde esse dia nunca mais Aluísio Palhano foi visto. Seu desaparecimento tem sido amplamente denunciado. Sinto-me no dever e na obrigação de constantemente trazer a público o que presenciei como testemunha mais próxima e como sobrevivente daquela noite de torturas não incomum naquelas dependências do II Exército.

Assim, tomo a liberdade de me dirigir a V. Excia, e, muito repeitosamente solicitar providências no sentido de se responder a seguinte questão: o que ocorreu com Aluísio Palhano a partir do dia 21 de maio de 1971? A resposta a esta pergunta é hoje uma exigência da consciência nacional.

Altino Rodrigues Dantas Jr. - Presidio Barro Branco - São Paulo.

O CASO DANIELLI

"Nós podemos dar a versão que nos convier..."

A frase acima é de autoria do "Capitão Ubirajara" (codinome de um dos comandantes da OBAN, em São Paulo). Foi o que ele disse a Maria Amélia e seu marido César Augusto, para explicar a versão oficial da morte de Carlos Nicolau Danielli. Abaixo, o testemunho ocular e a contestação de Maria Amélia, presa com Danielli em 1972.

"Senhor Redator:

Lendo Em Tempo edição de nº 21, deparei-me com o relato de casos de assassinatos de pessoas testemunhados por presos políticos do Presídio Romão Gomes.

Dentre os assassinados, estava o de Carlos Nicolau Danielli. Não pude deixar de sentir uma grande dor. É que Danielli, era um grande amigo nosso. Casado, pai de 4 filhos, 42 anos de idade, dedicou grande parte de sua vida na defesa da democracia, onde o povo trabalhador pudesse manifestar, defender e se organizar em torno de suas idéias e necessidades.

Justamente eu e meu marido César Augusto Teles, assistimos sua morte. Ele foi preso junto conosco, aproximadamente às 18 horas, do dia 28 de dezembro de 1972, em São Paulo.

"Torturas até a morte"

Estávamos à rua Pedro de Toledo, na Vila Mariana, quando Carlos Nicolau Danielli desceu do nosso carro, um DKW, ano 1963, de cor azul. Mais adiante, numa rua paralela, Rua Loefgren, nosso carro foi cercado por dois outros, de onde desceram vários homens com metradoras que gritavam e nos obrigaram a descer do DKW.

Empurrando-nos, aos gritos de "terroristas", nos colocaram dentro de um dos carros, onde pudemos ver que Danielli já se encontrava seqüestrado e sendo maltratado por uns dois ou três homens, na parte de trás do carro. Colocaram-me na parte da frente e rumaram rapidamente para a rua Tutóia, com uma sirene abrindo o caminho. Dirigiram-se para a OBAN (Operação Bandeirantes) de uma arrancada só, sem nem mesmo respeitar o trânsito. Comunicavam-se, nesse trajeto, pelo rádio.

Ao chegarmos, já no pátio da OBAN, o César e Carlos Danielli foram arrastados para fora do carro aos murros, socos e pontapés. Lembro-me que havia muitos homens nesse pátio. Já havia sido comunicado, pelos serviços de rádio, que iam chegar os presos e esperavam ansiosos para executarem seu "trabalho". Isso foi por volta das 18h30m. Desse momento em diante, Danielli sofreu torturas até a morte.

Arrastaram-nos para três salinhas separadas, duas no andar de cima e uma na parte térrea. Cada sala, devidamente revestida de eucatex, era aparelhada para as sessões de torturas: cadeira do dragão, onde são dados os choques elétricos, nas várias partes do corpo, pau-de-arara, palmatórias, etc. Danielli ficou na salinha, de baixo. Ao que pudemos constatar, só o torturaram nessa salinha, visto que seu estado físico foi se tornando tão lamentável, que não podia subir as escadas para ser torturado nas salas de cima.

Do momento de sua prisão até sua morte, pudemos ouvir seus gritos de dor que iam se tornando cada vez mais roucos e fracos. No fim do segundo dia de nossa prisão, quando nos levaram para a salinha de baixo, vimos Danielli, já quase morto, nu, meio sentado no chão, a cabeça tombada, os olhos semi-abertos, e a barriga enorme, inchada, e seu corpo todo arroxeado.

Danielli era magro e não tinha mesmo nenhuma barriga. Percebemos logo que os torturadores arrebentaram-no por dentro. Deveria já estar sofrendo enormes hemorragias internas. Isso foi na tardinha do dia 29 de dezembro, ou seja, 24 horas depois de nossa prisão. No dia 30, seu corpo foi retirado numa maca, ensagüentado. O sangue escorria pelos ouvidos, pela boca e nariz. Danielli estava morto. Havia três equipes de torturadores na OBAN, equipe A,B e C. Cada uma fazia plantão de 24 horas. Danielli foi torturado pelas três equipes.

Os fatos, a versão.

Depois do dia 5 de janeiro, o "Capitão Ubirajara" nos chamou e mostrou um jornal, onde estampava a foto de Danielli, torturado, e, ao lado, a manchete em letras garrafais "Terrorista morto em tiroteio". Não pudemos nos conter com tamanho absurdo. "É mentira", retrucamos com veemência. "Quem o matou foram vocês, que não deixaram de torturá-lo, um só instante". Ele morreu sob as torturas e não do tiroteio!

O "Capitão Ubirajara" ainda tentou nos convencer de que realmente Danielli tinha se recuperado das torturas e tinha saído para um encontro com um companheiro, sendo morto, num tiroteio travado entre o companheiro e os policiais. Retrucamos, novamente: "Ele estava morto naquela maca. Ele saiu morto daqui. O "capitão Ubirajara", simplesmente deu de ombros e nos falou: "Essa é a versão que queremos dar para sua morte. E fiquem vocês sabendo que poderão ter também uma manchete igual a essa". E ainda completou: "Estou dizendo friamente mesmo. Nós podemos dar a versão que nos convier".

*Hoje, com o crescimento e avanço dos movimentos populares contra o regime, os crimes dos ditadores estão sendo desvendados e o povo toma conhecimento das crueldades cometidas nos órgãos de repressão, aumentando o clamor a favor das liberdades de organização, de manifestação e também por uma **Anistia Ampla Geral e Irrestrita.***

Nesse processo de esclarecimento ao povo, a imprensa democrática e popular tem muito contribuído e por isso trazemos aqui nosso testemunho, apoio e solidariedade ao jornal".

Maria Amélia de Almeida Teles - São Paulo

BANQUEIROS AFANAM FGTS

Duas agências do City Bank e BANEJR, do Rio, estão sendo acusadas de embolsar o dinheiro do FGTS, apresentando saldos inferiores ao correspondente aos depósitos efetuados, acrescidos de juros e correção monetária. Os casos vão parar na justiça do trabalho e são os primeiros registrados nos 11 anos de existência do FGTS.

O trabalhador despedido do emprego sem justa causa e que tiver fundo de garantia para receber deve ir ao banco preparado para o pior: além da demora e das complicações burocráticas constata-se, com frequência cada vez maior, que os bancos estão levando parte deste dinheiro, apresentando saldos inferiores aos correspondentes aos depósitos efetuados mais juros e correção monetária. O negócio é este: quem não confere está arriscado a ser roubado.

Casos concretos já existem e serão levados para a Justiça do Trabalho do Rio, nas primeiras ações trabalhistas do gênero nestes 11 anos de funcionamento do FGTS que substitui o regime da estabilidade. Os bancos acusados de ficar com o dinheiro do trabalhador são o City Bank e o BANERJ e os advogados vão pedir que a justiça determine a complementação do valor real das contas.

A constatação deste fato põe em evidência a hipótese de que centenas de fundos devem ter sido sacados nestes 11 anos em valor inferior ao real, com a diferença ficando em poder dos bancos ou das empresas, que ao invés de depositarem os 8% correspondentes ao salário todo mês na conta vinculada, preferem girar com o dinheiro no mercado financeiro obtendo altas taxas de juros.

Mostra também que o sistema funciona sem a menor fiscalização do BNH, órgão gestor do Fundo de Garantia, ficando os bancos e as empresas com inteira liberdade para fazerem o que bem entenderem. Pagam a menos, não fornecem extratos, não dão informações, recusam-se a explicar quanto foi creditado em juros e correção monetária, não aceitam reclamações e ainda levam cerca de um mês para pagar a partir do momento em que recebem as guias de movimentação.

25 milhões de contas

Na verdade, o sistema funciona como se os verdadeiros donos dos 25 milhões de contas vinculadas espalhadas pelas agências bancárias de todo o país fossem os bancos e não os trabalhadores, seus titulares.

A verificação de que os assalariados estão sendo roubados naquilo que é seu mostra também o quanto o regime de repressão e arbítrio em vigor desde 64 retirou dos trabalhadores todas as suas garantias e direitos, anulando a participação dos sindicatos, que deveriam estar presentes no momento de despedida e na fiscalização do recebimento das contas.

Somente no caso do FGTS, que acabou com a estabilidade e impôs um sistema de rotatividade de mão de obra, facultando às empresas despedir seus empregados na véspera dos dissídios para contratar outros com salários menores, os exemplos são muitos. Foram precisos 11 anos para se descobrir que os trabalhadores têm direito a receber a indenização equivalente ao regime antigo da estabilidade que é sempre superior à do FGTS – e somente agora é que se comprovam casos de cálculo errado do saldo das contas vinculadas.

Os trabalhadores despedidos sem justa causa e que precisam receber o seu fundo de garantia estão sujeitos a tudo. O problema mais comum, que afeta a praticamente todos os depositantes, é o da demora, que em geral fica em torno de 30 dias. Quando o banco deveria pagar em 24 ou 48 horas após receber a guia da empresa autorizando o saque.

É comum o trabalhador voltar uma, duas, cinco vezes à agência, pois para ganhar tempo os bancos costumam fixar um prazo inicial de cinco dias e depois vão protelando até chegar a um mês. E isto a despeito dos complexos sistemas de centralização de contas e computação que foram montados.

Agora, vamos ver como os banqueiros lucram às custas do FGTS: a partir do momento em que a agência recebe a guia de movimentação levada pelo trabalhador despedido, a conta é imediatamente bloqueada, perdendo o seu dono direito a juros e correção monetária, independente do tempo que ele tiver que esperar para receber. De sua parte, o banqueiro age diferente: ele imediatamente pede ao BNH a liberação dos recursos e fica com o dinheiro disponível em caixa para aplicar no open market.

Em relação aos 8% sobre o salário que as empresas pingam mensalmente para formar o fundo, os bancos também tiram proveito porque podem ficar com este dinheiro livre para aplicação durante 60 dias antes de repassar para o BNH.

Além disto, grandes bancos como o Itáu, o Bradesco e até mesmo o Banco do Brasil impõem condições diversas para a abertura de contas. Exigem que as empresas lá depositem outros tributos federais, como INPS, querem saldo médio e recusam contas pequenas, como é o caso do City Bank.

As empresas e o BNH

O sistema montado contra o trabalhador funciona com a total cobertura do BNH e conta também com a participação das empresas, que se aproveitam para botar a mão nos recursos que teriam que depositar.

Segundo os advogados trabalhistas Rômulo Marcos Chicarino e Raimundo Teixeira Mendes, autores das reclamações que darão entrada na Justiça do Trabalho do Rio, o BNH não exerce a menor fiscalização sobre o sistema e não se preocupa em informar os trabalhadores sobre os seus mínimos direitos, previstos na legislação do FGTS. "Se o banco apresenta um saldo errado, seja por má fé ou ignorância, o trabalhador será enganado porque ninguém confere".

As empresas se beneficiam de diversas formas. É grande o número de empregadores que só depositam os valores mensais à medida que despedem seus empregados, o que contribui para a demora na hora do saque. Outros, por questões pessoais com o empregado, retêm o dinheiro e é grande o número dos que depositam irregularmente – um mês sim, outros não – o que vai redundar sempre em prejuízo para o trabalhador na hora de receber.

E nada acontece porque o próprio BNH admite que o sistema do FGTS é descentralizado, cabendo aos bancos fazer os créditos de juros e correção monetária. Ao BNH casbe apenas controlar as contas paralisadas, com mais de dois anos sem movimentação. As agencias bancárias não têm prazo para pagar as contas e nem estão sujeitas ao pagamento de multas se atrasarem.

Em relação ainda ao comportamento dos bancos, a revista "Veja" denunciou, com base em informações do gerente de uma pequena agência de Santana, bairro de São Paulo, que muitas agências costumam utilizar duas contabilidades para as contas do FGTS. Uma para apresentar ao BNH e outra para o próprio controle, que pode ser manipulada à vontade. Se o cliente aceita o saldo que lhe é apresentado, a agência embolsa a diferença. E estão embolsando à vontade.

Álvaro Caldas

Denúncia

Os dois casos

Hugo Vasques, funcionário durante cinco anos da GTE do Brasil, foi despedido sem justa causa. De posse da guia do FGTS foi ao City Bank movimentar sua conta e recebeu a informação de que o seu saldo, já computados juros e correção monetária, era de Cr$ 67.155,00.

Ele desconfiou do valor e com auxilio do seu advogado resolveu conferi-lo,tomando como base os seus salários durante os cinco anos de serviço e os coeficientes de correção monetária fornecidos trimestralmente pelo BNH. Verificou que tinha a receber mais Cr$ 4.230,00 Procurou o City para reclamar mas foi mal atendido e recebeu a informação de que nada havia a ser corrigido.

Diante dessa situação, o advogado Romulo Marcos Chicarino resolveu entrar com uma ação trabalhista contra o City Bank, pedindo a complementação do valor devido e que seja refeito o cálculo de correção monetária e juros. O advogado pedirá, também, em ação paralela, o pagamento da indenização pelo regime antigo da CLT, valendo-se do princípio da equivalência entre os dois regimes, o que aumentará em Cr$ 29.047,00 o valor a ser recebido.

A segunda ação trabalhista do mesmo gênero que dará entrada na Justiça do Trabalho do Rio, nos próximos dias, tem como reclamante um engenheiro da EMAQ (Engenharia e Máquinas). A diferença neste caso, é maior. O BANERJ lhe apresentou um saldo de Cr$ 34 mil, o que, pelos seus cálculos, não corresponde nem ao valor dos depósitos mensais feitos pela empresa, sem inclusão dos juros e correção monetária o que dobraria o valor da conta.

Segundo o advogado Raimundo Teixeira, já tem pronta a ação contra o BANERJ, pode ser que a irregularidade seja decorrente de falta de depósito da empresa. O que importa é que o empregado foi lesado e caberá ao tribunal apurar o fato e mandar pagar a diferença.

Estrada pode desabrigar famílias

O direito de moradia conquistado pelos invasores na Baixa do Marotinho, em Salvador, está ameaçado: 51 famílias correm o risco de perder as propriedade dos lotes, onde já ergueram suas casas.

Há dois anos, resistindo aos apelos de inúmeros setores da comunidade de Salvador, o ex-prefeito da capital e hoje candidato a deputado federal pela Arena, Jorge Hage Sobrinho, espantava a todos com a sua decisão de expulsar à força duas mil pessoas que formavam a invasão da Baixa do Marotinho, no bairro periférico da Fazenda Grande.

O direito de morar, no entanto, foi conquistado por aquelas pessoas, através da sua mobilização, que fez com que o Governo do Estado doasse, não mesma época, 280 lotes, onde hoje está construido o bairro do Novo Marotinho, na periferia.

O sobressalto dos antigos invasores do Marotinho, entretanto, não terminaram ainda, pois nem bem se efetivou oficialmente a doação dos lotes, o mesmo Governo do Estado, através da Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano, CEDURB, está ameaçando de desabrigo 51 das famílias do bairro do Novo Marotinho.

Na verdade, há alguns meses, os proprietários dos 51 lotes, onde já ergueram suas casas, passaram a ser visitados por técnicos do órgão governamental, que faziam medição dos terrenos e armavam piquetes. Quando questionados sobre o motivo da medida, eles apenas informavam que naquela área iria ser construida uma estrada.

Na semana passada, mais uma vez na busca do direito de morar, as 51 famílias ameaçadas entraram na justiça, através da Sociedade do Novo Morotinho, visando sustar as obras de construção da nova estrada, que já estão em andamento.

A ação foi impetrada pelo advogado Adelmo Oliveira, o mesmo que em 76 lutou junto com os moradores para evitar a expulsão da invasão da Baixa do Marotinho. A petição, além de suspensão das obras, requer também a mudança do projeto 'da estrada que deverá ser compulsoriamente afastada para além dos limites, isto é, que o seu traçado seja desviado a fim de evitar cortar o bairro do Novo Marotinho, evitando, assim, a demolição de 51 casas, e consequentemente, impedindo a expulsão de seus moradores'.

'Força viva da unidade'

A petição da ação impetrada pelos moradores do Novo Marotinho faz um relato histórico da luta dos ex-invasores, afirmando também que 'os homens de planejamento que estão à frente da CEDURB não pretendem agora deixar a população do Marotinho viver em paz'. E dizem o motivo: a estrada projetada para a a área, faz parte do Projeto Cajazeira, 'que vai beneficiar grupos econômicos poderosos naquela área'.

Por outro lado, os moradores consideram que a CEURB, legalmente não pode executar a abertura da estrada, 'partindo do meio de uma comunidade, que se forjou e se consolidou na luta cotidiana, dando ao Poder Público um exemplo vivo de trabalho comunitário, suprindo-lhe, por vezes, com extrema dificuldade, tarefas, deveres e obrigações de sua estreita competência e atribuição".

Os ex-invasores não querem também, "a pretexto de promessas de cubículos pré-moldados, retirar-se do convívio humano e da solidariedade comunitária implantada, quer seja através da luta pela posse e domínio da terra conquistada, quer pelos laços profundos da amizade criada e da boa vizinhança, quer ainda, pelo vínculo social decorrente da Sociedade do Novo Marotinho que expressa a força viva da unidade de todos, com o objetivo e finalidade comuns".

Os lotes de mato num terreno acidentado, sem água e luz, em dois anos foram transformados em um bairro, onde os próprios moradores se responsabilizaram pelas obras de urbanização entre outras. As lembranças dos dias de violência não sairam ainda da memória dos ex-invasores e, segundo o requerimento do advogado Adelmo Oliveira, "as cenas dramáticas ocorridas no palco da Antiga Baixa do Marotinho, não poderão jamais ser repetidas na história da Bahia".

Mão de ferro

Ao lembrar os lances da expulsão dos invasodres da Baixa do Marotinho, em março de 76, a petição salienta de como a cidade de Salvador assistiu "comovida na sua sensibilidade as cenas dramáticas do sofrimento da mais violenta expulsão de moradores do bairro da periferia de Salvador, já ocorrida na história da Bahia. "E frisa também a inflexibilidade da decisão de "técnico-burocrata", de "homem de planejamento", do ex-prefeito Jorge Hage, que "se acobertou nas malhas do silêncio de um despacho unilateral do Juíz da 4ª Vara da Fazenda Pública, dr. Júlio Batista Neves".

As duas mil pessoas expulsas pelo atual candidato da Arena a deputado federal, eram crianças, homens e mulheres "que, sob o império do estado de necessidade e pobreza, habitavam pacificamente as terras públicas da Prefeitura do antigo Marotinho, como única alternativa desesperada para fazer valer o seu direito de morar". E nem mesmo os apelos de autoridades religiosas, entidades profissionais e a revolta generalizada da opinião pública fizeram com que Jorge Hage voltasse atrás.

A inflexibilidade do ex-prefeito "revelava, também, que havia atrás de si uma mão de ferro insensível e implacável, que lhe fez um representante fiel, então, do sistema político e econômico instalado no País".

Por outro lado, não fora a firme disposição de luta e de organização independente dos moradores do antigo Marotinho, estariam eles, hoje, dormindo ao relento, nos "calçadões" das ruas, sob os viadutos desta cidade, ou açoitado pelos becos e vielas, confundidos por assaltantes e marginais, que estampam em sua crueza de conjunto o retrato do caráter e da estrutura social e econômica de nossa sociedade", diz a petição, assinada pelo advogado .

Linalva Maria

Cine-clube "Hora e Vez"

"O Operário no Cinema Brasileiro"

Programação:
"Migrantes"; "Trem Fantasma"; "A Queda"; "Os Libertários"
"Acidentes de Trabalho";
"Trabalhadoras Metalúrgicas"; "Os queixadas";
"Só o amor não basta";
"Operários do Volks na Alemanha e no Brasil";
"Viramunda"; "Pedreira-Onibus";
"Pedreira de São Diego" e "Pau prá toda obra"
Acompanha, em toda sessão, cine-jornal do DIP
Dias: 2; 3; 9; 10; 16 e 17 de outubro — Horário: 20:30
Local: Aliança Francesa Rua Gal. Jardim, 182 - Centro

EM TEMPO:

CONGRESSO NACIONAL PELA ANISTIA

Datas: 2,3,4 e 5 de novembro
São Paulo - 1978

DOM HELDER, por Marcos de Castro

(lançamento das Edições GRAAL)

Primeiro livro **sobre** dom Helder publicado no Brasil, este lançamento da GRAAL, de autoria de Marcos de Castro, vem suprir uma lacuna na divulgação da vida e da obra do "bispo das favelas", mais conhecido no estrangeiro do que em seu próprio país. "Meu objetivo como autor é um só: fazer justiça a figura de um homem quase morto-vivo, banido dos meios de comunicação por cerca de 10 anos" (Marcos de Castro).

DOM HÉLDER POR MARCOS DE CASTRO

A importância de dom Helder, no presente, se dá tanto no lado prática das coisas quanto no aspecto religioso. Não é um visionário, antes uma pessoa profundamente conhecedora de suas próprias limitações, mas confiante na força de uma idéia.

Assim é que, reagindo contra os macroprojetos baldados pela tecnoburocracia tupiniquim, que nada mais fazem senão expulsar o homem da terra para dar lugar às pastagens, ele criou a 'Operação Esperança'. O dinheiro ganho com o Prêmio Popular da Paz, mais do que lhe teria valido o Nobel que as influências políticas bloquearam, deu prá comprar, no Nordeste, três pequenas fazendas. Delas, dom Helder vendeu cotas a um número também pequeno de lavradores. Eles pagam para participar no projeto que lhes pertencerá, no futuro. Eles desmentem, na prática, a falsa alegação dos usineiros, que 'engenho dá prejuízo'.

'Não é nada revolucionária, não vai mudar a face do nordestino, mas poderá ser o núcleo de uma idéia para o futuro', diz Marcos de Castro. Por outro lado, ele acrescenta, 'com relação ao segundo ato do drama da terra (expressão de dom Helder), ou seja, a fuga em massa dos retirantes para a periferia das cidades, dom Helder também aparece como uma figura da maior importância, ai de um ponto de vista religioso'.

Embora pouca gente saiba, no Brasil já existem cerca de 50 mil com unidades de base, outra idéia de que dom Helder serve como arauto e que conta com seu apoio decisivo.

'Nelas, garante Marcos, a Igreja participa sem impor seus métodos, seguindo a palavra que é de dom Helder, de que no Brasil e em toda a América Latina não haverá saída sem a união de pequeno com o pequeno, do pobre com o pobre, para a conscientização de todos e a busca de uma solução que venha de baixo prá cima'.

I SEMANA DE ESTUDOS ECOLÓGICOS

Promoção: jornal EM TEMPO e AMDA (Associação Mineira de Defesa do Ambiente); de 9 a 13 de outubro na Faculdade de Medicina da UFMG.

Promoção

Dia 9 — 2ª feira — 20 h. Conferência e Debates.
Implicações Ecológicas do Medo — Ângelo Machado (membro da SBPC) e Francisco Paes Barreto (psiquiatra).

Dia 10 — 3ª feira — 20 h. —
Poluição Alimentar — Técnicos do CETEC.

Dia 11 — 3ª feira — 20 h. — **Poluição Industrial** (debate) João Paulo Pires Vasconcelos (Presidente do Sindicato Metalúrgico de Monlevade), um mebro do Movimento Contra a Poluição do Itau e um técnico do CETEC.
Dia 12 — 5ª feira — 15 h.

Agricultura e Meio Ambiente — José de Lutzemberg.
20 h. — **A Consciência Ecológica do Público** (conferência e debate) — J. Carlos Lins e Silva (do grupo "Raízes" de Santos)
20 h. — **Meio Ambiente e Qualidade da Vida** (conferência e debate) — Carlos Ribeiro Diniz (secretário da SBPC).
Dia 13 — 6ª feira — 20 h. —

Democracia e Meio Ambiente (conferência e debate) — J. Carlos Lins e Silva (do grupo "Raízes " de Santos) e Elísio Alves de Brito (Secretário de Ciências e Tecnologia de Minas Gerais).

Inscrições: Cr$ 200,00
Cr$ 100,00 (estudantes)
Locais: Jornal EM TEMPO, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Economia e ICED.

"ALÉM DA GREVE"

Um livro de Antonio Felix Nunes, o jornalista mais por dentro do movimento sindical.

Peço reservar-me pelo reembôlso postal ..... livro(s) ALÉM DA GREVE pelo preço de CR$ 40,00 cada.

NOME _____
ENDEREÇO _____
CIDADE _____ ESTADO _____

OBS. TODA ENCOMENDA SOFRERÁ ACRESCIMO DE DESPESAS POSTAIS.

Jornal EM TEMPO – Editora APARTE
Rua Matheus Grou, 57 – CEP: 05 41 5
São Paulo – SP.

As manobras, as trapaças e as farças dos pelegos

Arnaldo Gonçalves é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista e alinhado com os "autênticos" do movimento sindical. Ele leu "Além da Greve", gostou e fez o seguinte comentário:

Como diz um personagem deste livro, "a máquina do Sistema é uma terrível destruidora de consciência". Refere-se, naturalmente à consciência operária, o principal alvo desse desumano processo de exploração capitalista. Nossa estrutura sindical foi concebida com esse objetivo. Ou melhor: com o propósito de impedir a formação de lideranças sindicais autênticas. Assim, as entidades de classe, moldadas à tal estrutura, tudo oferecem para corromper. E poucos são os que resistem à tentação. O jornalista Nunes escolheu bem o tema e o focaliza com propriedade. Seu livro é um grito de revolta e uma lição para todos nós que desejamos mudar essa estrutura sindical.